

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PGC

FABIANO ROMANHA NEVES

A criação de Luiz Gama: a arte biográfica na produção do personagem
histórico

MARINGÁ – PR
2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PGC

FABIANO ROMANHA NEVES

A criação de Luiz Gama: a arte biográfica na produção do personagem
histórico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eide Sandra Azevedo
Abreu

MARINGÁ – PR
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

N518c

Neves, Fabiano Romanha

A criação de Luiz Gama : a arte biográfica na produção do personagem histórico /
Fabiano Romanha Neves. -- Maringá, PR, 2025.
122 f. : il. color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Eide Sandra Azevedo Abreu.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2025.

1. Gama, Luiz Gonzaga Pinto, 1830-1882 - Biografia. 2. Retórica política. 3. Memória.
4. Representações. I. Abreu, Eide Sandra Azevedo, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 320.01

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

FABIANO ROMANHA NEVES

A criação de Luiz Gama: a arte biográfica na produção do personagem
histórico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais pela comissão julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente
 EIDE SANDRA AZEVEDO ABREU
Data: 21/09/2025 17:31:36-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profª. Drª. Eide Sandra Azevedo Abreu
(Orientador/Presidente)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 SILVIA HELENA ZANIRATO
Data: 23/09/2025 09:25:24-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profª. Drª. Sílvia Helena Zanirato
Universidade de São Paulo - USP

Documento assinado digitalmente
 WALTER LUCIO DE ALENCAR PRAXEDES
Data: 23/09/2025 10:23:05-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Data da aprovação: 16 de setembro de 2025

Dedico este trabalho ao meu filho Heitor, amado desde o
primeiro instante em que era apenas um sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Prof.^a Dr.^a Eide Sandra Azevedo Abreu, pela paciência incansável e pela vontade inabalável de ensinar. Ela orientou este trabalho com olhar atento e afetuoso, velando o voo ainda titubeante de minha pesquisa até que ganhasse altura própria. Proveniente do campo do Direito, em nenhum momento encontrei em sua orientação qualquer obstáculo decorrente dessa diferença de área; ao contrário, fui agraciado com preciosos ensinamentos no campo das Ciências Sociais que sustentaram a construção desta investigação. Sei que isso lhe impôs desafios adicionais, mas jamais deixou transparecer algo que não fossem dedicação, firmeza e generosidade. Pelos inúmeros exemplos de entrega ao magistério e à nobre missão de compartilhar os seus conhecimentos, guardarei este período de minha vida com profundo carinho e sincera gratidão. Muito obrigado, professora!

Agradeço à banca de qualificação, composta pela Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Zanirato e pelo Prof. Dr. Walter Praxedes, pelas leituras atentas e sugestões substanciais. As contribuições de ambos foram decisivas para aprimorar a argumentação e conferir maior coesão a esta dissertação.

Agradeço, com especial estima, ao Prof. Dr. Walter Praxedes, cuja humildade em compartilhar seus conhecimentos foi tão inspiradora quanto valiosa. Suas observações perspicazes orientaram caminhos decisivos na construção desta dissertação. As conversas que tivemos, dentro e fora da sala de aula, transcendem o âmbito acadêmico: foram momentos de genuíno prazer intelectual e amizade que marcaram este período da minha vida.

Agradeço, igualmente, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, que conduz, com admirável afinco, esse espaço de formação e reflexão. Meu reconhecimento especial vai aos Profs. Drs. Flávio da Silva Mendes, Fagner Carniel, Hilton Costa e à Prof.^a Dr.^a Simone Pereira da Costa Dourado, cujas aulas, ao longo do mestrado, foram decisivas não só para a construção desta dissertação, mas também para ampliar meu horizonte enquanto ser social. Estendo, ainda, minha gratidão ao servidor Fernando Santiago Júnior, da secretaria do Programa, pela constante educação e prestatividade diante das inúmeras demandas que lhe apresentei.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Lígia Fonseca Ferreira pela gentileza e pelo carinho com que me disponibilizou sua tese sobre Luiz Gama. Seu trabalho, rigoroso e profundo, foi fundamental para amarrar as pontas soltas desta pesquisa. A humildade com que sempre se dispôs a ajudar - apesar dos inúmeros compromissos decorrentes de sua condição de maior referência nos estudos sobre Luiz Gama - constituiu, para mim, um dos pontos mais altos deste processo.

Agradeço aos colegas da turma do Mestrado 2023 - em especial Pollyana, Piera e Hassan - pelas conversas estimulantes e pelas risadas durante este período de estudos. Isso deixou tudo mais leve e memorável.

Agradeço, de modo muito especial, à minha esposa, Israela da Silva Valadares, cujo apoio constante e paciência foram indispensáveis nesta jornada. Grávida de nosso primeiro filho, ela dividiu comigo não apenas o sonho de construir nossa família, mas também o desafio deste mestrado, oferecendo o encorajamento necessário nos momentos mais exigentes. Esse apoio foi decisivo para que eu alcançasse esta etapa.

Agradeço aos meus queridos pais Antonio das Neves e Helena de Fátima Romanha Neves, que, dentro de suas possibilidades, criaram as condições necessárias para que meu irmão Juliano Romanha Neves, e eu desenvolvêssemos nosso potencial. Reconheço neles o fundamento de todas as conquistas que hoje celebro e das que ainda hei de alcançar.

Agradeço ao meu tio Natalino das Neves, cujo exemplo demonstrou à família Neves que a educação é um caminho possível e promissor. Ao ampliar nosso horizonte, ele tornou possível sonhar mais longe - e, por isso, seu legado também está presente nesta conquista.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho. Ao longo do percurso, muitos se conectaram comigo, partilhando ideias, questionamentos e reflexões que tornaram possível alcançar este objetivo. A cada uma delas - impossíveis de nomear individualmente - expresso aqui meu sincero agradecimento. Muito obrigado!

"Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura."

(Walter Benjamin, Sobre o conceito da história)

A criação de Luiz Gama: a arte biográfica na produção do personagem histórico

RESUMO

Esta dissertação investiga até que ponto a biografia de Luiz Gama escrita por Sud Mennucci (1938) transcende os limites narrativos e interpretativos estabelecidos pela carta autobiográfica do próprio Gama (1880) e pelo artigo biográfico de Lúcio de Mendonça (1880). Através de análise comparativa dos três textos, o estudo identifica os processos de seleção, hierarquização e omissão de informações, bem como os mecanismos de verossimilhança e persuasão que constroem a imagem pública do abolicionista. Fundamentando-se na crítica de Bourdieu à "ilusão biográfica", no conceito de texto político de Renato Janine Ribeiro e nas reflexões de Walter Benjamin sobre história e memória, a pesquisa articula análise textual com contexto histórico-social. Ao adotar uma abordagem cronológica inversa - partindo da biografia de 1938 em direção às fontes anteriores -, revela tanto as continuidades quanto as transformações nas representações de Gama. Os resultados demonstram que, embora Mennucci amplie a difusão da narrativa, reconstitua eventos e fortaleça uma imagem heroica e cívica do biografado, sua obra mantém-se essencialmente vinculada ao enredo fundamental estabelecido pela carta e pelo artigo de Mendonça. Paradoxalmente, mesmo criticando seu predecessor, Mennucci aproveita essa mesma estrutura narrativa como base para sua intervenção política nos anos 1930, atualizando o arquétipo de Gama para legitimar um projeto pedagógico paulista em sintonia com os debates da época. A pesquisa conclui que a originalidade da biografia de Mennucci reside menos na descoberta de novos fatos e mais na reorganização retórica e na ressignificação política do material existente. Enquanto a carta funciona como matriz memorial, tanto o artigo quanto a obra de Sud Mennucci a utilizam como recurso discursivo, adaptando-a a diferentes agendas. Assim, o estudo evidencia como a arte biográfica participaativamente na construção do personagem histórico Luiz Gama, oferecendo uma resposta dupla à questão central: no plano substantivo, Mennucci não supera os limites das narrativas anteriores; no plano funcional, porém, os reaproveita para novos fins políticos, configurando menos uma ruptura e mais uma reelaboração estratégica.

Palavras-chave: Luiz Gama. Biografia. Memória. Representações. Retórica política.

The Making of Luiz Gama: Biographical Art in the Production of a Historical Figure

ABSTRACT

This dissertation examines the extent to which Sud Mennucci's (1938) biography of Luiz Gama transcends the narrative and interpretive limits set by Gama's own (1880) autobiographical letter and Lúcio de Mendonça's (1880) biographical article. Through a comparative reading of the three texts, it identifies processes of selection, hierarchization, and omission, as well as mechanisms of verisimilitude and persuasion that shape the public image of the abolitionist. Grounded in Bourdieu's critique of the "biographical illusion," Renato Janine Ribeiro's notion of the political text, and Walter Benjamin's reflections on history and memory, the research articulates textual analysis with socio-historical context. Adopting a reverse chronology — moving from the 1938 biography back to the earlier sources — it reveals both continuities and shifts in representations of Gama. The findings indicate that, although Mennucci broadens the narrative's diffusion, reconstructs episodes, and strengthens a heroic civic persona, his work remains fundamentally tethered to the plot established by the letter and Mendonça's article. Paradoxically, while criticizing his predecessor, Mennucci draws on the same narrative matrix as a vehicle for political intervention in the 1930s, updating Gama's archetype to legitimize a paulista pedagogical project attuned to contemporary debates. The study concludes that the biography's originality lies less in uncovering new facts than in rhetorical reordering and political reframing of existing materials. The letter functions as a memorial matrix that both Mendonça's article and Mennucci's book mobilize for distinct agendas. In doing so, the dissertation shows how biographical craft actively constructs the historical persona "Luiz Gama" and offers a twofold answer to the guiding question: substantively, Mennucci does not overcome prior narrative limits; functionally, he repurposes them for new political ends, producing not a rupture but a strategic reworking.

Keywords: Luiz Gama. Biography. Memory. Representations. Political rhetoric.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imagem aérea da rua do Bângala e da Igreja Nossa Senhora da Palma.....	38
Figura 2 – Desenho da casa de Luiz Gama realizada pelos correspondentes baianos de Sud Mennucci.....	39
Figura 3 – Imagem recente da rua Bângala na esquina da Praça Nossa Senhora da Palma retirada do Google Maps.....	40
Figura 4 – Capa da Revista do Professor	55
Figura 5 – Diário do Rio de Janeiro, quinta-feira 23 de julho de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.162, p.4.....	99
Figura 6 – Diário do Rio de Janeiro, quinta-feira 23 de novembro de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.264, p.4.....	100
Figura 7 – Pequeno Almanak para o ano de 1843. Rio de Janeiro, Typ. de Viuva Ogier e filho, Rio de Janeiro, 1843, p.46.....	100
Figura 8 – Correio Paulistano, 21 de abril de 1854, São Paulo, ano I, n.124, p.1.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Primeiras trovas – o encontro do tema de pesquisa	12
Os percalços do caminho.....	16
A biografia como construção histórica da memória	19
CAPÍTULO 1 - A REPRESENTAÇÃO MÍTICA DE LUIZ GAMA POR SUD MENNUCCI.....	31
1.1 Sud Mennucci: uma análise entre a origem do biógrafo de Luiz Gama e suas motivações	32
1.2 A construção biográfica de Luiz Gama por Sud Mennucci.....	36
1.2.1 Luiz Gama: Origens, Família e construção de sua personalidade aos olhos do biógrafo	37
1.2.2 Luiz Gama como “Bandeirante da Civilização”: A Construção de um Herói Paulista	49
1.2.3 Luiz Gama: A produção de um mito	55
1.2.4 Entre a crítica e a contradição: Mennucci e suas fontes.....	64
CAPÍTULO 2 - UMA BIOGRAFIA PERSUASIVA: TESSITURA RETÓRICA NO ARTIGO DE LÚCIO DE MENDONÇA	68
CAPÍTULO 3 - DA CARTA AO ARTIGO: ESCRITA PESSOAL E ESTRATÉGIA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE LUIZ GAMA.....	83
3.1 Entre relato autobiográfico e estratégia política: a carta de Luiz Gama	83
3.1.1 Origem: infância e vínculos familiares	86
3.1.2 Sofrimento: vivência do cativeiro	88
3.1.3 Luta – trajetória rumo a liberdade, serviço público e formação intelectual	91
3.1.4 Triunfo: advocacia militante e engajamento político	94
3.2 Construção da “verdade” e estratégias de persuasão da carta de Gama.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXO A – Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça.....	112
ANEXO B – Artigo biográfico de Luiz Gama publicado no Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881 por Lúcio de Mendonça.....	116

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, estudamos a construção do personagem histórico de Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830–1882) a partir de sua primeira biografia em livro, escrita por Sud Mennucci. Investigamos como as representações presentes nessa obra foram elaboradas e qual o seu significado no contexto social e político em que foi produzida, tornando-se, por muitas décadas, uma espécie de biografia oficial do celebrado abolicionista (Ferreira, 2001, p. 16). Este trabalho permitirá refletir em que medida essa construção contribuiu para a consolidação de Gama como personagem heróico na história nacional, a ponto de ser posteriormente reconhecido como referência em Direitos Humanos, inclusive dando nome a um prêmio nacional nessa área¹.

No trabalho de exploração da biografia pioneira, buscaremos identificar as implicações políticas e sociais das concepções nelas expostas, considerando as tensões entre as imagens e o momento histórico em que esse texto foi construído, mostrou-se necessária a análise crítica das principais fontes utilizadas pelo autor: a carta biográfica escrita por Luiz Gama a Lúcio de Mendonça, em 1880, e o artigo biográfico que este último publicou em 1880, elaborado com base no relato que recebeu do biografado. Para refletir sobre questões envolvidas na representação de Gama por Sud Mennucci, mostrou-se necessário explorar os processos de seleção, ocultação e valorização de informações utilizados pelo autor, que conformaram uma visão simbólica da trajetória e do legado do abolicionista.

Para dar início a essa reflexão, abordaremos, neste momento introdutório, o processo que levou à proposição dessa pesquisa, bem como os caminhos metodológicos que foram utilizados na sua realização.

Primeiras trovas – o encontro do tema de pesquisa

Começar uma dissertação é uma tarefa difícil. Ficamos inicialmente a imaginar que escrever de modo academicamente profundo é imitar a escrita hermética presente em grandes sociólogos clássicos. Entretanto, como alerta Howard Becker (2015), esse caminho acaba, muitas vezes, por dificultar a expressão clara do conteúdo de nossas reflexões. De acordo com

¹ O prêmio Luiz Gama visa reconhecer trabalhos e ações com destaque especial nas áreas de promoção e defesa dos Direitos Humanos no país. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/premio-luiz-gama-de-direitos-humanos-inscricoes-sao-prorrogadas-e-novas-categorias-sao-incluidas>. Publicado em: 20 fev. 2024. Atualizado em: 20 fev. 2024. Acesso em: 21/09/2024.

Charles Wright Mills, essa tendência resulta em uma escrita de difícil compreensão, não pela complexidade intrínseca do assunto, mas devido às inseguranças e ao desejo de alcançar o *status* de acadêmico profissional (Mills, 1959, *apud* Becker, 2015, p. 57).

A busca por ingressar no mundo acadêmico geralmente leva ao uso de uma linguagem complexa e especializada, destinada a demarcar uma distinção clara entre os iniciantes e os intelectuais estabelecidos. Becker observa que essa prática costuma ser utilizada como estratégia de acesso ao espaço social pretendido. Vejamos as palavras do autor:

Os pós-graduandos que estão aprendendo a ser acadêmicos sabem que ainda não são intelectuais de verdade – assim como os estudantes de medicina sabem que ainda não são médicos de verdade – e procuram ansiosamente os sinais de avanço. A sintaxe e o vocabulário abstruso da prosa acadêmica estereotipada fazem uma clara distinção entre leigos e intelectuais profissionais, assim como a habilidade dos bailarinos profissionais de ficar na ponta dos pés os diferencia dos reles mortais. Aprender a escrever como acadêmico é um passo a mais para ingressar naquela elite (Becker, 2015, p. 55).

Apoiando-me nos ensinamentos de Becker, sem querer, contudo, fugir da liturgia essencial da estrutura de um texto universitário, mas procurando adotar uma abordagem um pouco diferente da mais usual, apresento a seguir os motivos que me fizeram escolher o tema de pesquisa, partindo de um breve relato autobiográfico.

Minha história familiar, como a de muitos brasileiros, é marcada pela imigração. Pelo lado paterno, ela é um exemplar da saga da migração nordestina, com meu pai e sua família deixando a Bahia na década de 1960 em busca de uma vida melhor no Paraná. Foi escolhida a região de Umuarama, local de franca expansão humana à época. Do lado materno, minha família está ligada à imigração europeia, com ancestrais italianos e espanhóis que se encontraram, primeiramente, no Estado de São Paulo e, após inúmeros deslocamentos, estabeleceram-se em Umuarama.

O encontro dos meus pais, provenientes de contextos tão distintos, desafiou as normas sociais da época. Meu pai, Antonio das Neves, lavrador de origem baiana, é negro. Minha mãe, Helena de Fátima Romanha Neves, que cresceu em ambiente urbano, é branca. Com essas diferenças de mundos, vivências e trajetórias, a união deles é símbolo da diversidade brasileira, marcada por culturas e experiências que se entrelaçam. Nasci dessa relação tipicamente nacional.

Cresci em Umuarama com um irmão. Meus pais enfatizavam a importância da ética do trabalho e sempre foram exemplos desses valores. Imerso nessa cultura, comecei a trabalhar cedo. Embora a educação fosse considerada importante, na prática, ela era frequentemente deixada em segundo plano. Estudava apenas para passar de ano. “Para que mais? ” - pensava

eu, à época. Nesse momento a educação não havia ainda despertado em mim o entusiasmo e a dedicação necessários para reconhecer seu verdadeiro valor.

Estudei quase sempre em escolas públicas e, apenas mais tarde, já ao término do ensino médio, transferi os estudos para um colégio particular especializado em vestibulares. Trabalhava de dia e estudava no período noturno.

Nesse novo ambiente, pela primeira vez, descobri o prazer do aprendizado. Isso mudou minha percepção sobre a educação e promoveu uma revolução interna; foi como se tivesse encontrado o meu lugar no mundo. Ao fim do expediente do trabalho, às 18h00, seguia diretamente para a escola, pois considerava que passar antes em casa seria perder um tempo precioso. Afinal, chegar mais cedo significava a oportunidade de participar do plantão de dúvidas, algo que considerava incrível, já que sempre tinha várias perguntas a fazer. Quanto ao jantar, deixava para mais tarde, quando finalmente retornasse para casa, por volta das 23h00. Naquele momento, minha fome maior era de outro tipo.

Durante esse período de preparação para o vestibular, intensifiquei os estudos e consegui ser aprovado para o curso de Direito da UEM. Mudei-me para Maringá aos 17 anos. Trabalhava durante o dia e estudava à noite, e, durante a faculdade, passei em concurso público do Tribunal de Justiça do Paraná, alcançando o cargo de Técnico Judiciário.

A estabilidade, porém, trouxe, com o tempo, uma sensação de estagnação. Em busca de um novo propósito, inscrevi-me como aluno não regular no mestrado em Ciências Sociais da UEM, onde me deparei com as ideias de Pierre Bourdieu, nas aulas do professor Hilton Costa, na disciplina de Teoria Social Contemporânea.

Guiado pelo professor Hilton através dos exigentes textos de Bourdieu, ideias desse autor sobre campo social, *habitus* e capital simbólico provocaram em minha consciência questionamentos e possibilidades de reflexão. Foi assim que surgiu a ideia de tentar um projeto de pesquisa que tivesse como referência o pensamento de Bourdieu. Mas qual seria o objeto de estudo que poderia concretizar essa intenção?

Apesar de profissionalmente imerso no ambiente jurídico e de ter cursado os cinco anos do curso de Direito, a figura de Luiz Gama nunca tinha surgido como tema de conversa ou de aula. Meu primeiro contato com sua história foi recente e casual, motivado por um interesse pessoal por biografias, e ocorreu por meio de um vídeo aleatório no *Youtube*. À medida que mergulhava nas histórias extraordinárias apresentadas, meu interesse crescia exponencialmente. E uma pergunta pairava de forma persistente: como alguém com uma trajetória tão marcante permaneceu tão pouco reconhecido, a ponto de nunca ter sido sequer mencionado em um curso de Direito? Esse interesse ganhou força durante as aulas de Teoria

Social Contemporânea, cuja abordagem teórica, fundamentada nos conceitos de Bourdieu, trouxe uma luz à minha indagação. Paralelamente às aulas, me dei conta de que Luiz Gama tem se tornado uma figura bastante presente nos debates contemporâneos no Brasil. Sua vida foi retratada no cinema pelo filme "Doutor Gama" (2021), dirigido por Jeferson De, e estudiosos de sua biografia e obras são constantemente chamados a participar de programas televisivos de prestígio, como o Canal Livre da Rede Bandeirantes². Esse crescente interesse nos revelou o quanto Gama e sua história, preservada na memória social, interagem com as questões sociais e políticas atuais. Na confluência dessas percepções com as aulas, encontrei o meu tema.

O projeto de pesquisa que elaborei foi aprovado na seleção para aluno regular do mesmo programa de mestrado, e tive a sorte de contar com a orientação da professora Eide Sandra Azevedo Abreu, que recebeu a proposta de pesquisa com sua habitual generosidade. Visando aprofundar meu entendimento sobre Pierre Bourdieu, fui incentivado por ela a contatar o professor Walter Lúcio de Alencar Praxedes, estudioso dos trabalhos daquele autor. Fascinado, acompanhei, como aluno ouvinte, as suas aulas, em que ele contextualizava a vida de Bourdieu, antes de explorar sua teoria. Através de uma metodologia de ensino envolvente, o professor Praxedes elucidava a origem humilde de Bourdieu na vila de Denguin, na França, como filho de camponeses, e o percurso que o levou, por meio da educação, à notoriedade em sua obra sociológica. Em uma das nossas conversas despretensiosas pós-aula, o professor destacou algo que me fez perceber a conexão que existia entre Luiz Gama, Pierre Bourdieu e eu: todos fomos resgatados pela educação. Dizia ele que, consciente e inconscientemente, Luiz Gama e Pierre Bourdieu se tornaram objetos do meu interesse por compartilhar trajetórias em que a educação foi o elemento emancipador. Além disso, pode ter existido alguma identificação com o personagem Luiz Gama por também ser fruto de uma relação entre pessoas de diferentes origens sociais e culturais, que, no caso dele, segundo seu próprio relato em carta autobiográfica, ocorreu entre um fidalgo português branco e de uma mulher negra, africana livre da Costa de Mina. *Voilà!*

² Confirmando o prestígio atual da figura de Gama, mais recentemente, a biografia escrita por Bruno de Lima, publicada em 2024, recebeu o prêmio Jabuti Acadêmico em sua categoria. E, nem de longe com a mesma importância, mas com algum significado o mesmo livro ocupou por meses um lugar de grande destaque (e às vezes volta, em posição mais discreta), no cenário de um dos podcasts de política mais respeitados da atualidade, *o Reconversa*, comandado pelo jornalista Reinaldo Azevedo e pelo advogado Walfrido Warde.

Os percalços do caminho

No processo de elaboração do presente trabalho, constatei que esta construção seria repleta de desafios, entre os quais, a escrita como já mencionei, ocupa um lugar de destaque. A partir do momento em que nos debruçamos sobre o tema escolhido, nos deparamos com a complexidade que é, além de escrever de maneira comprehensível, transformar ideias abstratas em um texto coeso e articulado. A escrita, portanto, não fica restrita apenas a uma questão de transposição de dados para o papel, mas a um processo de reflexão contínua, onde cada frase deve ser cuidadosamente pensada para comunicar de maneira clara e precisa as ideias e os achados da pesquisa.

No artigo “O Trabalho da Escrita” (1991), de Zuenir Campos Reis, há a citação de uma cativante passagem de Graciliano Ramos que trata da atividade de seu avô na fabricação de urupemas (peneiras feitas de fibras vegetais), trabalho aparentemente simples e mecânico, mas que guarda um grande simbolismo sobre a ética no trabalho. Esse relato destaca a autenticidade e determinação do avô que, ao tecer suas tramas “rijas e sóbrias”, mantém suas convicções firmes no objetivo de realizar um trabalho que considerasse digno. Vejamos:

Meu avô nunca aprendera nenhum ofício. Conhecia, porém, diversos, e a carência de mestre não lhe trouxe desvantagem. Suou na composição das urupemas. Se resolvesse desmanchar uma, estudaria facilmente a fibra, o aro, o tecido. Julgava isto um plágio. Trabalhador caprichoso e honesto, procurou os seus caminhos e executou urupemas fortes, seguras. Provavelmente não gostavam delas: prefeririam vê-las tradicionais e corriqueiras, enfeitadas e frágeis. O Autor, insensível à crítica, perseverou nas urupemas ríjas e sóbrias, não porque as estimasse, mas porque eram o meio de expressão que lhe parecia mais razoável.” (Ramos, 1962, p. 21-22 *apud* Zuenir, 1991, p. 37-39).

Procurando inspiração no texto de Graciliano Ramos e no trabalho de seu avô, considero essencial compartilhar as dificuldades de construir o início da trama de minha pesquisa. Ao longo dessa jornada intelectual, enfrentei obstáculos que me levaram a reconsiderar e redirecionar os caminhos a serem trilhados. À medida que avançava na busca de uma delimitação mais clara do tema, do objeto e das questões de pesquisa, desafios de tempo e de localização de material de pesquisa surgiram, revelando a necessidade de mudar a trajetória original da pesquisa. Acredito ser importante expor esse “caminho das pedras”, em que mantivemos o assunto Luiz Gama, mas precisamos realizar uma alteração do tema e do objeto de pesquisa, tendo em vista adaptar nossos objetivos ao prazo e aos recursos disponíveis, evitando o risco de elaboração de uma proposta que estivesse fadada ao insucesso.

Quero acreditar que essas dificuldades e mudanças de rumo não devem ser vistas como falhas, mas como parte inerente do processo científico. Elas expressam a natureza dinâmica da pesquisa sociológica, em que o pesquisador deve estar sempre aberto a reavaliar seu caminho.

A intenção inicial desta pesquisa era explorar os campos sociais nos quais Luiz Gama estava inserido. A partir dessa construção minuciosa, buscara compreender os *locus* de atuação de Gama e suas estratégias para alcançar seus objetivos utilizando como referencial teórico os conceitos que Pierre Bourdieu desenvolveu para pensar como se organizam e como são operadas as atuações dentro de um espaço social. No entanto, a realização dessa proposta, que apresentamos como pré-projeto no processo de seleção para o curso de mestrado em Ciências Sociais do PGC-UEM, encontrou dois obstáculos significativos desde o início. A primeira dificuldade estaria na descrição exaustiva de todas as áreas de atuação do polivalente Luiz Gama, que foi escritor, jornalista, ator político, advogado provisionado, entre outras funções. Investigar todos esses campos sociais ampliaria excessivamente o escopo da pesquisa, tornando-a inviável para uma dissertação de mestrado.

O segundo problema foi o tempo disponível para a realização do trabalho, já que o prazo de dois anos do mestrado é exíguo. Como se sabe, além da pesquisa em si, é necessário cumprir os créditos do mestrado e produzir trabalhos para publicação científica, o que limita ainda mais o tempo dedicado à investigação. Diante desses limites, tornou-se claro que uma abordagem mais restrita e delimitada seria necessária para garantir a viabilidade e a profundidade da pesquisa.

Inicialmente, pensamos em trabalhar com fontes primárias que pudessem trazer informações sobre a rede de relações pessoais constituídas por Luiz Gama e, assim, compreender melhor sua trajetória de ascensão social. Contudo, as impossibilidades atuais desse empreendimento logo se tornaram evidentes: como ir em busca desses materiais originais e/ou inéditos dentro do tempo disponível? Pesquisas feitas pela internet não trouxeram resultados frutíferos. Com a falta de tempo para percorrer arquivos públicos espalhados por diferentes cidades brasileiras, foram realizadas, sem sucesso, algumas tentativas de contato com escritores que se debruçaram sobre a história de Luiz Gama, com o intuito de buscar uma indicação de onde poderiam estar arquivadas correspondências pessoais do personagem de pesquisa. Também buscamos contato com a Loja Maçônica América, em São Paulo, onde Luiz Gama foi um dos membros mais ativos, chegando a assumir o cargo de Venerável³ (Francisco,

³ Em sua tese de doutorado sobre a maçonaria de São Paulo no processo de abolição, Renata Ribeiro Francisco aponta que Luiz Gama exerceu diversos cargos na estrutura hierárquica da loja maçônica América e que era um procedimento comum o revezamento dos principais cargos entre os membros mais prestigiados: “Na Loja

2018, p. 66), o mais alto posto na estrutura do rito maçônico que ele seguia (Carvalho, 1988). Apesar dos esforços, apenas uma pessoa respondeu, mas sem fornecer a informação de que precisávamos.

A intenção de explorar fontes primárias visava permitir uma investigação direta de documentos que pudesse proporcionar o conhecimento das estratégias que Luiz Gama utilizou nos campos sociais. Inspirada na abordagem conhecida como etnografia documental⁴, essa tentativa buscaria transformar artefatos documentais em instrumentos de diálogo, examinando até que ponto esses registros poderiam inspirar novas interpretações sobre o biografado. Esse método de pesquisa, conforme delineado por Cunha (2005), procura não apenas decifrar o conteúdo dos documentos, mas também refletir sobre como essas fontes podem enriquecer e transformar nossa compreensão de figuras históricas, como é o caso de Luiz Gama.

Reconhecer limites que nos fazem restringir objetivos muito amplos gera uma certa frustração. Entretanto, resignamo-nos ao levar em conta as palavras de Becker, quando alerta para a necessidade de, na prática científica, buscar o que é possível:

(...) Melhor se dedicar aos objetivos da ciência normal: fazer um bom trabalho que outros possam usar e, assim, aumentar o conhecimento e a compreensão. Já que

América, os mesmos cargos maçônicos foram recorrentemente ocupados pelos mesmos Irmãos. Assim, Luiz Gama ocupou o posto de segundo vigilante (1871, 1872, 1874, 1875), e de venerável no período de 1876 a 1880; Américo de Campos, a saber, por diversos anos consecutivos aparece exercendo o cargo de orador (1874, 1876, 1877, 1878) e em outros desempenhou a função de primeiro vigilante (1875 e 1887). Na sessão de 13 de dezembro de 1874, Américo de Campos substituiu o venerável ausente. Ao que parece, a legitimidade desses obreiros à frente da loja era inquestionável e inabalável. Além de Américo de Campos, surge o nome de Jesuíno Antonio de Castro como primeiro vigilante (1877, 1878, 1879) e de João Fernandes da Silva Júnior ocupando a vaga de primeiro vigilante (1875) e segundo vigilante (1877, 1878 e 1879). Entre os anos de 1883 e 1885, João Fernandes da Silva Júnior finalmente ocuparia o tão prestigiado posto de venerável, cargo de maior prestígio e que só poderia ser ocupado por aqueles que já haviam antes exercido a função de vigilante. Ferreira de Menezes foi orador em 1870 e, no período de 1872 a 1878, ocupou o posto de represente maçônico da Loja no Rio de Janeiro. Albino Soares Bairão conquistou a vaga de secretário em 1879, 1881 e, em 1884, aparece como orador da loja. O médico italiano Ignácio Ichiles Betholdi, um dos fundadores da Loja América, exerceu o posto de segundo vigilante entre 1877 e 1879". (Francisco, 2018, p. 66-67)

⁴ No artigo "Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo" (2004), a professora Olívia Maria Gomes da Cunha mergulha nas complexidades que cercam os arquivos, especialmente os de natureza pessoal. Atuando na documentação deixada pela antropóloga Ruth Landes, o artigo desvela as fronteiras e critérios que definem esses registros pessoais e que não foram publicados, mas apresenta sutilezas do caminho que tomou a pesquisa. Sua tese central desafia a conceção do que a autora do texto chama de arquivos convencionais, propondo que mesmo os registros mais pessoais, quando utilizados na pesquisa, se tornam fontes valiosas para análise científica. Dessa forma, expande-se o horizonte de investigação além dos métodos etnográficos tradicionais de campo, adentrando-se no vasto território arquivístico do material que o pesquisador deixou de rastro em seu processo de trabalho acadêmico.

Os arquivos etnográficos englobam uma variedade de materiais, desde correspondência e produção intelectual até fotografias e documentos pessoais. A distinção entre o pessoal e o profissional muitas vezes é tênue, pois ambos os domínios se entrelaçam em documentos que tratam de relações sociais e experiências pessoais da antropóloga. Esses arquivos são construídos culturalmente e refletem não apenas a produção de conhecimento sobre os "outros", mas também a construção da identidade e autoridade intelectual do escritor.

podemos alcançar essas coisas em nossas pesquisas e texto, não nos condenemos ao fracasso visando ao impossível. (Becker, 2015, p. 188).

Reconhecendo as limitações impostas pelas nossas circunstâncias, buscamos definir nosso tema e nossas questões de pesquisa dentro de um escopo viável. Inspirados especialmente pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, com o texto “A Ilusão Biográfica” (2006), por Renato Janine Ribeiro, na obra **Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo** (1999), e por Walter Benjamin, nas suas “Teses sobre o conceito de história” (1987), reelaboramos nossos objetivos, concentrando-nos na análise da construção da memória de Luiz Gama feita por seu primeiro biógrafo em livro. Embora outras referências sejam também mobilizadas ao longo deste estudo, são estas as que estruturam de maneira fundamental nossa abordagem metodológica.

Dessa forma, nosso objetivo geral será mapear a trajetória memorial que parte da carta autobiográfica de Luiz Gama (1880), passa pelo artigo biográfico de Lúcio de Mendonça (1880) e culmina na biografia inaugural de Sud Mennucci (1938), examinando como cada texto reelabora a memória do abolicionista e quais sentidos políticos essa construção assume em seu contexto histórico.

A biografia como construção histórica da memória

O nosso interesse por Luiz Gama surgiu, como já expusemos, de um crescente encantamento por sua trajetória de vida, tal como apresentada em vídeos disponíveis na internet. Esse fascínio foi intensificado pela leitura de alguns de seus biógrafos. A identificação imediata com essa figura histórica, que teria influenciado seu campo social enfrentando inúmeras adversidades, utilizando as armas da cultura e da educação, motivou o interesse inicial da pesquisa. Essa conexão pessoal com a imagem estabelecida de Luiz Gama foi importante porque inspirou a proposta inicial de investigação, e atualmente ajuda a mantermos uma conexão especial com o nosso tema. Contudo, estabelecendo contato com as ideias do antropólogo Clifford Geertz em seu livro **O Saber Local** (1997) foi possível refletir de modo mais paciente sobre a questão da subjetividade no trabalho de pesquisa, passando a compreender que, embora ela esteja sempre presente e seja importante, é preciso ficar atento para que ela não se torne um empecilho para o conhecimento; precisamos tomar cuidado para que o nosso *eu* não engolfe o “objeto” de pesquisa.

Observamos, nos primeiros rascunhos deste texto, o predomínio de uma abordagem mais emocional - e até passional, às vezes -, que se sobreponha à compreensão mais racional e

objetiva. Em sua obra, Geertz apresenta dois conceitos alemães que ajudam a compreender essa tensão: o *einfühlen*, que significa "empatia profunda" ou "imersão emocional", estava se agigantando sobre o *verstehen*, termo que pode ser traduzido como "compreensão racional" ou "entendimento analítico" (Geertz, 1997, p. 86). Em sua análise, Geertz argumenta que a antropologia deve priorizar uma interpretação cuidadosa, em vez de uma identificação pessoal excessiva com o objeto de estudo. Ele nos lembra que, embora a compreensão das subjetividades humanas exija atenção aos sistemas simbólicos e modos de expressão cultural, não devemos nos perder apenas na empatia ou no sentimento exacerbado. A chave é encontrar um equilíbrio entre envolvimento pessoal e rigor analítico. Nesse sentido, argumenta o autor:

Em suma, é possível relatar subjetividades alheias sem recorrer a pretensas capacidades extraordinárias para obliterar o próprio ego e para entender os sentimentos de outros seres humanos. Possuir e desenvolver capacidades normais para estas atividades é, obviamente, essencial se temos esperança de conseguir que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou de que nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar. Não estou, em hipótese alguma, defendendo a falta de sensibilidade e espero não ter dado esta impressão. Mas seja qual for nossa compreensão - correta ou semicorreta - daquilo que nossos informantes, por assim dizer, realmente são, esta não depende de que tenhamos, nós mesmos, a experiência ou a sensação de estar sendo aceitos, pois esta sensação tem que ver com nossa própria biografia, não com a deles. Porém, a compreensão depende de uma habilidade para analisar seus modos de expressão, aquilo que chamo de sistemas simbólicos, e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade. Entender a forma e a força da vida interior de nativos - para usar, uma vez mais, esta palavra perigosa - parece-se mais como compreender o sentido de um provérbio, captar uma alusão, entender uma piada - ou, como sugeriu acima - interpretar um poema, do que com conseguir uma comunhão de espíritos. (Geertz, 1997, pp. 106-107).

Walter Benjamin, em seu ensaio “Sobre o conceito de história”, embora tenha preocupações e um enfoque intelectual distintos dos de Clifford Geertz, também alertou para os perigos da abordagem fundada apenas na empatia histórica. Na sétima tese, Benjamin critica a recomendação de Fustel de Coulanges para que o historiador esqueça o conhecimento das fases posteriores, para buscar reviver uma época passada. Para Coulanges, a empatia é essencial, mas Benjamin vê nela uma inércia emocional, a *acedia*, que está associada a uma identificação com o vencedor. Para captar a “verdadeira imagem histórica”, é necessário que o historiador adote uma postura mais distanciada. Vejamos:

Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. Sua origem é a inércia do coração, a *acedia*, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz. (...) (Benjamin, 1987, p. 225).

Os diferentes alertas apresentados por Geertz e por Benjamin sobre a complexidade da questão da subjetividade nos levaram a questionar se também estariamos incorrendo nesses deslizes, comprometendo potencialmente nosso trabalho. Uma vez identificada e, esperamos, mitigada essa tendência à personalização, resta indagar se a biografia de Luiz Gama publicada por Sud Mennucci - que, segundo Lígia Fonseca Ferreira: “(...) joue um rôle important dans l’appréciation future de Luiz Gama et il devait être presque la seule et unique source de référence pendant près de soixante ans⁵” (Ferreira, 2001, pp. 548-549) - demonstra o mesmo escrúpulo metodológico. As leituras preliminares revelam que o autor reproduz longos trechos da carta autobiográfica que Gama redigiu a pedido de Lúcio de Mendonça, recurso que pode ter contribuído para cristalizar uma representação idealizada e linear da trajetória do abolicionista.

Na leitura dos textos de Pierre Bourdieu para a realização da nossa proposta inicial de reconstruir os diversos campos sociais⁶ em que Luiz Gama atuou, deparamo-nos com o artigo “A ilusão biográfica”, no qual o sociólogo francês argumenta que nenhuma biografia deve ser analisada como uma sequência coerente e linear, desprovida de nuances ou interrupções. Pelo contrário, ele enfatiza que a vida de qualquer indivíduo é marcada por contingências, rupturas e transformações, que devem ser consideradas para uma compreensão mais profunda e realista da trajetória do biografado. (Bourdieu, 2006)

Também para refletir sobre a biografia de Luiz Gama elaborada por Sud Mennucci e sua aparente linearidade, volta a nos ser útil o texto acima citado de Walter Benjamin. Na tese número 5, o filósofo alemão trata do significado do passado e da sua reconstrução no presente. As imagens e eventos de um momento histórico passado se tornam parte do conhecimento histórico quando são reconhecidos como significativos no presente. E o reconhecimento de ocorrências significativas pode ser dificultado em razão de memórias já constituídas, que selecionaram alguns eventos e imagens, soterrando outros. Se o pesquisador se deixa aprisionar pela memória constituída, perde a chance de resgatar o que foi esquecido, que pode se tornar irrecuperável, frustrando-se a possibilidade de ser compreendido ou lembrado de maneira significativa. Vejamos as palavras de Benjamin:

⁵ Tradução nossa: “(...) desempenhou um papel importante na apreciação futura de Luiz Gama e deveria ser quase a única e exclusiva fonte de referência durante cerca de sessenta anos”.

⁶ O conceito de campo social, proposto por Bourdieu, atraiu-nos desde o início porque nos oferece uma visão da sociedade como um espaço de disputa simbólica, onde os agentes sociais competem pela legitimidade e pelo poder (Bourdieu, 2001). Essa competição se dá entre dominantes e dominados, que constantemente medem forças para alcançar seus objetivos dentro do campo, como enfatiza Walter Praxedes, ao comentar esse conceito: “Bourdieu defende a ideia de que uma característica presente em todos os campos sociais que estudou é a divisão entre dominantes e dominados, os primeiros controlando as posições de poder e prestígio e ditando as regras de funcionamento do campo, enfim, controlando a maior parte dos capitais em disputa, enquanto os dominados lutam para melhorar sua posição, por meio de estratégias práticas de submissão às regras do campo ou de tentativa de criar novas regras que sejam mais favoráveis a seus interesses.” (Praxedes, 2015, p. 17).

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. "A verdade nunca nos escapará" — essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irrecuperável é cada imagem do presente [ler: passado]⁷ que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela. (Benjamin, 1987, p. 224)

Benjamin se contrapõe ao historicismo por sua tendência a identificar-se com os vencedores, ao acreditar na possibilidade de "recuperar o passado como de fato foi", e com isso formar uma imagem da histórica como ocorrendo linearmente num "tempo vazio e homogêneo". Deste modo, a questão que se impõe é: em que medida a biografia sobre Luiz Gama escrita por Sud Mennucci em 1938 e que se tornaria desde então uma espécie de biografia oficial (Ferreira, 2001, p. 558) escapa desse modo historicista de trabalhar, criticado por Benjamin?

O filósofo argumenta que a verdadeira tarefa do materialista histórico é contrapor-se à história oficial, revelando a barbárie oculta por trás dos bens culturais e da ideologia dominante. Nessa esteira, Benjamin propôs a celebre "tarefa" de "escavar a história a contrapelo" (Benjamin, 1987, p. 225), expondo a exploração e a opressão que sustenta a memória histórica. Vejamos o texto do autor:

(...) Para os teólogos medievais, a *acedia* era o primeiro fundamento da tristeza. Flaubert, que a conhecia, escreveu: *Peu de gens devi-neront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage*. A natureza dessa tristeza se tomará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escavar a história a contrapelo. (Benjamin, 1987, p. 225).

⁷ Neste ponto, há visivelmente um erro de impressão. O sentido das teses indica que deveria estar escrito "passado". E outra tradução do mesmo texto, feita por Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller, traz passado no contexto equivalente: "(...) Pois é uma imagem irrestituível do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se reconhece como nela visado". (In: LÖWY, 2005, p. 62)

Walter Benjamin lembra-nos de que toda escrita sobre o passado institui uma memória mobilizada por interesses do presente; ela pode conservar certa autonomia, mas também se deixa moldar por agendas específicas. Ao examinarmos a biografia inaugural de Luiz Gama escrita por Sud Mennucci em 1938 — etapa derradeira de um circuito que inclui o artigo de Lúcio de Mendonça (1880) e a carta autobiográfica de Gama (1880) — convém, portanto, perguntar: até que ponto o retrato de Mennucci dialoga (ou se subordina) às injunções políticas e ideológicas de sua época? A trajetória de Gama é realmente tão linear quanto parece? Que elementos permanecem encobertos por essa aparente continuidade?

Com essas questões em vista, propomos interpretar o trabalho biográfico a partir do modo como ele reconstrói a trajetória de Gama e esculpe a imagem pública do abolicionista. Para isso recorreremos a autores que investigam os sentidos sociológicos da biografia — mostrando como esses textos revelam não apenas o biografado, mas também o olhar do biógrafo e o horizonte social que o informa.

Analisaremos a obra biográfica de Luiz Gama com o intuito de tentar descobrir o porquê de, naquele contexto, ter havido um resgate da figura de Luiz Gama, da maneira como foi feita pelo autor. Não buscaremos colocar a biografia num *continuum*, como se ela seguisse uma linearidade. Tal como Benjamin propõe em sua tese 16, cada momento histórico (seja o presente, seja o passado) tem sua historicidade, não podendo ser encarado como mera “transição” para um subsequente. Vejamos as palavras do autor:

O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas para no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem "eterna" do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. Ele deixa a outros a tarefa de se esgotar no bordel do historicismo, com a meretriz "era uma vez". Ele fica senhor das suas forças, suficientemente viril para fazer saltar pelos ares o *continuum* da história. (Benjamin, 1987, p. 230).

Assim, nossa abordagem pretende ampliar a mera compilação de textos, visando a uma análise crítica e contextualizada que possa contribuir para a reflexão sobre a versão pioneira da biografia de Luiz Gama que a memória histórica constituiu sobre sua trajetória de vida, na tentativa de realizar um “salto de tigre em direção ao passado” (Benjamin, 1987, p. 230) em busca desses momentos carregados de significado político.

A partir das reflexões de Benjamin acerca das armadilhas políticas contidas na memória histórica, entendemos ser essencial realizar uma análise crítica aprofundada da biografia de Gama realizada por Sud Mennucci, entendendo-a não apenas como fontes de informações, mas como construção de memória feita a partir de perspectivas determinadas, em tempo histórico

específico. Esse trabalho é imprescindível para buscarmos a construção de uma perspectiva de pesquisa autônoma acerca desse personagem que se tornou um monumento da história brasileira.

Algumas das concepções de Walter Benjamin acima expostas coincidem com as do historiador Marc Bloch, fundador da escola dos Annales. Segundo ele argumenta no livro **Apologia da história ou o ofício do historiador** (2002), a história não se resume a uma simples coleta de eventos ocorridos, mas consiste em uma ciência que envolve interpretação e escolha por parte dos historiadores. Nesse sentido, a ideia de fatos históricos estáticos não corresponde à realidade, uma vez que o passado é moldado pelas construções de investigação e interpretação dos próprios historiadores. Como salientou Jacques Le Goff, no prefácio do livro: "A história é busca, portanto escolha" (Bloch, 2002, p. 24).

Bloch (2002) também enfatiza que o objeto da história são os seres humanos em seus contextos temporais, não o passado em si, como uma entidade estática. Ele critica os “antiquários”, que seriam os historiadores que se fixam apenas no passado, evitando o confronto com as questões contemporâneas (2002, p. 62). O autor propõe, então, uma abordagem que busque compreender tanto o presente através do passado quanto o passado através do presente, promovendo uma interação dinâmica entre os dois períodos que possibilite uma compreensão mais profunda da história e da sociedade.

A criação de uma biografia, então, não é feita despretensiosamente; ela visa apresentar uma figura que, aos olhos do autor, merece ser lembrada e relembrada por alguns de seus feitos. O biógrafo, portanto, não apenas reproduz eventos passados da vida de um personagem, ele também seleciona fatos e acontecimentos, pretendendo algum tipo de repercussão social e/ou política no seu presente. Neste sentido, a obra de um biógrafo se aproxima da escrita de um texto político, tal como o caracterizou Renato Janine Ribeiro em **Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo** como um trabalho que tem uma “tenção de intervenção” (Ribeiro, 1999, p. 341).

Partindo dessas considerações, é fundamental compreender o significado da obra biográfica sobre Luiz Gama escrita por Sud Mennucci, levando em conta as implicações do momento histórico em que foi produzida. Mais do que identificar circunstâncias exteriores prévias, pretendemos explorar como Mennucci, por meio de seu texto, buscou provocar determinados efeitos políticos com a sua obra. Para isso, cotejaremos a biografia com suas principais fontes - a carta autobiográfica de Gama (1880) e o artigo de Lúcio de Mendonça (1880) - examinando como esses documentos são apropriados ou silenciados. Dessa forma, a

análise será feita diretamente a partir do texto biográfico e, a partir desse documento e de seus fundamentos, verificar as condições históricas em que foi elaborado.

Essa abordagem encontra respaldo metodológico nas reflexões de Renato Janine Ribeiro (1999), que, ao tratar da análise de textos clássicos da teoria política, propõe um deslocamento da tradicional perspectiva contextualista para uma leitura em que o ponto de partida fundamental é o próprio texto. Ribeiro argumenta que muitos pesquisadores, ao enfatizarem excessivamente o contexto histórico, correm o risco de minimizar ou mesmo desconsiderar o valor intrínseco das obras estudadas. Como bem pontua o autor, "(...) é frequente cientistas sociais ou historiadores desdenharem o exame rigoroso do pensamento e reduzirem-no a seu efeito num determinado 'contexto'" (Ribeiro, 1999, p. 342).

Nesse sentido, ao analisarmos a obra biográfica de Sud Mennucci sobre Luiz Gama, nossa investigação assumirá uma postura atenta ao documento histórico, buscando nele as pistas que permitam revelar não apenas o contexto histórico subjacente, mas também as estratégias discursivas que tornam essa biografia particularmente relevante para entender como a memória e o legado de Luiz Gama foram estabelecidas.

Em seu livro, Ribeiro argumenta que o contexto não pode ser desconsiderado. Mas, se o pesquisador partir dele, corre o risco de meramente enquadrar o texto. Por isso, segundo o autor, a interpretação que visa encontrar as conexões entre um texto político e seu tempo precisa partir de um exame interpretativo do próprio texto. Ele enfatiza a importância de compreender o diálogo implícito que o autor quer estabelecer com o público destinatário. Ao focar no pensamento de Hobbes, Ribeiro busca realizar uma interpretação que considere a “tenção de intervenção” do autor no contexto histórico, por meio da comunicação com seus leitores. Essa abordagem propõe uma leitura mais rica e complexa, em que o texto não é visto como um reflexo do seu tempo, mas como uma tentativa de intervenção no seu momento histórico, destacando a interação entre autor, texto e público.

Para Ribeiro, um texto político nasce como estratégia: antes de refletir sua época, ele designa o leitor que pretende afetar e calibra os argumentos para produzir efeitos concretos. Assim, os sentidos que emergem na recepção - mesmo aqueles que parecem divergir da intenção original - não são simples equívocos, mas indícios do diálogo tenso entre autor e audiência. Um exemplo dessa abordagem é trazido pelo autor no seguinte trecho:

O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura *refletir* o seu tempo e sociedade; quer *produzir* efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo de eficácia

própria do discurso. A leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia. Escrever e ler, portanto, não são meros efeitos: são produzires. (Ribeiro, 1999, p. 347)

Para alcançar uma compreensão mais profunda da construção do personagem Luiz Gama por Sud Mennucci, recorreremos a diversos autores que refletiram sobre a biografia como forma de análise social. Valer-nos-emos das contribuições teóricas de estudiosos como Pierre Bourdieu – como já informamos -, Sabina Loriga e Mary del Priore.

No texto “A Ilusão biográfica” (2006), já citado, Pierre Bourdieu argumenta que biografias não devem ser vistas como sequências lineares e coerentes. Ele destaca que a vida de qualquer indivíduo é cheia de contingências, rupturas e transformações, e que a estrutura social desempenha um papel crucial na formação da trajetória pessoal. Ele utiliza a metáfora do metrô para ilustrar a necessidade de levar em conta a estrutura social na qual o indivíduo está inserido e que conecta os diferentes pontos na trajetória de uma vida, mas não de forma linear, e sim dinâmica e repleta de desvios e paradas. Sem essa perspectiva, segundo ele, qualquer tentativa de compreensão seria superficial e insuficiente. Vejamos as palavras do autor:

A análise crítica dos processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade, na construção dessa espécie de artefato socialmente irreprensível que é a "história de vida" e, em particular, no privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida considerada como história em relação ao espaço social no qual eles se realizam não é em si mesma um fim. Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (...) (Bourdieu, 2006, pp. 189-190).

Conforme Bourdieu expõe, ao investigar uma história de vida, é essencial expandir a análise para além do indivíduo, examinando as relações sociais em que está imerso. Por isso, segundo o sociólogo francês, para compreender uma trajetória biográfica, é necessário mapear as transformações do campo social ao longo do tempo e entender as relações objetivas que ligam o indivíduo a outros agentes sociais:

(...) não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer

avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos” (Bourdieu, 2006, p. 190).

Bourdieu sublinha a importância de construir previamente o espaço social no qual a vida se desenrola, a fim de compreender as posições e movimentos dos agentes dentro desse ambiente social. No entanto, segundo o sociólogo, muitas análises biográficas negligenciam essa dimensão, perdendo a oportunidade de considerar os indivíduos como produtos e agentes de seu tempo e de suas ações no tecido social. Ele argumenta que tanto o biógrafo quanto o biografado estão interessados em criar uma narrativa coerente e significativa da vida, mesmo que isso envolva simplificações e omissões. Essa construção de sentido proporciona uma lógica retrospectiva e prospectiva à vida, articulando eventos passados e futuros de maneira inteligível.

Como Bourdieu observa:

(...) O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) tem de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. (Bourdieu, 2006, p. 184)

Nesse sentido, à luz da crítica de Pierre Bourdieu ao “postulado do sentido” que transforma existências complexas em roteiros lineares, concordamos com João de Lira Cavalcante Neto em **A arte da biografia: como escrever histórias de vida** (2022) quando argumenta que construções biográficas deterministas escondem contingências e rupturas fundamentais na vida de um biografado:

Não há, portanto — e nisso Bourdieu continua a ter absoluta razão — nenhum projeto pessoal determinado a priori, nenhuma unidade de sentido em uma vida, como querem alguns biógrafos, que procuram apontar o destino de seus biografados como algo já estabelecido desde a infância. Um devir a ser cumprido e palmilhado, cronologicamente, etapa após etapa. Bourdieu, de forma aguda, alertava para as consequências epistemológicas, mas também políticas, desse tipo de perspectiva teleológica, determinista. (Cavalcante Neto, 2022, p. 70)

Apesar das diferenças entre o pensamento de Bourdieu, que defende a necessidade de reconstruir primeiro o campo antes de analisar o indivíduo, e o de Janine Ribeiro, que

argumenta que a análise deve partir do texto para preservar a originalidade da escrita de um indivíduo autor, acreditamos ser possível estabelecer um diálogo criativo entre essas duas abordagens. O próprio Ribeiro reconhece que o contexto histórico é importante; sua cautela dirige-se apenas ao risco de esvaziar a análise do texto político quando o pesquisador se limita a enquadrá-la num no contexto social, restringindo o documento apenas como efeito dessa realidade:

Lendo a filosofia política, convém partirmos do texto e não do (assim chamado) contexto. O estudo de uma época, de suas tensões fundamentais etc. é essencial para a compreensão de seus escritos; mas tende — se adotado como ponto de partida metodológico — a produzir o mero enquadramento dos textos. Estes são convertidos em efeitos. (...) (Ribeiro, 1999, p. 344)

Também valiosas para o nosso trabalho serão as reflexões feitas por Sabina Loriga em “A biografia como problema” (1998), artigo em que ela, baseada nas ideias de Hippolyte Taine (1828-1893), introduz o conceito de “homem partícula”. Esse conceito sugere que, na historiografia, os indivíduos devem ser vistos como partículas dentro de uma estrutura maior, como a sociedade, a cultura ou o contexto histórico específico. O “homem partícula” está em constante interação com outras “partículas” (outras pessoas) e com o meio ambiente ao seu redor, e essas interações são essenciais para entender o comportamento e as escolhas do indivíduo. Portanto, uma biografia deve, segundo a autora, considerar essas interações e influências mútuas para oferecer uma compreensão mais abrangente e completa do sujeito biografado.

Em sua reflexão, Sabina Loriga argumenta que, na análise do “homem partícula”, é crucial reconhecer a importância tanto das microestruturas, como ações individuais, eventos e interações cotidianas, quanto das macroestruturas, em que o sujeito está inserido. A autora sustenta que uma biografia eficaz deve integrar esses dois níveis de análise, para oferecer uma visão mais ampla e completa do indivíduo. Esse conceito contrasta com abordagens biográficas que tratariam o sujeito como um herói isolado ou como um gênio independente das circunstâncias históricas. Em vez disso, o conceito de “homem partícula” enfatizaria a interdependência histórica, destacando que os indivíduos estão sempre em interação com outros e com o meio ao seu redor, revelando como suas ações e escolhas são moldadas tanto pelas estruturas sociais quanto pelas dinâmicas cotidianas.

O conceito de “homem-partícula” em Sabina Loriga, fundamentado nas ideias de Taine e de pensadores como Lewis Namier (1888-1960) e Sigmund Freud (1856-1939), promove uma visão da história que valoriza os detalhes das experiências individuais. Nesse sentido, Loriga expõe as concepções de Namier e de Freud:

No começo do século XX, algumas dessas intuições foram retomadas e estudadas pelos historiadores prosopógrafos. O primeiro deles, sir Lewis Namier, procurou descobrir a verdade objetiva por meio de uma espécie de pontilhismo. Como observou Isaiah Berlin, o historiador anglo-polonês torturava a história, ‘dividia e reduzia realmente seus dados a fragmentos mínimos, depois os recomponha com uma rara capacidade de imaginação e de síntese’. Seu empirismo tinha algo de profundamente inovador; em consonância com as ideias revolucionárias dos filósofos do círculo de Viena, que tinham estabelecido o princípio de verificação como meio de lutar contra indeterminação da metafísica, Namier queria ‘eliminar o elemento espiritual da história’. Desconfiava da filosofia da história e mesmo da história das ideias e estava convencido de que, para explicar os fatos sociais, era preciso explorar detalhadamente as raízes do comportamento individual — razão pela qual construía a história a partir da psicologia e não da sociologia. Seu método de análise pontilhista previa a separação dos fenômenos sociais em uma miríade de existências particulares que era preciso recompor sucessivamente em conjuntos mais amplos: o objetivo era ‘conhecer bem a vida de milhares de indivíduos, um formigueiro em sua totalidade, ver as colunas de formigas espalharem-se em diferentes direções, estender suas articulações e suas correções, observar cada formiga e todavia jamais esquecer o formigueiro’.

Mas a ideia de fragmentar o real, de estudar suas clivagens, iria ser aprofundada fora do campo da história. A psicanálise foi a primeira a se voltar para uma abordagem detalhada e não maciça: reduzindo a migalhas a confusão dos sonhos, Freud concebia o infinitamente pequeno não apenas como um índice indispensável, uma pista que permite encontrar o sentido geral, mas como um ponto nodal, ‘sobre determinado’, para o qual convergiam muitas motivações e pulsões. (Loriga, 1998, p. 243)

Em artigo de 2009 intitulado, “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”, Mary Del Priore também explora a intersecção entre o indivíduo e a história. Ela enfatiza a necessidade de ver o sujeito da biografia não apenas como um protagonista isolado, mas como reflexo revelador de sua época (Del Priore, 2009, p. 9). Esta perspectiva ecoa a ideia de “homem particular” proposta por Sabina Loriga. Nesta visão de Del Priori, os indivíduos são percebidos não apenas como agentes que moldam a história, mas também como recipientes que absorvem e expressam as correntes de pensamento e os movimentos sociais de seu tempo (Del Priore, 2009, p. 9).

À luz dessas reflexões metodológicas, voltamos nossa observação para a biografia inaugural de Luiz Gama, publicada por Sud Mennucci em 1938, que por muito tempo foi considerada a principal referência sobre o abolicionista. Já na década de 1990, Elciene de Azevedo, em sua dissertação **Entre escravos e doutores: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**, escreveu que, “sem dúvida”, a biografia escrita por Mennucci seria “a mais completa”, e “também a que demonstra estar mais embasada documentalmente” (Azevedo, 1997, p. 4).

Ao concentrar-nos nesse texto fundador tão longevo, buscamos decifrar o diálogo que Sud Mennucci estabelece entre a trajetória de Gama e as demandas políticas presentes em sua atuação na década de 1930. Interessa-nos menos reconstituir com exaustividade os fatos da vida

de Gama e mais compreender como esses fatos foram selecionados, ordenados e investidos de sentido para servir a determinados projetos políticos da época de Mennucci.

Partiremos do próprio livro de Mennucci e, a partir dele, procuraremos analisar o contexto social que está interligado a esse documento. Ao escolher esse procedimento, esperamos auxiliar a revelar efeitos políticos que Sud Mennucci almeja alcançar em seu leitor, e qual horizonte moral atribui ao personagem que biografa. Buscamos interrogar a construção do legado e compreender por que essa primeira biografia ganhou autoridade canônica e como ela contribuiu para erigir o “monumento Luiz Gama” no imaginário brasileiro. Desse modo, este trabalho busca resposta para a seguinte pergunta: quais interesses falam através do texto político de Sud Mennucci ao celebrar Luiz Gama?

O primeiro capítulo do trabalho aqui iniciado mergulha na biografia escrita por Sud Mennucci, um texto que surge no ano do cinquentenário da Lei Áurea e que, não por acaso, disputa a memória abolicionista num período de reconfiguração do Estado nacional sob Vargas. Investigar essa obra significa, antes de tudo, reconhecer que cada gesto de rememoração - como adverte Walter Benjamin (1987) - ocorre no interior de relações entre forças políticas e sociais estabelecidas no presente: recordar é tomar partido, selecionar vestígios, atribuir-lhes valor e, de certa forma, redesenhar o contorno do que foi vivido. Assim, ao longo do capítulo, examinaremos como Mennucci procurou construir sua versão de Luiz Gama, quais convenções da escrita biográfica mobiliza para conferir verossimilhança à narrativa e quais possíveis interesses o autor articula nos debates políticos da década de 1930, utilizando a trajetória de Luiz Gama como estratégia de atuação política.

No segundo capítulo, analisamos de que modo Lúcio de Mendonça, ao compor seu artigo biográfico sobre Luiz Gama, seleciona e organiza elementos narrativos de forma a servir a interesses políticos velados sob a aparência de um relato histórico. No terceiro e último capítulo, confrontamos esses dois textos com a carta autobiográfica do próprio Gama, destacando as aproximações e os descompassos entre as três obras. A partir dessa comparação, explicitamos como Sud Mennucci construiu uma biografia que incorpora elementos dessas fontes anteriores, mas os reorganiza para atender a demandas políticas específicas da década de 1930, contribuindo para consolidar uma memória pública duradoura em torno de Luiz Gama.

CAPÍTULO 1 - A REPRESENTAÇÃO MÍTICA DE LUIZ GAMA POR SUD MENNUCCI

Publicado em comemoração ao cinquentenário da abolição, o livro *O Precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama (1938)*, de Sud Mennucci, buscava reapresentar ao público o abolicionista cuja importância, segundo Lígia Fonseca Ferreira (2020, p. 26), havia sido pouco lembrada após o 13 de maio de 1888. Mennucci procura apresentar aspectos da trajetória de Gama que, segundo ele, estavam dispersos em fragmentos de textos publicados em jornais e periódicos da época (Mennucci, 1938, p. 14).

Sud Mennucci destaca Luiz Gama como figura central e influente no movimento abolicionista, salientando seu papel como o “primeiro grande apóstolo dos negros” (Mennucci, 1938, p. 11), defensor dos escravizados e da causa republicana. Para a composição dessa representação, Mennucci apoiou-se sobretudo na carta autobiográfica que Gama enviou a Lúcio de Mendonça⁸ e no artigo biográfico resultante. Esses documentos continham relatos da vida de Gama, revelados ao público inicialmente por meio do **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**, que ocorreu no ano de 1880⁹.

O fato de Mennucci ter como fonte principal a carta autobiográfica escrita por Gama nos põe de sobreaviso. Pierre Bourdieu alerta que, ao trabalhar com fontes autobiográficas, o pesquisador deve considerar que o indivíduo pode tentar esboçar uma trajetória coerente e linear, atuando com a "propensão de tornar-se o ideólogo de sua própria vida" (2006, p. 184) ao buscar imprimir uma lógica em suas ações. De acordo com o sociólogo é necessário cautela ao trabalhar com tais fontes, pois o autor pode estar delineando sua própria trajetória de maneira

⁸ Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça (1854-1909) foi advogado, poeta, jornalista e escritor, além de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. À época da publicação do artigo biográfico de Luiz Gama, já desfrutava de prestígio considerável. Quando recebeu a carta - 25 de julho de 1880 -, Mendonça tinha 26 anos e Gama, 50; a distância geracional, contudo, não se impôs sobre suas afinidades políticas e intelectuais, conforme ressalta Lígia Fonseca Ferreira (Ferreira, 2008, p. 303).

⁹ O Almanaque Literário de São Paulo foi criado no final de 1875 com o intuito de promover a educação intelectual e o entretenimento das famílias paulistas, tanto das zonas urbanas quanto rurais. Além de calendário e informações práticas, trazia uma ampla seção dedicada à literatura, incluindo documentos científicos, históricos e artísticos, bem como biografias de personalidades destacadas, especialmente aquelas ligadas aos círculos republicanos e maçônicos dos quais Luiz Gama fazia parte. Entre seus colaboradores frequentes estava Lúcio de Mendonça, que redigia biografias elogiosas de contemporâneos influentes, prática comum nos círculos literários e políticos da época. O periódico adotava também uma postura explicitamente favorável aos escravizados, veiculando textos de caráter abolicionista. Entre 1875 e 1883 foram publicadas, ao todo, 43 biografias distribuídas por oito volumes, uma prática editorial que se repetia em outros periódicos contemporâneos. O artigo biográfico sobre Luiz Gama, assinado por Mendonça, apareceu na edição do Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881 (Ano VI, p. 50-62), tendo sido posteriormente reproduzido em várias publicações nacionais até as primeiras décadas do século XX (Ferreira, 2001, p. 463-464). O texto completo do artigo encontra-se transcrito integralmente nos anexos desta dissertação. O documento original digitalizado está disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011710&bbm/2087#page/104/mode/1up>. Acesso em: 26 jun. 2023.

que atenda a determinados interesses pessoais. Assim, verificaremos se a obra de Mennucci adota essa cautela de forma rigorosa ou, ao contrário, se acaba por reforçar o personagem que Gama quis construir sobre si mesmo na carta, sem questionar profundamente suas possíveis idealizações. Este capítulo examinará, entre outras questões, até que ponto a biografia de Mennucci se aproxima da “ilusão biográfica”, proposta por Bourdieu.

Antes de aprofundar na análise específica de **O Precursor do Abolicionismo no Brasil: Luiz Gama** (1938), é essencial explorar brevemente a biografia de Sud Mennucci, compreendendo seu ambiente social e intelectual. Ao investigar a vida do autor, é possível entender melhor o interesse de Mennucci por Luiz Gama e as razões que o levaram a dedicar-se a essa obra. Essa abordagem ajudará a contextualizar a biografia escrita por Mennucci, revelando as motivações e perspectivas do autor.

1.1 Sud Mennucci: uma análise entre a origem do biógrafo de Luiz Gama e suas motivações

Sud Mennucci nasceu em Piracicaba, São Paulo, em 1892, em uma família de imigrantes italianos. Seus pais, Amadeo Mennucci e Tereza Lari Mennucci, chegaram ao Brasil em 1888. Após uma estadia na Hospedaria dos Imigrantes, na capital paulista, a família se estabeleceu em Piracicaba, onde abriram uma marmoraria que produzia obras para túmulos no cemitério local (GIESBRECHT, s/d *apud* Santos, 2015, p. 121).

Sud Mennucci iniciou sua educação no Grupo Escolar Morais Barros, onde concluiu o ensino primário. Posteriormente, formou-se na Escola Complementar de Piracicaba, que mais tarde se tornou a Escola Normal, uma instituição voltada para a formação de professores. Em 1908, concluiu o curso e também se habilitou para ingressar na carreira de docente (Mennucci, 1946, p. 3 *apud* Fonseca, 2014, p. 32).

Mennucci iniciou então sua carreira como professor lecionando em diversas escolas no interior de São Paulo. Sua experiência no meio rural foi fundamental para o desenvolvimento de suas ideias sobre a educação rural, que se tornariam pilares de sua atuação educacional e intelectual. Paralelamente ao trabalho como professor, ele começou a colaborar com jornais, publicando artigos que discutiam questões educacionais e os desafios que a população rural enfrentava para acessar o ensino (Souza, 2015, p. 128).

Na dissertação **Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930**, Henrique de Oliveira Fonseca explora a tentativa de ruralização do ensino promovida por Sud Mennucci e sugere que, embora ele enfatizasse

frequentemente suas origens humildes e sua limitada formação acadêmica, essa construção fazia parte de uma autorrepresentação como um *self-made man* (Fonseca, 2014, pp. 122-123). Em **Testamento de uma geração** (1944), Mennucci reforça essa imagem ao exaltar sua condição de autodidata: “Não tive curso de formação superior. Precisei fazer-me sozinho, sem professor nem guia, tateando à procura das *verdades* que os outros estudavam e discutiam na escola” (Mennucci, 1944, p. 247 *apud* Fonseca, 2014, p. 33). Essa estratégia de autopromoção parece tentar construir uma imagem admirável sobre sua trajetória de vida, influenciando como ele era percebido tanto em círculos educacionais quanto políticos.

Relatos de contemporâneos de Sud Mennucci reforçam a imagem de um homem que superou grandes obstáculos para alcançar posições de destaque na academia. O professor Venâncio Gomes Filho, por exemplo, elogia sua determinação, destacando a perseverança de Mennucci diante das adversidades ao longo da vida:

É sumamente agradável exaltar essa figura de escol que já era notável aos dezoito anos, pôr em relevo um dos maiores vultos do magistério brasileiro e que conseguiu vindo da abandonada classe dos pobres doar ao professorado de sua terra um riquíssimo patrimônio material e intelectual. [...] ilustra perfeitamente o conceito de que os verdadeiros valores arrastam dificuldades e vencem procelas (Gomes Filho, 1954, p. 11 *apud* Santos, 2015, p. 110).

No entanto, a tese **A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais**, de Fernando Henrique Tisque dos Santos, sugere que as dificuldades financeiras de Sud Mennucci podem ter sido menos intensas do que indicado por esses relatos. O autor destaca que o pai de Mennucci, proprietário de uma marmoraria que produzia obras de arte para túmulos e possivelmente outras peças artísticas, tinha uma relação próxima com o ambiente cultural de Piracicaba e seus mecenás. Além disso, o quintal da casa da família Mennucci fazia fundos com a residência de Prudente de Moraes, presidente do Brasil entre 1894 e 1898. Esse fato sugere que a família poderia ter mantido relações próximas com grupos economicamente privilegiados da cidade (Santos, 2015, p. 122).

Ao longo da década de 1920, Mennucci ampliou sua influência ao atuar como delegado de ensino em Campinas e Piracicaba. Nessa função, ele buscou implementar suas ideias voltadas à ampliação do ensino rural. Ficou insatisfeito com os resultados da “Reforma Paulista de Ensino de 1920”, influenciada pelo conceito da “Escola Nova”, que propunha mudanças significativas na educação ao colocar o aluno como agente ativo no processo de aprendizagem. Mennucci criticava a reforma por ser excessivamente voltada para as regiões urbanas e economicamente privilegiadas (Santos, 2015, p. 104).

Enquanto o movimento da “Escola Nova” valorizava o experimentalismo e métodos científicos, como os da psicologia e biologia, Sud Mennucci argumentava que, no contexto brasileiro, essas ideias não eram adequadas, especialmente para a educação rural. Ele acreditava que a educação no Brasil deveria ser pragmática e adaptada às condições locais, em vez de seguir modismos pedagógicos urbanos europeus (Fonseca, 2014, p. 13-14). Em 1925, ele aceitou o convite de Júlio de Mesquita Filho para integrar a redação de *O Estado de São Paulo*. Nessa função, passou a escrever a coluna “Questões Pedagógicas” (Menezes, 2015, p. 18).

Em 1930, Sud Mennucci ajudou a fundar o Centro do Professorado Paulista (CPP), ao lado de Cymbelino de Freitas, marcando um novo capítulo em sua trajetória. Essa iniciativa consolidou sua liderança na defesa dos direitos dos professores e na promoção do ensino rural (Fonseca, 2014, p. 54). A associação foi reconhecida pelo governo provisório de Vargas, em 1934, como de utilidade pública (Santos, 2015, p. 109).

O CPP também mantinha um periódico chamado *Revista do Professor*, que servia como uma plataforma política e propagava as ideias da associação. Mennucci participou ativamente de sua produção e das atividades relacionadas ao periódico (Santos, 2015, p. 109). Para divulgar suas ideias e promover seus projetos, utilizou essa revista e também livros (Fonseca, 2014, p. 80). Estes últimos, muitas vezes, consistiam em coletâneas de palestras ou artigos publicados anteriormente, o que demonstra a diversidade de suas intervenções nos debates educacionais (Fonseca, 2014, p. 80). A revista, publicada entre 1934 e 1939 sob sua direção, focava principalmente no ruralismo, mas também abordava outros temas que reforçavam os ideais da associação (Fonseca, 2014, p. 80).

A dissertação de Henrique de Oliveira Fonseca, analisa a *Revista do Professor* principalmente nas reverberações das ideias educacionais de Sud Mennucci promovidas pelo periódico. Entre os aspectos destacados, está a valorização dos educadores de São Paulo, na busca de construir uma visão de superioridade paulista no contexto educacional, comparando-os aos bandeirantes da civilização (Fonseca, 2014, p. 118). Fonseca inclui a transcrição de uma saudação feita por Mennucci na primeira edição da revista, que ilustra essa perspectiva:

[...] A entrega desse diploma que acabais de receber alvoracados e triunfantes, simboliza a última e mais brilhante etapa do moderno ciclo bandeirante, a missão racial que as gerações sucessivas de São Paulo legam umas às outras, como se carregassem no sangue, parecendo que a bebem no leite com que se amamentam (Revista do Professor, mar. 1934a, p. 3 *apud* Fonseca, 2014, p. 118).

Assim como os educadores paulistas eram comparados aos bandeirantes no cenário educacional local, a difusão das ideias de Sud Mennucci sobre a educação rural para outras

regiões do Brasil ampliava essa imagem de “espírito desbravador”. Dessa forma, o autor pode ser visto como um exemplo da figura paulista que promove a “civilização” pelo país (Fonseca, 2014, p. 119). Nesse contexto, Souza argumenta que:

Desse modo, pode-se dizer que o bandeirismo paulista foi transposto para a educação reafirmando os mesmos princípios norteadores da construção histórica regional que no final do século XIX erigiu os bandeirantes como sinônimos do empreendedorismo dos paulistas — homens de liderança, desbravadores destemidos, modelos de virtude e heroísmo — e converte a “epopeia bandeirante” numa narração que vincula a história de São Paulo como expressão da história nacional” (Souza, 2011, p.137 *apud* Fonseca, 2014, p. 119).

Em diversas edições da *Revista do Professor*, Sud Mennucci é retratado como um educador paulista que perpetua a tradição bandeirante de São Paulo. Como diretor do periódico, ele difundia constantemente essa ideia de um “bandeirante da educação” que busca expandir os horizontes do ensino rural (Fonseca, 2014, p. 120). Um exemplo dessa associação pode ser visto na seguinte passagem da revista:

E assim como na Paulicéia partiram, outrora, os destemidos bandeirantes para, em busca de esmeraldas verdes, afastarem os limites de Tordesilhas, foi ainda de São Paulo, que ecoou, Brasil à fora, o brado de Sud Mennucci o educador intrépido, que inspirado no postulado de Alberto Torres, desfraldou neste gigante da América Latina, o pavilhão do ruralismo, buscando imprimir um ‘facies’ todo ‘species’ à educação do sertanejo, o ‘brasileiro da gema’, que nos campos, nas matas e nas caatingas, sem conforto, sem educação e sem meios, procura elevar o nome deste colosso que lhe serve de berço (Revista do Professor, nov. 1939, p. 19 *apud* Santos, 2015, p. 32)

O alcance político de Sud Mennucci, evidenciado por sua liderança na disseminação de ideias educacionais e pela sua associação com os “bandeirantes” da educação, permitiu-lhe assumir três vezes o cargo de Diretor Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA do Estado de São Paulo durante a Era Vargas (1931-1932; 1933; 1943-1945), cargo equivalente ao atual de Secretário de Educação (Menezes, 2015, p. 18). Além de sua atuação na educação, Mennucci também exerceu influência política ao ser nomeado diretor superintendente do jornal *O Estado de São Paulo* durante a intervenção do governo federal na Revolução Constitucionalista de 1932. Essa nomeação suscitou um intenso debate público e críticas severas, evidenciando seu papel político e social fora da esfera educacional (Menezes, 2015, p. 60). A atuação de Mennucci, tanto na educação quanto na política, ampliou sua proximidade e atuação no poder público. Como Fernando Henrique Tisque dos Santos observa:

(...) Mennucci parece ter se beneficiado dos seus “trunfos” escolares, bem como dos seus investimentos na construção de diferentes tipos de capitais dos quais tirava benefícios para alcançar posições na administração pública. (Santos, 2015, p. 33).

Com sua crescente proximidade em relação ao governo federal e sua habilidade de transitar entre as esferas educacional e política, Sud Mennucci expandiu sua influência durante o período Vargas (1930-1945). Além de seu papel na educação, ele também foi membro da Legião Revolucionária, um movimento militar e político que apoiou a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas (Fonseca, 2014, p. 36).

Essa relação com o governo se fortaleceu quando o ruralismo pedagógico, uma das principais bandeiras de Mennucci, foi incorporado à campanha da Marcha para o Oeste, lançada em 1938. Sua influência também se evidenciou no 8º Congresso Nacional de Educação, em 1942, em que defendeu a especialização na formação de professores rurais (Santos, 2015, p. 229-230). A representação do professor como “apóstolo” e “bandeirante” não só atendia às intenções políticas do governo Vargas de integrar novos territórios ao Estado, promovendo uma política de diversificação agrícola, mas também ampliava o ideal civilizador e missionário de Sud Mennucci, alinhando seus objetivos aos interesses políticos do governo federal, na década de 1940 (Santos, 2015, pp. 229-230).

Portanto, ao analisar a trajetória de Sud Mennucci e sua atuação no cenário educacional e político, podemos compreender melhor as motivações que o levaram a escrever a biografia de Luiz Gama. Suas iniciativas no campo da educação, sua liderança política, e sua promoção do espírito desbravador paulista indicam um desejo de construir uma interpretação histórica que imprima seus próprios ideais de progresso e civilização. A próxima seção abordará o livro **O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama¹⁰** (1938), destacando o alinhamento desse trabalho ao ideário que Mennucci defendia, reforçando sua visão política.

1.2 A construção biográfica de Luiz Gama por Sud Mennucci

Para construir a biografia de Luiz Gama, o autor divide sua obra em duas partes distintas: a primeira, que abrange os anos de 1830 a 1856, e a segunda, que se estende de 1852 a 1886. Na primeira parte, Mennucci recompõe os momentos iniciais da vida de Luiz Gama, enfatizando como suas origens teriam moldado sua personalidade e influenciado sua trajetória subsequente. Na segunda fase, o foco é apresentar os feitos de Gama que o teriam consolidado

¹⁰ O livro foi publicado em 1938 e apresenta ortografia conforme as regras da língua portuguesa do seu tempo. Em nosso trabalho, pretendendo deixar a leitura mais clara e fluida, optamos por atualizar essa ortografia em todas as citações que apresentamos.

como um personagem de relevância histórica, especialmente sua atuação no movimento abolicionista no Brasil.

Nas páginas seguintes, analisaremos como o texto de Sud Mennucci sobre Luiz Gama se apoia em um recorte seletivo das origens, na escolha enfática de determinados feitos e na atribuição de sentidos lineares à trajetória do biografado. Assim, o que se apresenta, à primeira vista, apenas como uma biografia transforma-se, gradualmente, em um projeto político.

1.2.1 Luiz Gama: Origens, Família e construção de sua personalidade aos olhos do biógrafo

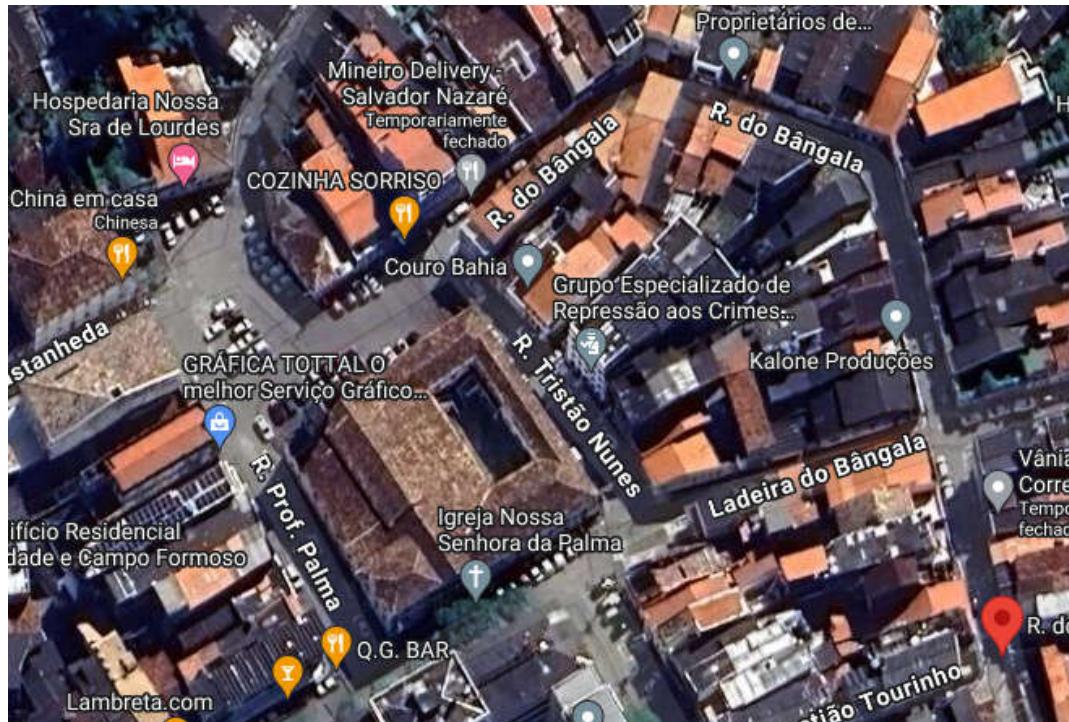
Na pretendida “obra serena de reparação e de reabilitação” (Mennucci, 1938, p. 18), Sud Mennucci dedica atenção significativa às origens de Luiz Gama e às influências de seus pais na formação de sua personalidade. Por mais que tenha criticado os autores que tivessem feito biografias a partir do texto de Lúcio de Mendonça baseado na carta autobiográfica do próprio biografado, ele inicia essa análise pela mesma carta, argumentando que não seria adequado duvidar da veracidade das informações apresentadas na missiva, o que evidencia uma contradição no método de Mennucci. Ele critica outros biógrafos pela ausência de fontes adicionais e pela falta de uma análise mais profunda das informações contidas na carta, mas ao mesmo tempo, ele próprio considera o conteúdo da carta como um ponto de partida inquestionável para sua biografia, já que, tendo sido por Gama “escrita aos cinquenta anos de idade, sabendo que se destinava a publicidade, essa Carta não pode deixar de ser aceita como um documento exato e verídico, que deve fazer fé em nosso espírito” (Mennucci, 1938, p. 26). Diante dessa argumentação de Sud Mennucci, ao aceitar as informações da carta como verdadeiras sem justificativas sólidas ou um exame mais rigoroso, o autor acaba caindo em um dilema semelhante ao que atribui a seus predecessores: uma dependência da versão de si mesmo construída pelo próprio Gama.

Quando aborda o nascimento de Luiz Gama, Sud Mennucci afirma categoricamente que não há dúvidas quanto à data, ao bairro e à rua onde Gama nasceu (Mennucci, 1938, p. 27). No entanto, essa segurança contrasta com uma falta de rigor em sua pesquisa, evidenciada por inconsistências na verificação dos fatos apresentados. Em sua carta autobiográfica, Luiz Gama descreve seu nascimento com os seguintes detalhes:

Nasci na cidade de S. Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguezia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, por as 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. (Mennucci, 1938, p. 19)

Sud Mennucci detalha sua busca pelo endereço mencionado por Luiz Gama, com a ajuda de amigos em Salvador/BA, destacando que inicialmente a localização exata da casa era desconhecida. Ele relata que, após solicitar uma fotografia ao Dr. Pedral Sampaio, não foi possível identificar o prédio, mesmo com consultas a condecorados da história local. A identificação da casa só teria sido possível após o envio da carta de Gama e o auxílio dos Drs. Gonçalo Moniz e Otávio Torres, que localizaram a residência como sendo o número 1 da antiga rua do Bângala, renomeada Rua Luiz Gama pela Prefeitura de Salvador em 1930. Descrita como um sobrado de dois pavimentos com um pequeno jardim anexo, a casa coincidiria com as descrições feitas por Gama (Mennucci, 1938, pp. 27-28). Contudo, uma verificação contemporânea, no site *Google Maps*, indica que a rua mencionada por Mennucci ainda existe com o mesmo nome, mantendo o ponto de referência destacado por Gama em sua carta - a igreja Nossa Senhora da Palma:

Figura 1 - Imagem aérea da rua do Bângala e da Igreja Nossa Senhora da Palma.

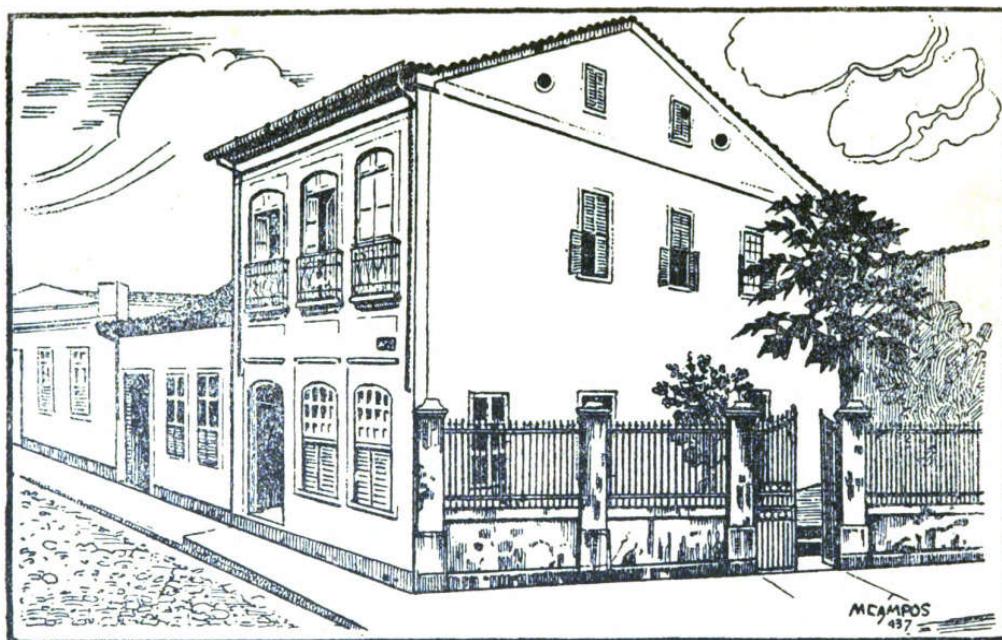


Fonte: Vista de satélite da Rua Bângala, Salvador/BA (Google, 2024).

A transcrição do imóvel feita pelos correspondentes baianos de Sud Mennucci destaca características que coincidem com a imagem recente obtida no *Google Maps*. Esses registros

apontam semelhanças significativas, como a disposição e a estrutura do sobrado na antiga rua do Bângala. A comparação entre o desenho realizado pelos correspondentes baianos, conforme mostrado na figura 3, e a imagem recente, apresentada na figura 4, confirma a persistência dos pontos de referência descritos na carta autobiográfica de Luiz Gama, incluindo a proximidade com a Igreja Nossa Senhora da Palma.

Figura 2 – Desenho da casa de Luiz Gama realizada pelos correspondentes baianos de Sud Mennucci.



*Casa onde nasceu Luiz Gama, à antiga Rua do Bângala, na Baía,
hoje n.º 1 da Rua Luiz Gama*

Fonte: Mennucci (1938, p. 29).

Figura 3 – Imagem recente da rua Bângala, na esquina da Praça Nossa Senhora da Palma retirada do Google Maps



Fonte: (Google, 2024)

Sud Mennucci argumenta que a dificuldade em rastrear as origens de Luiz Gama se deve ao fato de ele ter ocultado, na carta autobiográfica, o nome de seu pai. Enquanto Gama menciona sua mãe, Luíza Mahin, apresentando alguns detalhes sobre sua personalidade, ele silencia sobre a identidade paterna. Mennucci sugere que a história de Gama está mais relacionada à figura paterna do que à materna (Mennucci, 1938, pp. 26-27). Essa ênfase pode sinalizar posicionamentos de gênero e raça na pesquisa de Mennucci, permitindo-nos inferir sobre a imparcialidade e os valores subjacentes em sua abordagem.

O autor apresenta a figura de Luíza Mahin, mãe de Luiz Gama, de maneira ambígua ao longo do livro. Tendo sustentado que a carta autobiográfica de Gama deve ser considerada um relato fiel de sua história pessoal, ao referir-se ao poema "Minha Mãe", que Gama dedicou a Luíza Mahin, no entanto, sua abordagem é diferente. Mennucci descreve o poema como "patético" e sugere que ele "cai no domínio da fantasia" (Mennucci, 1938, p. 29), levantando dúvidas sobre a consistência da representação de Mahin. Enquanto valida a carta autobiográfica como fonte confiável, Mennucci descarta o poema como mera idealização. Ao fazer essa crítica, Mennucci sugere que Gama romantizou a figura materna, exagerando ao representar sua mãe como uma rainha africana, o que teria gerado equívocos nas interpretações posteriores (Mennucci, 1938, p. 30). O autor minimiza o significado da possibilidade da mãe de Gama ter sido uma rainha africana, alegando que, mesmo que fosse verdade, tal fato não seria difícil de

ocorrer, dado que na África havia inúmeras tribos negras cujos reinos eram efêmeros (Mennucci, 1938, p. 30).

Outra crítica de Sud Mennucci aparece na sua interpretação da última estrofe do poema na qual Gama representa sua mãe junto à cruz, rezando uma prece infinita. Para Mennucci, essa imagem é contraditória, já que Luíza Mahin seria pagã (Mennucci, 1938, p. 32). Ao finalizar essa análise, o autor parece ignorar as complexidades da memória e da expressão poética de Gama, optando por uma leitura estritamente literal que reduz a figura materna e o simbolismo presente no poema.

Em relação ao pai de Luiz Gama, que não é nomeado na carta autobiográfica, Sud Mennucci se propõe a explorar tanto sua identidade quanto sua personalidade. O autor elogia a decisão de Gama de manter o nome de seu pai em segredo, considerando-a um ato de nobreza e dignidade que revela um caráter forte e uma compreensão profunda das implicações sociais dessa escolha. No entanto, essa abordagem de Mennucci parece mais voltada a idealizar a figura de Gama, em vez de aprofundar a complexidade do impacto desse segredo na construção de sua própria identidade pública.

Com esse epítápio, Gama encerrou no mais pesado mistério o nome e a personalidade do amante de Luiza Mahin. E assim permanece até hoje, porque a não ser as referências acima, que lhe fez o filho, tudo o mais é enigma na vida do fidalgo. Gama, por pura misericórdia filial, generosamente lhe cobriu o nome com o manto do seu silêncio e levou a tal ponto o seu escrúpulo dessa negativa piedosa que nem mesmo aos amigos mais íntimos nunca fez a mínima confidência nem permitiu a menor alusão a respeito (Mennucci, 1938, pp. 34-35)

Sud Mennucci tenta explicar a dificuldade em identificar o nome do pai de Luiz Gama, sugerindo que este pode ter alterado seu nome ao ser vendido pelo pai para proteger a reputação paterna ou a pedido dos negociantes, com o objetivo de evitar alegações de liberdade, conforme a lei de 1831 (Mennucci, 1938, pp. 36-37). Mennucci também levanta a hipótese de que Gama teria modificado o nome da igreja onde foi batizado para dificultar ainda mais a identificação de sua origem. Segundo o autor, a inteligência e a habilidade de Gama como advogado permitiram-lhe esconder aspectos de sua origem que ele preferia manter em segredo:

Compreendem-se, aliás, perfeitamente as dificuldades encontradas na busca desse documento. Se Gama não tivesse a certeza da existência de uma circunstância qualquer que tornasse baldadas essas pesquisas, ele, que foi, como veremos, um prodígio de inteligência e de argúcia e que, como advogado dos mais ilustres, conhecia todos os segredos e todos os recursos da astúcia e da malícia humanas, não haveria afotamente contado a seu amigo Lucio de Mendonça, o local e a data aproximada em que fora batizado. Não iria fornecer aos seus futuros historiadores um dado de fato tão expressivo e tão significativo como esse, para a reconstrução de sua vida, se não

tivesse a plena certeza de que o assentamento, embora feito numa pequena cidade de província, que até hoje pouco se desenvolveu, mas que é, de outro lado, francamente acessível, não o pusesse a coberto da probabilidade de uma surpresa, denunciando-o naquilo que ele mais queria esconder. (Mennucci, 1938, pp. 37-38)

Sud Mennucci tenta explicar a venda de Luiz Gama pelo próprio pai, propondo hipóteses baseadas em interpretações pessoais que carecem de sustentação histórica. Ele questiona a explicação dada pelo próprio Gama, que atribui a venda à miséria em que o pai se encontrava, considerando essa justificativa simplista. Em vez disso, Mennucci sugere que a decisão de vender Gama poderia ter sido influenciada por pressões familiares, levantando a hipótese de que Gama poderia ser fruto de uma traição envolvendo Luiza Mahin. Essa especulação é reforçada pela ideia de que a ausência de Luiza, que deixou Salvador após a Revolta da Sabinada, teria gerado intrigas e facilitado a decisão de vender o menino, ato que, para Mennucci, vai além de uma simples necessidade financeira (Mennucci, 1938, p. 42).

Sud Mennucci também especula que o pai de Luiz Gama teria decidido batizá-lo durante a ausência de Luiza Mahin, sugerindo que sua mãe, por ser pagã, não teria interesse na fé cristã (Mennucci, 1938, p. 40). No entanto, não há indicação no texto de que o autor tenha fundamentado essa afirmação em fontes documentais ou evidências históricas. Mennucci sugere que essa decisão de batizar Luiz Gama seria um gesto de cuidado do pai com sua instrução religiosa, apontando uma preocupação deliberada com sua formação espiritual. Essa hipótese do autor contrasta com a imagem comum de um pai desinteressado e negligente, frequentemente associada ao pai de Gama. Vejamos as palavras do autor:

Pois bem, quando Luiza, com toda a certeza comprometida, junto com o amante, na "Sabinada", achou prudente, depois de vencida a revolução rumar para o Rio de Janeiro, pondo-se cautelosamente fora do alcance da polícia baiana, o fidalgo aproveita-se da ausência para cumprir o seu dever de crente. E leva o filho a pia batismal. Fá-lo, é certo, com a máxima discrição, mandando o pirralho a Matriz da ilha fronteira de Itaparica. Mas, nesse gesto, percebe-se apenas o desejo de escapar a tesoura da maledicência citadina, que não veria com bons olhos um membro de uma das melhores famílias locais surpreendido em flagrante delito de ternura para com o bastardo de pele tão tostada. Mas fá-lo de qualquer maneira, pondo-se em paz com a sua consciência. (Mennucci, 1938, p. 40-41)

Sud Mennucci conclui que a decisão de Luiz Gama de nunca revelar o nome de seu pai foi, na verdade, uma homenagem à sua mãe, Luiza Mahin. Segundo o autor, essa omissão teria como objetivo proteger a memória de Luiza da tragédia familiar relacionada à venda do filho pelo "amante". Ao manter o nome do pai em segredo, Gama teria buscado preservar a dignidade e a honra de sua mãe, de modo a "proibir para todo o sempre a devassa de sua vida íntima. Isso valia bem o labéu de filho de pai desconhecido" (Mennucci, 1938, p. 43). No entanto, essa

interpretação de Mennucci é particularmente reveladora, pois parece transferir para Luiza Mahin uma parte da condenação pelas ações do pai de Gama, como se a preservação da imagem materna justificasse o silêncio sobre a figura paterna. Tal perspectiva chama a atenção, pois, ao sugerir a ideia de proteção à honra da mãe, Mennucci acaba sugerindo que a responsabilidade pelos acontecimentos que marcaram a vida de Gama, mesmo que resultado das decisões do pai, recai de alguma forma sobre Luiza Mahin.

Sud Mennucci descreve Luiz Gama como uma figura insubmissa, característica que ele acredita ter sido herdado de sua mãe, Luíza Mahin, a quem atribui uma natureza impaciente e inquieta (Mennucci, 1938, p. 57). Embora essas características possam ser vistas de forma positiva, expressando vivacidade e energia, Mennucci sugere sutilmente que o comportamento impetuoso de Gama, herdado de sua mãe, precisava ser controlado. Essa percepção é apresentada como um dos motivos que, segundo o autor, dificultaram a adaptação de Gama ao regime militar, embora também tenham contribuído para o fortalecimento de seu desenvolvimento espiritual e de seu caráter.

Mennucci, apesar de sua oposição à escravidão, retratava o negro como desprovido de consciência sobre os efeitos da abolição em sua própria vida, sugerindo que “deveria ser conduzido para que pudesse ser inserido na sociedade” (Santos, 2015, p. 167). Essa visão do autor, como bem sinalizou Fernando Henrique Tisque dos Santos (2015, p. 167), revela uma ambivalência em seu discurso sobre os negros libertos: por um lado, defendia seu direito à cidadania; por outro, subestimava sua capacidade de auto-organização e compreensão de seu papel social. No trecho a seguir é possível observar essa ambiguidade do biógrafo:

(...) Lançamos essa população operária, a melhor, a mais paciente, a mais valorosa, a mais organizada, com que o país contara e contava em sua primitiva economia, para o desbarato, para o destroncamento, para a Trituração. Os negros tinham estado no tronco da violência, da opressão, da disciplina sanguinária e feroz. Iam para o aniquilamento da embriaguez da liberdade. O perigo era mais premente. Entregues a si mesmos, sem tutor nem guia, pobres rebentos, que só possuíam, como única força, a alegria da libertação, sem a correspondente noção da responsabilidade que este fato novo lhes criava fundir-se-iam como neve aos embates da vida, ao contato com todos os fatores dissolventes que a sociedade lhes poria no encalço. (Mennucci, 1938, p. 187).

Embora Sud Mennucci proponha dividir a biografia de Luiz Gama em duas fases, ao chegar à segunda fase (1852-1886), ele faz um retorno abrupto ao início da vida do biografado, com um capítulo chamado “Os primeiros dez anos na Bahia”. Esse recuo temporal pode ser interpretado como uma tentativa do autor de reforçar a importância das origens de Gama para

compreender seu desenvolvimento posterior, uma perspectiva que se alinha à visão linear da trajetória de vida, criticada por Pierre Bourdieu como a ilusão biográfica (2006).

Ao retornar ao período do nascimento de Luiz Gama, Mennucci contextualiza o cenário histórico do Brasil da “Abdicação à Maioridade” (Mennucci, 1938, p. 108). Ele enfatiza que, na Salvador da época, as revoltas negras, ocorrendo desde 1807, geravam grande temor na sociedade, representando uma ameaça que poderia resultar em uma catástrofe para a população (Mennucci, 1938, p. 109). O retorno às origens de Luiz Gama no meio da biografia pode sugerir, então, uma tentativa de recontextualizar a sua infância dentro de um quadro mais amplo de instabilidade social e racial. No entanto, a questão permanece: por que esse contexto histórico não foi apresentado logo no início da obra? Seria simplesmente uma falta de organização na estrutura do livro? Mennucci argumenta que as repetidas insurreições de escravos e grupos negros não seriam atos isolados, mas uma ameaça real à ordem social estabelecida pelos europeus, que poderia ter sido desestabilizada. O autor demonstra uma clara preferência pelo modelo europeu de civilização, considerado superior em comparação com uma sociedade africana, como a da Libéria. Suas palavras são nítidas nesse sentido:

E o rosário de insurreições, 1807, 1809, 1813, 1826, 1828, 1830, faria pressupor que elas respondiam a uma organização sistemática, em pós de uma ideia assente, de homens que sabiam onde queriam chegar. Pode afirmar-se hoje, depois que Nina Rodrigues desfez o preconceito que parecia proibir os assuntos negros a indagação nacional, que o Brasil andou beirando o perigo de vir a ser domínio e conquista da raça preta escravizada. A luta sustentada contra os quilombolas, e mais tarde, as insurreições baianas dos haussás, nagôs e malês, mostram como andámos perto de fundarmos aqui uma Libéria por antecipação. (Mennucci, 1938, p. 109)

Sud Mennucci adota uma caracterização diferenciada para os diversos movimentos revolucionários no Brasil, descrevendo a Revolta dos Malês de 1835 como “sanguinária e feroz” (Mennucci, 1938, p. 109), enquanto a Revolta da Sabinada é retratada como um movimento heroico com aspirações democráticas (Mennucci, 1938, p. 110). Essa distinção evidencia uma análise tendenciosa que, ao atribuir qualificações tão contrastantes a ambos os movimentos, minimiza as motivações na Revolta dos Malês, e enaltece a Sabinada, uma revolta “de brancos”, como uma luta por princípios democráticos. Essa abordagem revela uma característica de valorizar movimentos liderados por grupos mais alinhados ao padrão social europeu, e desqualificar aqueles conduzidos por africanos.

Aos quatro anos e meio, quase cinco, já com maturidade suficiente para perceber o mal-estar, o desassossego da vida do lar, o alarme natural da progenitora, ele que possuía uma inteligência pronta e vivaz, cai-lhe sobre a cabeça a rebelião de 1835, a maior de todas, a que comoveu e aterrorizou a cidade, a que produziu o maior número

de mortes e deu, em seguida, origem ao mais monstruoso processo de que há memória nos anais da escravidão brasileira. A revolta era sanguinária e feroz nos seus intutos. A repressão portou-se à altura da provocação, em desfolla violentíssima. (Mennucci, 1938, p. 109)

Aos sete anos e meio, atinge-o novo e tremendo vendaval, consequência de outra revolução não já de negros, mas de brancos: a "Sabinada", pagina heroica, das mais vívidas que a aspiração democrática fez resplandecer em nossa terra. Gama teve os pais envolvidos na contenda. (Mennucci, 1938, p. 110)

Um ponto importante a se observar na citação acima, escrita por Sud Mennucci, é a atribuição de uma consciência prematura a Gama desde sua infância — "quatro anos e meio, quase cinco" — sugerindo que nessa idade ele já possuía maturidade suficiente para compreender o "mal-estar" e o "alarme natural da progenitora" durante a revolta de 1835 em Salvador (Mennucci, 1938, p. 109). Essa construção argumentativa, no entanto, evoca a discussão de Bourdieu sobre trajetórias biográficas, apontando uma tendência de criar uma sequência linear e coerente. A alegação de que Gama teria uma inteligência pronta e capaz de captar as complexidades de um contexto tão violento e político aos quatro ou cinco anos parece mais uma tentativa de criar uma continuidade homogênea na trajetória do que uma informação historicamente válida. Ao atribuir a Gama, desde a infância, uma sensibilidade e consciência excepcionais, o autor pode estar reforçando a coerência de sua trajetória abolicionista futura, apresentando-o como alguém predestinado a entender e combater as injustiças sociais. Assim, Mennucci parece instrumentalizar a infância de Gama para sustentar sua tese de que a origem e o ambiente em que o biografado cresceu foram determinantes na formação de sua personalidade e, consequentemente, em suas ações posteriores.

Ao longo do texto, o autor sugere repetidamente que os traços de rebeldia e violência de Gama foram herdados exclusivamente de sua mãe – que seria portadora de um "alarme natural", associando essas características, vistas de modo negativo, à participação de Luíza nas revoltas em Salvador. Em contraste, embora o pai de Gama também tenha participado de revoltas, Mennucci não aplica a ele o mesmo julgamento reprovador. Essa disparidade indica um viés na abordagem de Mennucci, em que a figura materna, que teria um "espírito de amotinada contra a sociedade" é mais frequentemente responsabilizada pelos aspectos considerados negativos da personalidade de Gama. E o autor vai além, ao sugerir que, no caso de Luiz Gama, há uma sublimação dos aspectos deletérios do caráter da mãe. Assim, enquanto os traços de rebeldia e independência de Luíza Mahin são vistos como perturbadores, eles se transformam em algo mais "sublime" e admirável no filho, reforçando o papel de Gama como um predestinado que transcende os impulsos revoltosos herdados.

E o meio baiano apenas lhe fornecera o clima propício em que devia desabrochar a sua inicial e tateante vontade. Servia de pitoresco e criava-lhe a paisagem. Porque a sua personalidade ele a trazia do berço, nos cromossomas que lhe transmitira Luiza Mahin e nos quais a quota de rebeldia tinha singular predominância. Releia-se a carta de Gama: Luiza é alta, geniosa, insofrida, vingativa. Não tem medo. Prendem-na mais de uma vez pelos indícios que pareciam implicá-la em conjuras de escravos. Põe-se ao lado do amante, em 37, numa causa que não devia interessá-la minimamente, o que lhe denuncia o espírito de amotinada contra a sociedade.

Meio e antecedentes hereditários tramam-se assim para dar ao caráter de Gama o relevo, o vigor, o cunho de absoluta independência que o haviam de estigmatizar para o sofrimento e para a glória. Mãe e filho representam, em medicina, um caso de “sincainogênese”, a perfeita identificação do caráter de ambos, que se veio a sublimar no rebento. (Mennucci, 1938, p. 111)

Sud Mennucci, ainda tentando construir uma análise psicológica de Luiz Gama, argumenta que seu comportamento rebelde e transgressor não foi apenas uma herança genética de sua mãe, Luíza Mahin, mas também foi intensificado pelo ambiente tumultuado em que cresceu, marcado pela participação de ambos os pais em movimentos revolucionários. Mennucci sugere que esse contexto familiar influenciou significativamente a personalidade combativa de Gama. No entanto, ao reduzir a personalidade do abolicionista a um resultado inevitável de suas “origens problemáticas”, tanto genéticas quanto sociais, o autor perpetua estereótipos e simplifica a trajetória de Gama, desconsiderando sua própria construção de identidade pessoal e intelectual:

Não será preciso ser um especialista de psicologia para compreender as reservas de ódio, de desespero, de maldição que armazenaria essa infeliz criança, tão cedo martirizada em sua atribulada existência. E comprehende-se perfeitamente que à medida que a vida lhe foi ensinando coisas ainda mais doloridas e sufocantes, tivesse ele redobrado de horror, de ira refreada, de cólera inulta, que se foi cristalizando e concentrando como um tóxico violento, a envenenar lhe todas as mais insignificantes fibras do organismo. (Mennucci, 1938, pp. 110-111)

Sud Mennucci retorna ao tema das influências dos pais de Gama em sua trajetória no capítulo intitulado “A bondade de Luiz Gama”, que é o último do livro¹¹. Ali reforça uma visão

11 Entre as diversas histórias apresentadas por Sud Mennucci sobre Luiz Gama, uma em particular chama atenção por sua falta de fundamentação documental, mas que ainda assim é utilizada para reforçar a imagem de benevolência do biografado e que reforça a impressão de que estaria inclinado a criar uma imagem idealizada de Gama. Sud Mennucci conta um episódio em que ao saber que uma condessa, recém-chegada a São Paulo, não teria um lugar para ficar, a convidou para hospedar-se em sua casa. Vejamos os relatos do autor: “Aos sábados, aquela alma de São Francisco a quem os trópicos bronzearam a pele, costumava fazer distribuição de dinheiro às famílias necessitadas. Punha as notas que suas posses permitiam, dentro de envelopes, reunia todo o material numa maleta e lá ia ele a sua prática da caridade. E nesse dia, desaparecia de tal forma que ninguém era capaz de dar notícias do tribuno. A própria esposa andou às vezes desconfiada com essas fugas inexplicáveis e hebdomadárias. É que Gama escondia a prática e sabia respeitar o constrangimento dos necessitados envergonhados. Conta-se dele o episódio da Condessa de *** esta nobre dama andava em demanda com o marido, tendo tido necessidade de afastar-se do lar. Viajara para São Paulo, vinda do Rio, recomendada a Luiz Gama, a quem viera pedir tomasse a peito a sua causa. Gama ouviu-lhe o relato e prometeu fazer o que fosse possível, dentro dos recursos legais. Depois, perguntou-lhe em que hotel ia hospedar-se afim de ter com ela

depreciativa de sua mãe, Luíza Mahin, enquanto exalta o papel do pai, minimizando as falhas que o filho relatou em sua autobiografia. Nesse trecho, o autor se aventura, sem qualquer pudor, em realizar um estudo do “caso psicológico” de Gama. Além do risco inerente ao interpretar a mente de alguém a partir de fontes limitadas, Mennucci parece inserir uma série de preconceitos que comprometem a sua interpretação. Seus argumentos indicam vieses de pensamento preestabelecidos que resultam em interpretações que podem expressar mais as próprias crenças do que uma compreensão do perfil psicológico de Luiz Gama:

Entretanto, o seu caso psicológico tem explicação fácil. Aos vinte anos, quando mal acabavam de surgir os fatos que fariam nascer a lei de Euzébio de Queiroz, Gama encontrou-se, talvez sem o saber, numa encruzilhada de sua existência. Trazia, como o Fausto, de Goethe, duas almas adversárias, que se adivinharam e se pressentiram em toda a sua obra social: o ódio inextinguível contra a opressão da raça branca, que lhe roubara a mãe, que o fizera escravo contra toda a razão e contra toda a moral, um ódio que o havia de ter martirizado até quando, por ser baiano, o refugaram para pajem e lhe impuseram a miserável condição posterior; e uma bondade quase angélica, inata, congênita, tão espontânea e nativa que ele, em toda a sua vida, nunca a pôde esconder. A primeira alma vinha-lhe, sem dúvida, como herança materna. Ele mesmo confessa as qualidades de rebeldia e de inconformismo de Luiza Mahin. A outra só seria imputável ao caráter do pai, o estroina, jogador, amante de súcias e de farras... (Mennucci, 1938, pp. 226-227)

Sud Mennucci argumenta que as duas faces da personalidade de Luiz Gama, o ódio, atribuído à mãe, e a candura, ao pai, estavam em constante conflito, sem que fosse possível prever qual delas prevaleceria. Ele sugere que a busca de Gama por trabalho na Força Pública de São Paulo indicava uma inclinação natural para uma personalidade mais combativa. No entanto, graças à intervenção de seu padrinho intelectual, o Conselheiro Furtado de Mendonça, Gama teria sido direcionado para outro caminho, em que teria podido desenvolver suas qualidades de homem bondoso e canalizar sua luta por meio da instrução. (Mennucci, 1938, pp. 227-228)

Há um detalhe sutil na forma como Sud Mennucci apresenta o papel de Furtado de Mendonça na vida de Luiz Gama. Embora o apoio do conselheiro seja apresentado como evidente, Mennucci constrói suas ideias de maneira a sugerir que Furtado de Mendonça foi o responsável quase exclusivo pela transformação de Gama, o que contradiz a complexidade do

facilidade de comunicar-se. Hotel? - exclamou a condessa - Pois se eu não tenho nem onde morar. Ah! Não tem para onde ir? Pois, vamos já arrumar isso. A senhora vai me dar licença para que tome providências. Chamou seu fiel criado, o Nicolau, mandou que arranjassem imediatamente um carro de praça e conduzisse a Condessa a sua residência, avisando a Nhanhã (era o apelido carinhoso que ele dava à esposa) que a hospede ia ficar residindo lá e que de tarde explicaria. E de fato, a Condessa morou na casa de Gama algum tempo. Mais tarde, regularizados os seus negócios, a Condessa costumava dizer, abertamente, que "Luiz Gama, sozinho, valia mais que todos os barões do Império" (Mennucci, 1938, pp. 224-226)

personagem biografado. Para Mennucci, essa “salvação” proporcionada por Furtado de Mendonça, simbolizada pela biblioteca que ele colocou à disposição do protegido, teria permitido que este canalizasse seu ódio contra a opressão de maneira construtiva. Ao fazer isso, segundo o autor, Luiz Gama teria alcançado um estado de santidade, chegando, o biógrafo, a compará-lo ao próprio Jesus:

E aquela biblioteca realizou o milagre da conversão de Gama. O grande negro encontrou, no estudo do Direito e da jurisprudência, a fórmula de equilíbrio que o reconciliaria consigo mesmo e com a sociedade. O Direito satisfazia-lhe, ao mesmo tempo, o seu ódio insopitável contra todas as formas de coação e de violência, permitindo-lhe que as agredisse e assaltasse dentro dos quadros legais, e dava-lhe todos os prazeres e todas as alegrias de sua bondade ingênita, consentindo-lhe exercê-la sem desvio das regras que a sociedade homologara. A Justiça, cuja sede avassaladora e absorvente ele sentia no mais profundo de sua alma, fá-lo-ia o herói e o santo que conseguiu ser. Elevava-o a super-homem, permitindo-lhe a possibilidade de imitar Jesus Cristo, postado a entrada do Templo e vergastando, com a violência de um Deus, os vendilhões que o prostituam. (Mennucci, 1938, p. 228)

Sud Mennucci afirma que a biblioteca do Conselheiro Furtado de Mendonça foi o elemento central de uma espécie de “conversão” na vida de Luiz Gama, quase como um renascimento intelectual e moral. Para o autor, esse acesso às obras de Direito e jurisprudência teria proporcionado a Gama um ponto de equilíbrio que o reconciliaria consigo mesmo e com a sociedade, de modo que pudesse encontrar uma nova maneira de canalizar seu “ódio insopitável” contra as injustiças e violências que abominava. Essa construção argumentativa do autor é bastante importante, pois sugere que o Direito não apenas ofereceu um caminho de combate às opressões dentro das regras sociais, mas também elevou Gama a uma figura heroica e quase divina, equiparando sua trajetória à de um “super-homem” capaz de imitar Jesus Cristo ao enfrentar as injustiças com a mesma “violência de um Deus” contra os “vendilhões” do templo.

Ao apresentar esse momento de “conversão”, Mennucci apresenta a ideia de que a trajetória de Gama foi moldada não apenas por sua inteligência e coragem naturais, mas também por essa epifania jurídica que, de acordo com o autor, inspirou sua missão abolicionista e humanitária. No entanto, essa visão simplista e quase mítica da biografia de Gama, mais uma vez, parece tentar criar uma construção linear que desconsidera as complexidades de sua trajetória de vida. Dessa forma, o relato de Mennucci, ao enfatizar essa “conversão”, parece menos preocupado com a veracidade histórica e mais inclinado a criar um personagem sobre-humano.

Essa escolha argumentativa pode indicar um esforço do autor em moldar a percepção do leitor, destacando elementos que considera centrais para a construção da figura de Gama.

Apesar de apresentar sua obra como uma biografia imparcial, Mennucci, nos faz lembrar do que diz Renato Janine Ribeiro (1999) acerca do texto político; parece ir além da simples reconstrução de fatos históricos, procurando influenciar ativamente a maneira como o leitor interpreta Luiz Gama. Sua argumentação sugere uma abordagem que se afasta da objetividade histórica para buscar efeitos específicos na representação de Gama.

1.2.2 Luiz Gama como “Bandeirante da Civilização”: A Construção de um Herói Paulista

No capítulo “A influência do novo ambiente”, Sud Mennucci desvia momentaneamente do tema central da biografia de Luiz Gama para discutir o impacto negativo da escravidão no Brasil, buscando intensificar o significado da postura abolicionista de Gama ao abordar os horrores do regime escravista. Mennucci critica a sociedade brasileira por ter desumanizado os negros, tratando-os como propriedade e adotando práticas cruéis, como a marcação a ferro (Mennucci, 1938, p. 116). O autor também constrói uma crítica ao que ele considera ser uma "hipocrisia" do governo imperial. Embora houvesse uma abolição formal da tortura e de outras punições desumanas, essas práticas continuariam, por meio de brechas legais. Dessa forma, o autor argumenta que o complexo e burocrático sistema legal dificultava o alcance da liberdade plena para os negros, sugerindo uma cumplicidade do Estado brasileiro com o sistema escravocrata (Mennucci, 1938, p. 122).

Sud Mennucci afirma que a monarquia brasileira, dominada pela aristocracia rural, sempre dificultou ações concretas contra a escravidão (Mennucci, 1938, p. 120). Dentro desse contexto, ele narra a trajetória de Luiz Gama no movimento abolicionista, analisando como as condições difíceis e cruéis enfrentadas pelos negros influenciaram a determinação de Gama em lutar contra a escravidão. Mennucci cita vários exemplos da disparidade de tratamento entre brancos e negros, destacando que Gama encontrou nas atividades jurídicas, políticas e jornalísticas os meios para expressar e intensificar sua luta pela liberdade.

A medida que a prática dos meios policiais e forenses, quase sempre intimamente unidos, nas cidades pouco populosas, lhe enriquecia a experiência, Gama foi adotando o sistema de amparar os seus protegidos por meio de manobras, quiçá mesmo de chicanas, que denunciavam o futuro e perigosíssimo rabula que deveria vir a ser, e pondo assim a coberto das unhas dos senhores quantos escravos pudessem apelar para dispositivos expressos das leis em vigor.

Pressentindo que o prestígio político lhe traria novos alentos e novas facilidades para o seu apostolado, inscreveu-se nas hostes liberais, porque nestas militavam os homens mais inclinados às medidas que facilitassem uma lenta e gradual extinção da escravatura. Com a impetuosidade e o calor que Gama, como todos os lutadores destemidos e audazes, punha em todas as iniciativas a que se afeiçoava, não deixaria de em breve chamar sobre a sua cabeça as iras do partido contrário.

Colaborava ele, ainda por cima, nos jornais satíricos e humorísticos do tempo e nestes, como sempre, os pratos prediletos eram os sucessos políticos, cujas glosas são as que maiores inimizades e antipatias costumam determinar nos homens. Alberto Faria afirma que foi Gama quem fundou a imprensa humorística paulistana, criando o "Diabo Coxo", que durou de 17 de outubro de 1864 a 24 de novembro de 1865, com a colaboração sistemática do celebre ilustrador Angelo Agostini. (Mennucci, 1938, pp. 133-134)

A imagem de Luiz Gama como um autodidata e precursor do movimento abolicionista, capaz de superar adversidades e abrir novos caminhos para a sociedade brasileira, é cuidadosamente construída por Sud Mennucci ao longo de sua obra. O autor, que também procurava ser visto como um autodidata que se construiu a partir de suas próprias experiências, parece identificar em Gama uma figura que, assim como ele próprio, desafiou as estruturas estabelecidas para alcançar reconhecimento e protagonismo. E, ao destacar o biografado como um pioneiro, cujas contribuições para a abolição foram relegadas ao segundo plano na história oficial, o autor sutilmente o associa com a figura dos bandeirantes paulistas, aqueles que teriam rompido fronteiras em busca de novos horizontes.

Sud Mennucci busca enaltecer Luiz Gama, o abolicionista que atuou em São Paulo, em contraste com Joaquim Nabuco de Araújo, oriundo de Pernambuco e que teve atuação mais significativa no Rio de Janeiro/RJ, destacando uma relação tensa e caracterizada pelo silêncio entre os dois. Embora Gama e Nabuco tenham vivido em São Paulo entre 1866 e 1868, não há registros de interação ou amizade entre eles (Mennucci, 1938, p. 189). Mennucci sugere que essa ausência de proximidade pode ter resultado de uma má-vontade mútua, possivelmente causada por críticas de Gama ao pai de Nabuco, o que teria gerado um ressentimento profundo (Mennucci, 1938, p. 192). O autor reforça essa interpretação ao apresentar um trecho da biografia de Joaquim Nabuco, escrita por sua filha, Carolina Nabuco, no qual a autora relata uma palestra dada por Nabuco aos estudantes de Belo Horizonte, em 1906. Nessa palestra, Nabuco afirma que o legado da abolição desaguará na posteridade por duas grandes bocas, das quais, uma democrática, será chamada José do Patrocínio, e outra, dinástica, Princesa Isabel (Mennucci, 1938, p. 190). Para Mennucci, essa declaração de Nabuco revela um ressentimento velado, evidente na omissão do nome de Luiz Gama, mesmo sendo ele uma figura de significativa relevância no movimento abolicionista¹².

¹² Sobre a hipótese de um silenciamento das contribuições de Luiz Gama à causa abolicionista por parte de Joaquim Nabuco, Lígia Fonseca Ferreira, em sua tese *Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil* (2001), oferece uma análise sobre o tema: "Les abolitionnistes que Nabuco cite en modèle sont aux antipodes de ceux qu'il rejette et qui incarnent, justement, les modèles vantés par Luiz Gama. Dans cet ouvrage, paru en 1883, à mesure que l'histoire de l'idée émancipatrice au Brésil est retracée, il s'opère un silence tacite, presque suspect, sur l'intense et fructueuse activité déployée à São Paulo par l'avocat noir, mort l'année précédente. Dans *Minha Formação* (1900) se

Sud Mennucci critica o texto de Carolina Nabuco, que sugere que o “povo brasileiro” se resume aos cariocas e que o movimento abolicionista só ganhou relevância nacional quando figuras como José do Patrocínio, um jornalista do Rio de Janeiro, se envolveram na luta. Segundo Carolina, os esforços realizados em outras regiões, especialmente por abolicionistas como Luiz Gama, foram apenas preliminares e secundários (Mennucci, 1938, pp. 190-191). Mennucci contesta essa visão, enfatizando duas críticas principais: primeiro, ele considera injusto minimizar o papel dos abolicionistas que lutaram antes de Patrocínio, como Luiz Gama, que ele caracteriza como o primeiro e mais corajoso a se destacar pela causa (Mennucci, 1938, p. 191). Segundo, ele critica a idealização de Princesa Isabel como heroína por ter assinado a Lei Áurea, argumentando que, na verdade, Isabel só tomou essa decisão devido ao clamor popular e à pressão crescente contra a escravidão, não por uma convicção abolicionista. Tais críticas aparecem com clareza na seguinte passagem dos comentários feitos por Mennucci à obra de Carolina Nabuco:

O trecho é significativo. Encerra uma frase da filha, mostrando que, para ela, povo brasileiro é somente o carioca e que, portanto, o abolicionismo autêntico era o da Capital Federal. Enquanto o povo da linda Rio de Janeiro não se envolveu, com Patrocínio, na contenda, a questão não assumira foros de nacional. Todos os esforços anteriores eram preliminares secundários, tentativas anôdinas e anônimas.

E dá uma frase do pai duplamente infeliz: injusta para com todos os lutadores que vinham pelejando antes do ardoroso jornalista do Rio aparecer, e entre os quais Gama ocupa, incontestavelmente, lugar de primeiro precursor de ação, de pioneiro destemeroso, surgido no momento em que ninguém falava nem aludia ao problema negro porque era crime duvidar da legitimidade da instituição servil; e cortezão no serôdio rapapé a uma heroína da hora undécima, que só figurou no caso porque, como Regente do Império, lhe coube assinar a lei áurea. Alguém havia de assiná-la: era a justíssima sentença de morte que o povo lavrara contra a obstinação escravocrata da Coroa. E a Princesa só a firmou quando não lhe foi mais possível protelar o amargo cálice. Mas, ambas as frases denunciam a quizília dos Nabucos pelo abolicionista baiano, um gladiador gigante que é um padrão de glória e de orgulho do caráter nacional. Não vem ao caso discutir o tamanho da envergadura dos dois ilustres defensores da causa negra.

Mas, se Patrocínio preside a uma das correntes do rio da abolição, porque se lhe deram a este apenas duas bocas para desaguar na posteridade? A foz não poderia ser em feitio de delta, com outros tantos nomes tutelares nos seus vários braços? E seria somente o

dissimule mal le dessein du mémorialiste à mettre les points sur les i concernant la naissance du mouvement abolitionniste. Joaquim Nabuco en assumera la paternité et souligne la légitimité de ce mouvement en tant que bataille parlementaire, minimisant une fois de plus la force des mouvements populaires et d'intervention directe auprès des esclaves, sans aucune mise en valeur donc du rôle de Luiz Gama dans l'émergence de ce processus, à ce moment-là lointain.” (Ferreira, 2001, p. 411). Tradução nossa: “Os abolicionistas que Nabuco toma por modelo situam-se nos antípodas daqueles que ele rejeita e que encarnam, justamente, os exemplos exaltados por Luiz Gama. Na obra publicada em 1883, à medida que se reconstitui a história da ideia emancipatória no Brasil, instaura-se um silêncio tácito, quase suspeito, sobre a intensa e frutífera atuação desenvolvida em São Paulo pelo advogado negro, falecido no ano anterior. Em *Minha Formação* (1900), mal se disfarça o propósito do memorialista de pôr os pingos nos is acerca do nascimento do movimento abolicionista. Joaquim Nabuco arroga-se a paternidade do movimento e sublinha a sua legitimidade enquanto batalha parlamentar, minimizando mais uma vez a força dos movimentos populares e da intervenção direta junto aos escravizados, sem, portanto, conferir qualquer relevo ao papel de Luiz Gama na eclosão desse processo, então já distante”. (Ferreira, 2001, p. 411)

gosto muito oratório de fazer uma frase que levava Nabuco a excluir os outros grandes abolicionistas dessa consagração, que ele concedeu até a quem nada tinha que ver com o caso? Ou essa restrição tão exclusivista foi feita pensada e propositadamente para evitar que Gama figurasse a entrada de uma das rias mais volumosas, uma vez que o baiano não poderia servir de escudeiro num prélio em que fora cavaleiro audaz e da primeira linha? (Mennucci, 1938, pp. 190-192)

Ao criticar a visão de Carolina Nabuco, que restringe o "povo brasileiro" ao Rio de Janeiro e associa o verdadeiro abolicionismo ao envolvimento de figuras cariocas como José do Patrocínio, Sud Mennucci contrapõe essa perspectiva ao destacar Luiz Gama como o "primeiro precursor de ação", "pioneiro destemeroso" (Mennucci, 1938, p. 191). Dessa forma, Mennucci utiliza sua obra para reconfigurar simbolicamente o abolicionismo, apresentando Luiz Gama, político de São Paulo, como um personagem cuja relevância deveria ocupar um lugar central na história do Brasil.

Ao reivindicar para Gama o papel de precursor na luta abolicionista, o autor não economiza na grandiosidade dos termos; enaltece-o como um "gladiador gigante" (Mennucci, 1938, p. 191), um "padrão de glória e de orgulho do caráter nacional" (Mennucci, 1938, p. 191). Essa linguagem exaltada revela a tentativa do autor de elevar Gama a um status quase mitológico, posicionando-o como alguém cuja coragem e pioneirismo desafiavam os limites de sua época. Ao usar termos como "gladiador gigante", Mennucci confere a Gama uma dimensão monumental, argumentando que sua atuação deveria ser reconhecida como um dos pilares fundamentais da luta pela liberdade no Brasil. Essas escolhas de palavras, que inflam o pioneirismo e a bravura de Gama, acabam alinhando-o à imagem dos bandeirantes paulistas, associados pela memória a uma gloriosa expansão, ao progresso.

Desse modo o autor parece associar a representação da atuação de Gama a sua própria ideologia do bandeirismo paulista. No entanto, é interessante notar que o autor se refere a Gama como "abolicionista baiano" (Mennucci, 1938, p. 191). Essa lembrança de sua origem baiana poderia, à primeira vista, destoar da tentativa de associar Gama à narrativa bandeirante. Porém, essa aparente incoerência pode ser estratégica; ao afirmar que Gama, sendo baiano, tornou-se uma figura central no cenário paulista, Mennucci estaria reforçando a ideia de São Paulo como um polo de convergência, um lugar capaz de transformar e moldar líderes de diferentes origens para suas causas. Como destaca Santos (2014, p. 119), nos parece que acertadamente, essa visão aponta o esforço de Mennucci em inscrever São Paulo como o centro inovador e modernizante do Brasil.

Essa tentativa estratégica de vincular Luiz Gama à narrativa bandeirante e modernizante paulista encontra paralelo no debate intelectual dos anos 1930 sobre a identidade regional de

São Paulo. Na dissertação **Esaú e Jacó ou Luiz Gama e André Rebouças: um estudo sobre a negritude no Brasil imperial** (1999), Hiléia Araújo enfatiza como a construção da imagem de Luiz Gama como símbolo do mestiço talentoso e plenamente integrado à sociedade paulista de sua época atendia ao propósito ideológico das elites locais, que buscavam inserir São Paulo em um diálogo nacional mais amplo sobre democracia racial, legitimando, assim, suas pretensões de liderança política e cultural no país. Segundo a autora:

Ali a característica marcante da discussão intelectual na década de 1930 foi a construção da chamada identidade paulista. Esta, através de alguns intelectuais e estadistas, como Alcântara Machado, Alfredo Ellis JR., Cassiano Ricardo e Washington Luís Pereira de Souza, buscava a redenção de um passado mestiço 'mal afamado', resgatando o antepassado tupi e bandeirante e promovendo a exaltação da mestiçagem que 'deu certo'. No contexto do debate racial tomou corpo a elaboração do mito Luiz Gama, exemplo de mulato genial e da democracia racial existente na Academia de Direito. As representações biográficas sobre Gama tinham por objetivo inserir São Paulo no debate sobre a miscigenação através da exaltação do mulato, a exemplo do que ocorria a nível nacional. Essa corrente tornou-se representativa da ideia de democracia racial em São Paulo. (Araújo, 1999, p. 14 *apud* Oliveira, 2004, pp. 188-189)

Nesse sentido, quando Mennucci se refere a Gama como um “gladiador gigante” e “orgulho do caráter nacional”, ele não apenas exalta a figura do biografado, mas também integra simbolicamente São Paulo à própria história nacional, enfatizando “as pretensões das elites paulistas pela liderança política do país” (Souza, 2011, p. 137 *apud* Fonseca, 2014, pp. 118-119). Essa perspectiva interpretativa sobre a obra de Mennucci é corroborada por análises como as realizadas por Rosa Fátima Souza. Em seus estudos, Souza aponta como o conceito de “bandeirismo paulista na educação” ganhou força no início do período republicano, impulsionado pelas reformas educacionais que consolidaram a imagem de São Paulo como o epicentro da modernização educacional no Brasil, relacionando o avanço da instrução pública à prosperidade econômica do estado (Souza, 2011, p. 127 *apud* Fonseca, 2014, p. 118-119). Ao projetar Luiz Gama como um herói que encarna esse ideal de “bandeirante da civilização”, Mennucci, portanto, reforça não apenas o papel central de São Paulo no movimento abolicionista, mas também a associação dessa representação com um discurso mais amplo de modernização e progresso.

A metáfora do “bandeirante da civilização” reforça a noção de que Gama, sendo uma figura negra e de origem humilde, incorporava esses valores e contribuía para a missão de modernização que São Paulo pretendia liderar. Esse projeto de modernização ganha ainda mais relevância quando consideramos que, em meados dos anos trinta, a cidade de São Paulo já havia se tornado a maior cidade brasileira, com uma população que ultrapassava um milhão de

habitantes (Zanirato, 1997, p. 11). A rápida urbanização e crescimento populacional de São Paulo consolidavam a posição da cidade como um centro econômico e político, e a figura de Gama era evocada como símbolo dessa transição, alinhando-se ao discurso paulista de liderança e progresso.

Ao posicionar Gama como um símbolo desse espírito modernizador, Mennucci não só presta homenagem ao abolicionista, como também procura consolidar a visão de São Paulo como um centro de lideranças transformadoras que moldaram o Brasil. Essa interpretação articula, de forma sutil, um projeto político e social que conecta a abolição à ideia de um futuro liderado pela influência paulista, expressão de progresso.

Menucci envolve a representação de Gama, como vemos, em uma construção retórica aderida às noções de modernização e progresso, que Walter Benjamin criticou profundamente nas “Teses sobre o conceito de história” (1987). Gama, que, conforme o próprio autor, lutou pela libertação dos sujeitos mais oprimidos da sociedade imperial, acaba associado a uma visão que exalta os grandes “heróis”, e pressupõe o esquecimento dos anseios, dos projetos e das lutas e das derrotas dos oprimidos.

É como se São Paulo fosse significativo por ser berço de um grande herói, de uma grande luta, que é associada ao crescimento econômico e ao avanço da modernidade, como se esses termos significassem melhoria de vida para todos. Entretanto, eles fazem referência a processos que não se apresentavam de maneira uniforme em todas as classes sociais.

Como apontado por Silvia Helena Zanirato, em seu livro **Artífices do ócio: mendigos e vadíos em São Paulo (1933-1942)** (1998), a realidade vivida por muitos dos pobres da cidade da cidade de São Paulo era marcada pelo desespero, pela falta de emprego, e pela sobrevivência precária, dependendo de biscates e esmolas públicas. Muitos desses “despossuídos” eram encaminhados a delegacia “pela suspeita de vadiagem e a prisão por esse mesmo motivo” (Zanirato, 1997, p. 18). Embora o discurso oficial promovesse a ideia de uma cidade próspera, a existência de um número considerável de homens pobres e desocupados que circulavam pelas ruas de São Paulo revelava um quadro de exclusão que contrastava fortemente com as promessas de progresso econômico e social da época:

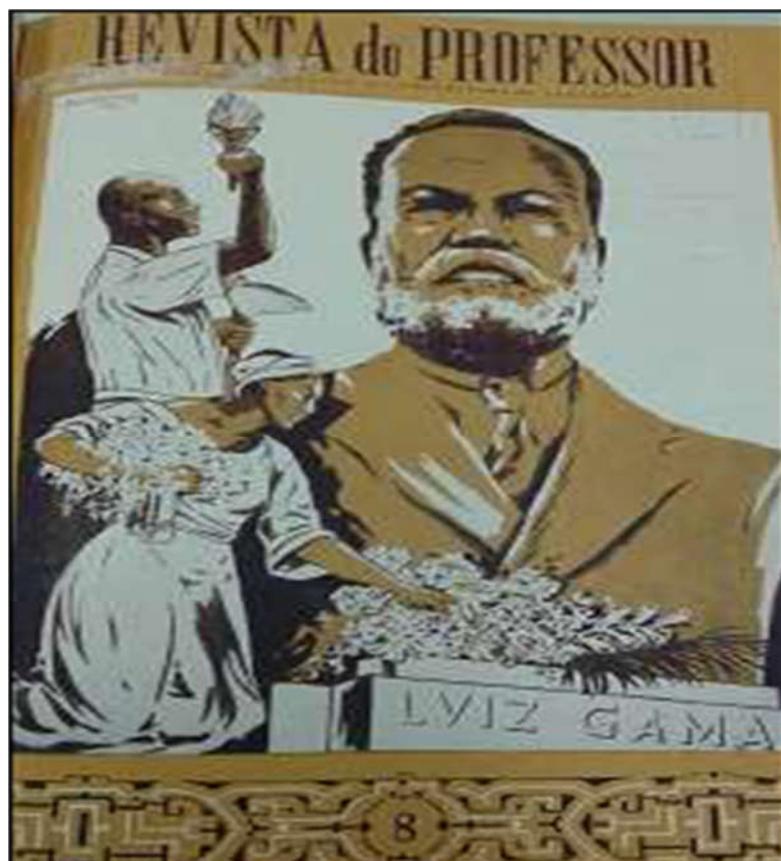
Na busca de dados que confirmassem um tratamento diferenciado dispensado à pobreza no período em análise, uma questão aflorou logo no início da pesquisa e implicou em certificar a existência de um número considerável de homens pobres e desocupados que circulavam pelas ruas de São Paulo. Este pressuposto confrontava-se com uma produção bibliográfica que afirmava haver sido o período marcado pelo crescimento da economia e do emprego, com uma diminuição considerável no número de pessoas desempregadas.” (Zanirato, 1997, p. 16).

Portanto, enquanto Sud Mennucci destacava Luiz Gama como símbolo do progresso e modernização irradiados a partir de São Paulo, essa visão grandiosa também ocultava as contradições sociais do período. A cidade que o autor associa às lutas de Gama por liberdade e justiça, idealizando o protagonismo paulista, também reproduzia formas de desigualdade e exclusão.

1.2.3 Luiz Gama: A produção de um mito

Como já mencionamos, Mennucci não apenas narra a vida de Luiz Gama, mas também trabalha na construção de um mito em torno de sua figura. Esta subseção examina de modo mais detalhado os recursos de retórica utilizados pelo autor com vistas a esse objetivo.

Figura 4 – Capa da *Revista do Professor*¹³



Fonte: Revista do Professor. Ano VIII, nº 08, maio, 1951, *apud* Santos, 2015, p. 116.

¹³ Na capa da *Revista do Professor*, destaca-se um casal negro prestando homenagem ao monumento de Gama. A mulher, segurando flores, e o homem, empunhando uma tocha e uma enxada, simbolizam respectivamente o respeito e a memória, além da liberdade associada ao trabalho agrícola. (Santos, 2015, p. 116)

A biografia escrita por Sud Mennucci começa com três citações sobre Luiz Gama, retiradas dos escritos de figuras ilustres como Rui Barbosa, Sílvio Romero e Antônio de Saboia Lima, este último mencionado na obra de Alberto Torres. Essas citações são repletas de elogios e superlativos que reforçam a imagem de Gama como um herói singular. Na primeira delas, de Rui Barbosa, o político exalta as qualidades de Gama:

Um coração de anjo, a harpa eólica de todos os sofrimentos da opressão, um espírito genial; uma torrente de eloquência, de dialética e de graça; um caráter adamantino, cidadão para Roma antiga, inaclimável no Baixo Império; personalidade de granito, aureolado de luz e povoado de abelhas do Himeto. Si eu houvera de escrever-lhe o epitáfio, iria pedir este ao poeta da “Legenda dos Séculos”: “De verre pour gémir, d’airain pour résister” (Mennucci, 1938, p. 9)

Como vemos, Rui Barbosa utiliza uma linguagem arrebatada e metafórica para enaltecer Luiz Gama como uma figura dotada de bondade e sensibilidade para com os oprimidos, ao mesmo tempo em que exalta sua inteligência, eloquência e firmeza de caráter. Gama é comparado a uma “personalidade de granito”, simbolizando suas virtudes sólidas e sua capacidade de resistir diante das adversidades, assim como as abelhas do Monte Himeto, produtivas e incansáveis. Barbosa também faz uma citação de um poema de Victor Hugo, sugerindo que Gama era sensível como vidro para as questões sociais de sua época, mas resistente como bronze na luta contra os poderosos.

Sílvio Romero, crítico literário e membro fundador da Academia Brasileira de Letras¹⁴, reforça a imagem heroica de Luiz Gama ao compará-lo a figuras históricas como Terêncio, Epicteto e Espártaco. Terêncio¹⁵, um dramaturgo romano de origem africana, conhecido por suas comédias que exploravam temas de moralidade e crítica social, simbolizaria a capacidade de Luiz Gama de usar a palavra para desafiar a ordem social e propor mudanças. Epicteto¹⁶, um filósofo estoico que nasceu escravo, é lembrado por sua resiliência e por ensinar que a verdadeira liberdade vem do controle sobre a própria mente e as próprias emoções; essa associação sublinha o intelecto e a autodisciplina de Gama. Por fim, Espártaco¹⁷, o gladiador que liderou a maior revolta de escravos contra o Império Romano, evocaria a luta de Gama

¹⁴ Frasão, Dilva. Sílvio Romero. EBiografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/silvio_romero/. Acesso em: 9 set. 2024.

¹⁵ Arnott, W. Geoffrey. Terence. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Terence>. Acesso em: 14 set. 2024.

¹⁶ LONG, Anthony A.; SEDLEY, David N. Epictetus. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/epictetus/>. Publicado em: 23 dez. 2008. Revisão substancial em: 15 jun. 2021. Acesso em: 14 set. 2024.

¹⁷ The editors of encyclopaedia britannica. Third Servile War: ancient Rome. Also known as: Gladiatorial War, Spartacus Revolt. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Gladiatorial-War>. Última atualização em: 21 ago. 2024. Acesso em: 14 set. 2024.

contra a escravidão e sua resistência inabalável frente à opressão. Ao alinhar Gama a essas figuras de grandeza histórica, Romero o posiciona como um símbolo de resistência, coragem e intelecto, ampliando seu legado para além do contexto brasileiro e inserindo-o no panteão de heróis universais da liberdade e justiça:

Eu disse, uma vez, que a escravidão nacional nunca havia produzido um Terêncio, um Epiteto, ou sequer, um Spártaco. Há, agora, uma exceção a fazer: a escravidão, entre nós, produziu Luiz Gama, que teve muito de Terêncio, de Epiteto e de Spártaco. (Mennucci, 1938, p. 9)

Por fim, Mennucci apresenta a citação de Antonio de Saboia Lima, que conjectura sobre as condições sociais que dificultariam o pleno desenvolvimento de um indivíduo. Ele utiliza a figura de Luiz Gama para argumentar que, se as circunstâncias fossem mais favoráveis, Gama teria alcançado uma grandeza comparável à de George Washington:

O mal está no homem, clamam os célicos. Simplesmente, o homem é o aristocrata europeu, bandido feudal, até quase o século XVIII, e é Luiz Gama - um preto, que tinha o caráter e seria capaz de ter a energia de Washington. Não teve o meio, nem os meios: eis tudo. (Mennucci, 1938, p. 9)

Para reforçar a ideia de influência de Luiz Gama, Sud Mennucci menciona a obra de Elio Pontes, "Vida Inquieta de Raul Pompéia", na qual Gama é retratado como um "super-homem", um "guia e inspirador" (Mennucci, 1938, p. 195). Nessa linha, Mennucci lista uma série de personalidades que teriam sido impactadas pelo pensamento e ação de Gama. Nomes como Raul Pompéia, Valentim Magalhães, Alberto Torres, Raimundo Corrêa e Assis Brasil estão entre os que seguiam sua orientação abolicionista e que mais tarde se tornariam figuras proeminentes no cenário nacional (Mennucci, 1938, p. 195). Além disso, o autor destaca aqueles que já eram amigos de Luiz Gama e o consideravam, nas suas palavras, "um mestre, um mestre de energia" (Mennucci, 1938, p. 195). Entre essas personalidades estão:

(...) os três Andradases, José Bonifácio, o Moço, Antônio Carlos e Martim Francisco, de Américo de Campos, Ubaldino do Amaral, Furtado de Mendonça, Rui, Salvador e Lucio de Mendonça, Ferreira de Menezes e Martins Cabral, Pinto Ferraz e Dino Bueno, para quem privara, com toda a certeza com Castro Alves, que aqui vivera durante o ano de 1868, e parte de 1869, a lista de seus novos admiradores mantinha-se de nível altíssimo (Mennucci, 1938, p. 195).

Além da influência política e intelectual de Gama, o autor também descreve o funeral do abolicionista que "revestiu-se de imponência e da importância de acontecimento histórico" (Mennuci, 1938, p. 11), com a presença consagradora de grande quantidade de pessoas, algumas

delas de muito destaque na sociedade, que fizeram questão de participar, prestando sua homenagem ao abolicionista:

Nada faltou ao brilho da sagrada unânime: nem a multidão que acompanhou o féretro de um homem pobre, como se fosse ao enterro de um dos maiores figurões da época; nem a presença, no séquito, da mais alta autoridade de São Paulo, que era o Conde de Tres Rios, vice-presidente da Província, em exercício; nem o comparecimento do que a cidade possuía de mais intelectual no tempo, nem a adesão dos representantes da religião católica, pela irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, acompanhando o esquife de um incrível; nem o protesto dos homens de cor, reclamando o direito de serem os únicos a carregar, a pulso, o corpo do inolvidável batalhador da causa dos escravos. (Mennucci, 1938, pp. 11-12)

O enterro, descrito como apoteótico, expressaria a imensa grandeza da influência e das realizações de Gama, aumentadas pela lembrança contrastante “primeiros tempos”, “infernais”, marcados pela miséria e pela rejeição:

Luiz Gama morria numa apoteose. De miserável moleque, enjeitado e escravizado pelo próprio pai, ascendera, num esforço sobre-humano, de que há alguns outros exemplos, no Brasil, embora nenhum com o mesmo relevo nem com a mesma intensidade, e subira até essa completa consagração pública. Quarenta e dois anos de vida laboriosa, obstinada, tenaz, e da qual os primeiros tempos foram, sem a mínima hipérbole, infernais, tinham feito do humilde negrinho que galgara a pé, a Serra do Cubatão, na escalada de Santos para São Paulo, a hercúlea envergadura do homem, ao mesmo tempo, mais amado e mais temido da Capital da Província bandeirante. (Mennucci, 1938, p. 12)

Essa trajetória de ascensão, que culmina, segundo o autor, em uma “apoteose” no dia de sua morte, não se restringiu apenas à luta pela abolição e defesa dos direitos humanos; ela também se estendeu para o campo político. Mennucci argumenta que, em razão de sua atuação abolicionista, Gama teria se envolvido na política imperial, inicialmente alinhando-se ao partido liberal e, posteriormente, migrando para o republicano. No capítulo “O Republicano Histórico”, o autor enaltece a importância de Luiz Gama, afirmando que ele foi fundamental na criação do primeiro partido republicano do país. Nas palavras de Mennucci: “Declarando-se republicano, não se limitou à atitude platônica das afirmações. Foi além, fez-se precursor do republicanismo de ação” (Mennucci, 1938, p. 157).

Ao considerar o republicanismo do abolicionista, Mennucci também enfatiza Gama como alguém, “que tinha mais coragem que multidões inteiras” (Mennucci, 1938, p. 157), e lamenta o esquecimento deliberado de sua importância na história republicana (Mennucci, 1938, p. 158). Contudo, segundo o autor, o Partido Republicano, que Gama ajudou a construir, teria se comportado de forma contraditória, ao adotar práticas que se assemelhavam às dos partidos monarquistas e que “de democrata só tinha o rótulo” (Mennucci, 1938, p. 161). Diante

da postura do partido, que veio a privilegiar a questão da autonomia das províncias, deixando a abolição em segundo plano, ao defender um fim apenas gradual da escravidão, Gama teria se desiludido com a agremiação, e, decepcionado, ter-se-ia afastado dela. Mennucci sugere ainda que, mesmo fora das estruturas formais do partido republicano, Luiz Gama continuou a influenciar a “mocidade abolicionista”, especialmente na Academia de Direito de São Paulo (Mennucci, 1938, p. 161).

Essa influência de Gama sobre a juventude e sobre figuras de destaque da época é apontada por Sud Mennucci como uma marca que ele deixou no movimento abolicionista. O autor sugere que essa influência se estendeu de forma espontânea, contribuindo para a formação de um partido abolicionista sem que houvesse “qualquer esforço nesse sentido. A organização surgia, aos poucos, de *per si*” (Mennucci, 1938, p. 201). O autor argumenta que embora Gama não tenha presenciado essa transformação por seu falecimento, sua figura é enaltecida como a de um "gigante que empreendera tarefa maior que as do Hércules grego" (Mennucci, 1938, p. 201), reforçando a ideia de sua grandeza e do impacto duradouro de sua luta:

A posição do grande negro, entre os seus contemporâneos, estava na consciência de todos. O abolicionismo acabara constituindo-se em organização partidária, sem haver feito propositalmente qualquer esforço nesse sentido. A organização surgia, aos poucos, de *per si*. E quem lê a história do Império, acaba verificando que o novo partido transformaria o Parlamento Nacional, reclassificando as facções de 1884 em diante.

Gama nem isso viu. Baixara a cova, em plena maturidade, lutador abatido pelo seu próprio esforço, varado pelo cansaço, consumido pela sua própria chama, gigante que empreendera tarefa maior que as do Hercules grego: reintegrar uma nacionalidade no senso moral hereditário da espécie. (Mennucci, 1938, p. 201)

Sud Mennucci argumenta que Luiz Gama, ao sentir que "não duraria muito" (Mennucci, 1938, p. 163), redobrou seus esforços em prol da causa abolicionista, dedicando-se intensamente ao jornalismo e à advocacia. Retratado pelo autor como um dos maiores oradores e advogados abolicionistas do Brasil, Gama teria brilhado nos tribunais do júri, defendendo causas complexas, embora muitos de seus discursos tenham se perdido pela falta de registro (Mennucci, 1938, pp. 162-163)¹⁸.

¹⁸ Um episódio marcante narrado pelo autor é sobre um processo “de injúrias ou de calúnias” movido contra Gama pelo delegado de polícia da capital, Dr. Freitas, que se sentiu ofendido por críticas por ele publicadas na imprensa. Segundo relatos dos informantes de Sud Mennucci, Gama teria comovido o júri com uma defesa emocional, sendo absolvido por unanimidade e aclamado pela multidão (Mennucci, 1938, pp. 163-164): “Um desses trabalhos notabilíssimos parece ter sido, se não falha a memória dos informantes, quando Gama se defendeu, sozinho, no processo de injúrias ou de calúnias que lhe moveu o dr. Freitas, delegado de polícia da Capital, aí por volta de 70 ou 72. Julgando-se ofendido por uma publicação do abolicionista, exigiu uma reparação pela justiça.

Gama, rezam as crônicas, com um patético histórico de sua existência, pintando ao vivo a odisseia dolorosa que lhe havia sido a vida até aquela data, comoveu a assistência e o corpo de jurados, fazendo-se absolver por

O autor retoma a ideia da abnegação de Luiz Gama, ressaltando que ele dedicou sua carreira jurídica a defender os pobres e desvalidos, recusando-se a transigir em seus princípios, mesmo que isso o mantivesse em uma situação financeira modesta. Mennucci sublinha que Gama poderia ter buscado caminhos mais lucrativos na advocacia, mas teria preferido manter seu compromisso com aqueles que mais precisavam de sua ajuda, fazendo “da advocacia um sacerdócio” (Mennucci, 1938, p. 139). O autor apresenta essa escolha como uma prova da grandeza de caráter de Gama, cuja prioridade era a justiça e não o enriquecimento pessoal. Ao enfatizar a vida de simplicidade e o desinteresse por vantagens materiais, Mennucci reforça a imagem de Gama como um herói altruísta, cuja integridade o distinguia de muitos outros de sua época.

Embora elevado às culminâncias da fama, àquelas alturas que o nosso país comportava, podendo ter sido tudo o que lhe aprouvesse, bastando-lhe, para tanto, não direi recuar nas suas ideias, mas transigir apenas, viveu sempre pobre. Os seus proventos não estavam em proporção com o seu trabalho e sua clientela porque esta se compunha de gente que precisava não só de sua capacidade profissional, mas também do socorro de sua bolsa. (Mennucci, 1938, pp. 223-224)

Essa ideia de Gama como uma figura abnegada encontra ressonância em documentos citados por outra biógrafa de Luiz Gama. Em uma carta a seu filho, Benedito Graco Pinto da Gama, publicada no trabalho da professora Lígia Fonseca Ferreira, Gama aconselha que o filho “não se atemorize da extrema pobreza” (Ferreira, 2020, p. 496) que ele deixaria como herança. No mesmo livro, a autora também destaca um artigo de Gama, publicado no jornal *Correio Paulistano* em 3 de dezembro de 1869, intitulado “Pela última vez”. Nele, Gama se refere a si mesmo em terceira pessoa como “O ex-soldado, hoje tão honesto como pobre, *quaker* ou taciturno ebionita, arvorou à porta da sua cabana humilde o estandarte da emancipação, e declarou guerra de morte aos salteadores da liberdade” (Ferreira, 2020, p. 214). Esses documentos reforçam a construção da figura de Gama como alguém que valorizava a frugalidade e a luta pela justiça.

Sud Mennucci enfatiza repetidamente a abnegação de Luiz Gama na advocacia, destacando que, mesmo diante de causas que envolviam pessoas pobres e sem recursos, Gama permaneceu firme em sua dedicação à justiça, optando por servir aqueles que mais precisavam.

unanimidade. E foi ainda aclamado pela multidão que o esperava às portas do Fórum e que o levou a sua casa, carregando-o em triunfo. É bem provável que, nesse dia, tenhamos perdido a sua melhor biografia, relatada com paixão e com calor, em defesa, mais uma vez, de sua liberdade. Não havia taquígrafo que a apanhasse, nem era moda do tempo. Aliás, para a justiça, para o público e até para Gama, a questão não valia tanto.” (Mennucci, 1938, pp.163-164)

Segundo Mennucci, essa escolha por uma clientela desprovida de recursos financeiros e a consequente condição modesta de Gama eram decisões voluntárias, movidas por um compromisso inabalável com os princípios de liberdade e igualdade (Mennucci, 1938, p. 139). Mennucci constrói essa imagem de Gama como um defensor incansável da justiça social, reforçando seu perfil de abolicionista altruísta que não se desviava de seus valores, mesmo em detrimento de ganhos financeiros.

Esse discurso de valorização da simplicidade e da luta pessoal que Mennucci aplica a Gama é coincidente também com a imagem que o autor criou a respeito de si mesmo. Mennucci frequentemente se apresentava como um homem autodidata e que "se fez sozinho", construindo sua trajetória através da resistência às adversidades (Mennucci, 1944, p. 247 *apud* Fonseca, 2014, p. 33).

A obra de Sud Mennucci sobre Luiz Gama revela um curioso contraste entre duas imagens aparentemente contraditórias do abolicionista: a de um “gigante” mais forte que o mitológico Hércules e a de um homem de extrema bondade e compaixão. O autor combina essas características ao atribuir grandeza à própria bondade que estaria presente no caráter de Gama. Por um lado, ele o apresenta como um herói épico, um “lutador abatido pelo seu próprio esforço, varado pelo cansaço, consumido pela sua própria chama,” um “gigante que empreendera tarefa maior que as do Hércules grego: reintegrar uma nacionalidade no senso moral hereditário da espécie” (Mennucci, 1938, p. 201). Por outro lado, o autor explora a suposta generosidade de Gama, descrita como um homem movido por uma “imensa misericórdia,” que encobriu o “delito” de seu pai com um “manto de sua infinita piedade” (Mennucci, 1938, p. 222). Essa dualidade permite a Mennucci criar um mito que combina a força titânica e a compaixão moral, reforçando a ideia de que Gama não era apenas um grande abolicionista, mas um modelo de virtude e bondade. Essa visão exagerada e enaltecedora, indica uma possível necessidade do autor elevar Gama a um patamar de santidade em quem lê tamanha exaltação:

Sua vida inteira está marcada pelos gestos espontâneos dessa sua qualidade insigne. Veja-se, em primeiro lugar, a sua coragem estoica, em que se há uma infinita piedade, há também muito de heroísmo, negando-se sempre a nomear o homem que o vendeu, cobrindo-lhe o delito com o manto de sua imensa misericórdia. (Mennucci, 1938, p. 222)

Ao longo da biografia de Luiz Gama, Sud Mennucci emprega uma linguagem fortemente simbólica, sugerindo que a trajetória do abolicionista transcende sua época e projeta-se como modelo ético para gerações futuras. Nesse sentido, a figura de Gama é apresentada não

somente como resultado das circunstâncias históricas que o cercavam, mas como alguém cujas ações e sacrifícios seriam portadores de significados que ultrapassariam o seu contexto imediato. Mennucci, dessa forma, sugere implicitamente que o personagem biografado prefigura valores éticos e sociais mais amplos que ainda estavam por se realizar plenamente na história brasileira.

Essa construção textual empregada por Mennucci aproxima-se da interpretação figural proposta por Erich Auerbach em seu ensaio **Figura** (1997). Para Auerbach, determinados eventos ou personagens históricos podem ser entendidos como figuras que estabelecem relações entre diferentes tempos históricos. Nessa lógica interpretativa, um primeiro evento ou personagem, embora situado em seu momento histórico específico, carrega em si um sentido que só será completamente preenchido ou realizado num tempo futuro. Nas palavras de Auerbach:

Não só as figuras são provisórias, como são também a forma provisória de algo eterno e atemporal; apontam não só para o futuro concreto, mas também para algo que sempre existiu e existirá; apontam para algo que necessita de interpretação, que na verdade será preenchido no futuro concreto, mas que já está presente, preenchido pela providência divina, que não conhece diferenças de tempo. Esta dimensão eterna já está figurada nelas, que, desse modo, são ao mesmo tempo uma realidade fragmentária provisória e uma realidade eterna velada. (Auerbach, 1997, p. 51)

Mennucci constrói Gama exatamente nesse espaço entre a história concreta e a dimensão simbólica do mito. Ao descrevê-lo como alguém que manteve uma “insaciável, inextinguível, indesalterável sede de justiça” (Mennucci, 1938, p. 12), o autor enfatiza que a luta de Gama transcenderia as circunstâncias imediatas da sua época. Sua atuação e dedicação seriam, portanto, entendidas não apenas como manifestações históricas, mas como símbolos que projetariam para o futuro a plena realização de valores universais, como liberdade, justiça e igualdade.

Essa noção de continuidade simbólica do legado de Luiz Gama é reforçada pelo próprio Mennucci na descrição o sepultamento do abolicionista. Segundo o autor, a cerimônia fúnebre não representou apenas um encerramento, mas um marco inaugural para a perpetuação dos ideais defendidos pelo abolicionista. Mennucci atribui a Antônio Bento, considerado por ele um dos principais sucessores de Gama, a responsabilidade por liderar uma nova fase do combate à escravidão, adaptada às circunstâncias da época. Bento utilizaria métodos distintos, descritos por Mennucci como estratégias mais práticas e indiretas, revelando-se um “(...) guerreiro perfeito e adestrado na tática da insídia e da emboscada” (Mennucci, 1938, p. 200).

Contudo, para o biógrafo, mesmo com métodos diferentes, Bento estaria amparado pelos valores e pelo legado deixados por Gama. Mennucci relata que, à beira do túmulo do abolicionista, seus seguidores fizeram um juramento que consolidava simbolicamente a continuidade dessa luta. Dessa forma, Gama permanecia presente não apenas como memória, mas como força espiritual duradoura e inspiradora. Nas palavras do biógrafo:

“Gama haveria, por certo falhado nessa fase do combate. O seu vício da coragem e do peito descoberto o teriam inabilitado para a luta em que se revelou exímio o chefe dos ‘caifases’. Mas, pelo testemunho do tempo, não resta a menor dúvida de que foi Gama quem traçou o plano dessa nova etapa da campanha. E o juramento feito à beira de sua sepultura, na hora do enterro, mostra bem claro que, mesmo morto, Gama continuava a ser o supremo chefe, transsubstanciado, agora, em ‘antepassado’, cujos manes se invocariam como imperecível ensinamento da geração, como apelo decisivo nas horas de dúvida e desconforto. Chefe, portanto, que transcendera à categoria de ídolo”. (Mennucci, 1938, pp. 200-201)

Essa representação do sepultamento e da continuidade pós-morte reforça o caráter figural implícito no texto de Mennucci. Mesmo sem intenção deliberada, segundo nosso entendimento, de seguir o conceito de interpretação figural proposto por Auerbach, a biografia permite compreender Luiz Gama como uma figura histórica que não se esgota em sua época, mas prefigura simbolicamente valores cuja realização ocorreria posteriormente, encontrando em São Paulo seu espaço privilegiado de realização.

É justamente nessa perspectiva de transcendência simbólica que podemos compreender melhor a descrição feita por Mennucci sobre Gama como um homem movido pela “veemência de uma ideia fixa” (Mennucci, 1938, p. 105) e pela “intensidade irraciocinada de uma paixão amorosa” (Mennucci, 1938, p. 105), criando uma imagem quase mística de sua devoção à causa abolicionista. Mennucci chega a destacar o “ódio em alta dose” (Mennucci, 1938, p. 105) que Gama possuía, transformado em uma força que perdurou além de sua vida física, simbolicamente alimentando o juramento feito à beira de seu túmulo por seus seguidores. Essa representação, ainda que poderosa, pode indicar um desejo do autor de construir uma figura heroica quase inalcançável, uma missão sagrada, “um apostolado místico” (Mennucci, 1938, p. 105), em detrimento de uma análise mais sóbria e fundamentada:

Na luta que Gama sustentou em nossa terra, a favor dos escravos, luta tenacíssima, áspera, sem quartel, em que ele jogou tudo, sem excetuar a própria cabeça, sem a esperança da menor recompensa, teve de sua parte a veemência de uma ideia fixa, a intensidade irraciocinada de uma paixão amorosa e a irreversibilidade de um apostolado místico. Chega a espantar o ódio que ele revelou possuir em tão alta dose, concentrado em redobrada potência e com uma tão resistente capacidade de durar que nem a morte o extinguiu. Pois, foram ainda os raios fulgurantes despedidos nessa

campanha, que a prolongaram no tempo, através do juramento que a multidão fez à beira de seu túmulo.” (Mennucci, 1938, p. 105-106)

Como vemos, Mennucci atribui a Gama uma “insaciável, inextinguível, indesalterável sede de justiça” e, num clímax de retórica, afirma que a vida do “gladiador gigante” (Mennucci, 1938, p. 11) pode ser simbolicamente representada de modo monumental na seguinte passagem:

Tinha-o elevado a essas alturas a sua insaciável, a sua inextinguível, a sua indesalterável sede de justiça. Pôde representar-se a vida inteira de Luiz Gama como duas mãos tendidas para o alto, no clamor incessante do respeito pelos direitos humanos. (Mennucci, 1938, p. 12)

Ao desenhar essa imagem de Luiz Gama como “duas mãos tendidas para o alto, no clamor incessante do respeito pelos direitos humanos”, Mennucci eleva-o à condição de um símbolo de resistência, transcendendo o tempo e o espaço de sua atuação abolicionista. Em sua visão, a vida de Gama se torna um monumento aos direitos humanos, uma representação da luta pela liberdade e justiça.

1.2.4 Entre a crítica e a contradição: Mennucci e suas fontes

Sud Mennucci inicia sua obra sobre Luiz Gama com uma postura contundente em relação aos textos de periódicos que, antes do seu livro, já haviam se ocupado do abolicionista. Ele não hesita em criticar os autores que o precederam, chamando-os de "copistas" que, por interesse ou vaidade, apenas reproduzem "invencionices mais calvas, embustes e patranhas" e perpetuam uma "corrente que apenas veicula fraudes da história" (Mennucci, 1938, p. 16). Para Mennucci, as abordagens dos biógrafos anteriores indicam preguiça e ignorância, pois limitam-se a reciclar a carta autobiográfica de Gama e o artigo de Lúcio de Mendonça sem esforço crítico (Mennucci, 1938, p. 18). Partindo dessa vigorosa contestação, convém entender como Mennucci chegou ao tema Luiz Gama e quais foram os seus argumentos em considerar insuficiente o material então disponível sobre o abolicionista.

Sud Mennucci relata que seu interesse por Luiz Gama surgiu quando foi escolhido, em 1929, para ocupar a cadeira nº 15, que originalmente tinha pertencido a Luiz Gama, na Academia Paulista de Letras; momento em que houve uma tentativa de reorganizá-la, após um longo período de inatividade. (Mennucci, 1938, p. 13). Como parte dessa reorganização, a Academia deliberou que os novos membros deveriam realizar um levantamento histórico dos patronos de cada cadeira. Mennucci admite que, até então, conhecia pouco sobre Gama, mas esse compromisso despertou seu interesse inicial pelo biografado (Mennucci, 1938, p. 14).

Diante da tarefa de elaborar um levantamento histórico sobre o patrono de sua cadeira na Academia e movido por sua curiosidade recém-despertada, Sud Mennucci relata que iniciou uma busca por fontes para a elaboração de seu trabalho. No entanto, ele argumenta que enfrentou grandes dificuldades para obter informações detalhadas e confiáveis:

De triagem em triagem, de desilusão em desilusão, consegui obter uma certeza absoluta: a carência de informações é completa e total acerca do negro. Mas a quantidade de inexatidões, de fatos narrados erradamente, de balelas e mentiras, é volumosa e chega a fazer rir. Porque todos ou quase todos os escrevedores de artigos e conferências sobre o nosso homem, apenas repetem e recozinhram, quando não inventam cousa nova, um pseudo estudo de Lúcio de Mendonça, publicado no "Almanaque Literário" de 1881. (Mennucci, 1938, p. 15)

Sud Mennucci afirma, sem citar nomes, que os estudos sobre a vida de Luiz Gama estavam, até aquele momento, restritos à carta autobiográfica de Gama e ao artigo escrito por Lúcio de Mendonça, que se baseava integralmente nessa epístola. Conforme observa Mennucci, o artigo de Mendonça não passa de uma "simples ampliação de uma carta de Gama, que este escrevera, a pedido daquele, narrando-lhe a sua vida" (Mennucci, 1938, p. 15). Para Mennucci, em vez de desenvolver uma pesquisa biográfica aprofundada, Lúcio de Mendonça apenas "enfeitou [a carta] com alguns adjetivos encomiásticos, acrescentou-lhe poucas observações e fatos referentes à última fase de Gama" (Mennucci, 1938, p. 15) que ele próprio conhecia por ter convivido com o abolicionista na redação do jornal *Ipiranga* (Mennucci, 1938, p. 15). Assim, para Sud Mennucci, o artigo de Mendonça não ofereceu uma nova perspectiva sobre a trajetória de Gama, limitando-se a reproduzir o relato do próprio Gama, sem uma análise crítica ou adição significativa de novas informações.

A crítica contundente de Sud Mennucci ao texto de Lúcio de Mendonça não passou despercebida e logo provocou uma réplica pública, ampliando o alcance da controvérsia. Carlos Süsskind de Mendonça, filho de Lúcio, rebateu prontamente na imprensa paulista as acusações feitas por Mennucci. Na defesa apresentada por Süsskind, o artigo biográfico publicado em 1881 teria respeitado a confidencialidade originalmente pactuada entre seu pai e Gama, esclarecendo que a carta autobiográfica só veio a público nos anos 1920. Além disso, Süsskind insistiu no caráter reservado e modesto do biografado, alheio a quaisquer pretensões exibicionistas (Ferreira, 2008, pp. 315-317), exigindo de Sud Mennucci pronta retratação ao que ele chamou de ataque "fantasista" e "descortês" (Süsskind, 1938, p. 855, *apud*, Ferreira, 2008, 316). Esse debate público indica que a apropriação da memória de Luiz Gama já mobilizava disputas interpretativas para além do simples relato de sua trajetória de vida.

Para Mennucci, essa limitação dos autores à carta autobiográfica e ao artigo de Mendonça indicava uma falta de aprofundamento e pesquisa de novas fontes, o que resultaria em falta de originalidade em seus textos, que consistiriam em mera repetição do que já era sabido sobre a vida e obra de Luiz Gama:

Porque tudo quanto se sabe da vida de Luiz Gama, resume-se, em última instância, nesse artigo, que é a carta enfestada. Os que vieram depois, os mais criteriosos, limitaram-se a requestá-la, pondo em banho-maria essa página, que já não era original. E vive por aí, publicado com grande pompa, em jornais e revistas de alto coturno, muito Peru literário que não passa de "roupa-velha"... muito velha. (Mennucci, 1938, p. 16)

Mennucci inicialmente não indica nomes dos autores criticados mas, ao longo do livro, menciona alguns deles, entre os quais cita Alberto Faria - em uma conferência publicada no *Estado de São Paulo* em 13 de maio de 1924 (Mennucci, 1938, p. 153) -, J. J. Cardoso de Melo Neto - em sua conferência de 28 de março de 1931, realizada no Teatro Municipal de São Paulo (Mennucci, 1938, p. 153) - e Artur Motta, que, ao estudar a 15^a cadeira da Academia Paulista de Letras, publicou um artigo na "Página da Academia" da "Folha da Manhã", em 9 de fevereiro de 1936 (Mennucci, 1938, p. 153). Mennucci considera que esses autores reproduziram o artigo de Mendonça sem questionar suas origens ou autenticidade, perpetuando uma visão pouco crítica e limitada do legado de Luiz Gama. Portanto, Mennucci indica que seu estudo terá o diferencial de não constituir mera cópia, reprodução da fonte principal dos seus predecessores:

Aliás, não ha de que se admirar do expediente. No Brasil, máxime em sua História - e biografia não passa de ramo menor dessa arte grande - a cópia é quase a regra geral absoluta. Os fazedores de livros, para contar feitos e façanhas nossos, cingem-se normalmente à tarefa de meros compiladores e copistas, que dão desempenho ao seu intento sem a menor dose de espírito crítico. Copiam tudo o que encontram, sem maior exame, sem coar as afirmativas pelo crivo da verificação. São, por sua vez, copiados e recopiados e tricopiados, dependendo isso apenas da idade de seus trabalhos. Estabelece-se, assim, a corrente que veicula as invencionices mais calvas, os embustes, as patranhas, as imposturas, as meias-verdades, as interpretações desvirtuadas, as versões estrábicas, quando não mesmo tendenciosas, as induções e deduções dúbias e inseguras, toda a flora, enfim, das fraudes da História. Nada adianta o protesto consciencioso dos legítimos sabedores contra essa atmosfera de falsidades. O copista não lê, copia. E só copia ou para que lhe comprem o livro ou para que acreditem os ingênuos e os distraídos na sua alta competência. Não lhe interessa o que pensem e digam os entendidos. Não é para estes que ele escreve. Escreve para os outros, para os que não têm nem tempo nem vontade nem o desejo de averiguar as informações. (Mennucci, 1938, p. 16)

O autor argumenta que as consequências de uma abordagem sem rigor ao tratar da vida de Luiz Gama resultaram em uma imagem estereotipada, que desconsidera sua real importância para o movimento abolicionista no Brasil. Ele aponta que a falta de uma investigação criteriosa

e a repetição de informações não verificadas contribuíram para transformar Gama em uma figura simplificada e distorcida:

Talvez pareça estranho se venha pedir a imparcialidade da história para quem mais vezes se tem visto citar como figura inolvidável no relato de nosso mais próximo passado. Mas, há razões no proceder. Luiz Gama, como dezenas de outros vultos do Brasil de antanho, só é citado quando se torna impossível fugir-lhe a lembrança do nome, tão intimamente se soldou a sua individualidade aos anais da Abolição. No fundo, porém, permanece um personagem por estudar, desconhecido dos contemporâneos e ligeiramente delineado em atitudes que não são verdadeiras porque apenas episodicamente exatas. E esses episódios, de tanto repetidos e mal comentados, quase sempre, quando não mesmo adulterados, acabaram transformando o negro admirável numa figura de cromolitografia, estereotipada e imóvel, interessante ao primeiro olhar, perfeitamente irritante depois. (Mennucci, 1938, p. 13)

Criticando veementemente seus antecessores por perpetuarem uma imagem estereotipada de Luiz Gama, Sud Mennucci diz que irá apresentar um retrato mais autêntico e profundo do biografado. No entanto, como vimos, sua própria biografia de Gama não consegue escapar da linearidade e da construção simplificadora que ele mesmo condena. Mennucci alega que os relatos anteriores reduziram Gama a uma figura “estereotipada e imóvel” - uma representação que, à primeira vista, segundo ele, poderia parecer interessante, mas que tornar-se-ia “perfeitamente irritante” pela falta de autenticidade e pela repetição de episódios mal fundamentados (Mennucci, 1938, p. 13). Nesse sentido, o autor, ao propor uma “obra serena de reparação e de reabilitação” (Mennucci, 1938, p. 18), não rompe com a tradição de continuidade que ele censura, não oferecendo uma análise mais complexa e crítica da trajetória de Luiz Gama. Ao invés de trazer essa visão mais aprofundada, ele também acaba reforçando certos estereótipos e simplificações.

Findo o percurso pelo trabalho do professor paulista, resta ainda a questão: Em que medida a biografia de Mennucci escaparia dos limites postos pelo artigo de Lúcio de Mendonça e da carta autobiográfica, limites que ele indicou nos seus antecessores? A resposta depende do conhecimento desses tais textos, que serão objetos dos próximos capítulos

CAPÍTULO 2 - UMA BIOGRAFIA PERSUASIVA: TESSITURA RETÓRICA NO ARTIGO DE LÚCIO DE MENDONÇA

À primeira vista, tal como sucede com a carta que constituiu sua fonte, o artigo de Lúcio de Mendonça publicado no **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**, é apenas um texto laudatório das virtudes de um abolicionista consagrado. Contudo, uma análise mais atenta, inspirada nas reflexões de Renato Janine Ribeiro (1999) sobre a intenção persuasiva dos escritos políticos, indica que estamos diante de um material estrategicamente elaborado para determinados leitores. Para captar essa complexidade, é preciso estar atento a suas nuances textuais e considerar o contexto de sua produção. Examinar suas escolhas retóricas - vocabulário, seleção de episódios, ênfase no merecimento - e situá-las no contexto das disputas paulistas da época permite notar que o artigo não apenas celebra Gama, mas também se dirige a um público específico para sustentar posições e alianças. Assim, o que se apresenta como simples tributo tem a intenção de construir, simultaneamente, peça de persuasão inserida nas lutas política do período.

Um dos primeiros sinais de articulação entre exposição direta dos fatos e intervenção autoral aparece na própria estrutura do artigo de Mendonça, organizado em seis seções. Nas partes II, III e IV, ele praticamente transcreve a carta de Luiz Gama, limitando-se a pequenas intervenções; já nas seções I, V e VI, o autor biográfico assume abertamente a posição de intérprete da trajetória do homenageado. Esse arranjo resulta num texto sensivelmente mais extenso do que a carta original e sugere que o artigo não se contenta em reproduzir o passado de Gama de forma estritamente fiel, mas procura reinscrevê-lo em uma chave argumentativa, alinhando a construção do texto a intenções políticas do autor.

Na abertura do artigo (seção I), Mendonça procura construir a forma com que o leitor deverá se relacionar com o texto ao posicionar Gama simultaneamente como objeto de divulgação e de admiração. À primeira vista, o texto - claramente elogioso - pode parecer limitar-se a uma exposição cronológica dos fatos que Gama lhe confiara na carta autobiográfica. Entretanto, as linhas iniciais do artigo já apontam para algo mais amplo. O autor começa escrevendo:

I

Os republicanos brasileiros, constantemente lembrados de maneira injuriosa por algumas apostasias que mancham a história de todos os partidos, poderiam, se quisessem, silenciar seus detratores com um único nome que serve como um grande exemplo de honrada perseverança. Esse nome, belo e puro, coroa esta página. Quantos outros exemplos iguais oferecem, desde o início de sua existência, os nossos antigos partidos monárquicos?

O elogio a este homem verdadeiramente grande — grande em um tempo em que só podem sê-lo os amigos da humanidade — pode ser feito em poucas palavras: nascido e criado escravo até a primeira juventude, ele conseguiu, posteriormente, libertar mais de quinhentos escravos! (Mendonça, 2020, p. 509)

Na abertura do artigo (seção I), Mendonça busca criar uma aproximação com o leitor, apresentando Gama como referência de divulgação e de admiração. Logo nas primeiras linhas, dirige-se explicitamente aos “republicanos brasileiros”, propondo que reconheçam no biografado não apenas um homem “verdadeiramente grande”, mas também uma referência exemplar para o partido. Ao evocar esse “único nome”, o autor reforça o prestígio já consolidado de Gama.

Considerando o prestígio já consolidado de Gama como ator político (Ferreira, 2001, p. 462), é improvável que Mendonça tenha publicado a biografia sem o consentimento do correligionário ou sem alinhar o texto aos objetivos que ambos partilhavam no movimento abolicionista. O sigilo que cercou a epístola quando o artigo veio a público indica antes uma convergência estratégica: Mendonça podia expor a trajetória do abolicionista, desde que preservasse - ou reforçasse - as finalidades políticas pactuadas entre ambos.

Na tese *Luiz Gama (1830-1882): Étude sur la vie et l'œuvre d'un Noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil*, Lígia Fonseca Ferreira sustenta que ocorreu um “pacto de silêncio” acerca da epístola entre Gama e Mendonça e que foi mantido enquanto Gama viveu; caso não correspondesse à sua vontade, afirma a autora, o artigo não teria sido publicado ou teria sido contestado pelo próprio biografado:

Comme la lettre ne fut jamais divulguée du vivant de son scripteur, le pacte de silence respecté par Mendonça traduisait sa loyauté envers Luiz Gama et une certaine fidélité aux faits qui lui avaient été transmis. Par pudeur ou modestie, Gama accepte que quelqu'un d'autre, digne de sa confiance et dont il connaît les intentions, fasse l'éloge de sa vie. Par conséquent, l'intéressé lui-même n'est pas offensé par cet article, sorte d'autobiographie déguisée, presque entièrement calquée sur le texte de sa lettre. Si les informations données avaient été utilisées contre son gré, il l'aurait sans doute fait savoir au public *letrado* de São Paulo¹⁹. (...) (2001, p. 468)

19 Tradução nossa: “Como a carta nunca foi divulgada enquanto seu autor estava vivo, o pacto de silêncio respeitado por Mendonça refletia sua lealdade a Luiz Gama e uma certa fidelidade aos fatos que lhe foram confiados. Por pudor ou modéstia, Gama aceita que outra pessoa, digna de sua confiança e cujas intenções ele conhece, faça o elogio de sua vida. Consequentemente, o próprio Luiz Gama não se sentiu ofendido pelo artigo, espécie de autobiografia disfarçada, quase inteiramente baseada no texto de sua carta. Caso as informações fornecidas tivessem sido usadas contra sua vontade, ele certamente teria feito isso saber ao público *letrado* de São Paulo. (...) (Ferreira, 2001, p. 468)

O artigo de Mendonça sugere menos uma apropriação indevida e, muito mais, uma biografia mediada pelo exercício colaborativo entre Luiz Gama (sujeito da narrativa) e Lúcio de Mendonça (mediador), que moldam estrategicamente uma *persona* pública para fins políticos.

A estrutura do artigo — que alterna trechos da carta de Gama com intervenções em que Mendonça assume o papel de comentarista e intérprete — explicita o “pacto de silêncio” anteriormente mencionado. Embora parte do conteúdo da epístola seja preservada, a perspectiva enunciativa se desloca: o relato em primeira pessoa transforma-se em discurso biográfico na terceira pessoa, com Mendonça apresentando-se como alguém que conhece de perto a trajetória grandiosa de um agente histórico de relevância incontestável. Como observa Lígia Fonseca Ferreira, no artigo “sa voix et celle de Luiz Gama se confondent et instaurent un ‘échange de mémoires’. Sous couvert de texte primaire, la biographie de 1881 donnera aux lecteurs d’époques distinctes l’illusion d’une univocité²⁰” (Ferreira, 2001, p. 468). No entanto, é importante reconhecer que a peça não se limita a uma criação desinteressada: trata-se de um texto com função política. Nesse contexto, não surpreende que Mendonça não explice que sua narrativa se baseia na carta autobiográfica de Gama. Ao omitir a referência à fonte, o artigo confere a si mesmo uma autoridade que não depende da verificação documental, induzindo o leitor do Almanaque a aceitar o relato como fruto exclusivo do conhecimento e da credibilidade do autor.

Do ponto de vista estratégico, apresentar a biografia como relato em terceira pessoa diminui o tom modesto da voz autobiográfica que Gama havia procurado imprimir na carta e que, no artigo, permite a Mendonça projetar o biografado com adjetivações mais marcantes. Esse arranjo não se reduz a homenagem; opera como dispositivo retórico que inscreve Gama, com sua própria anuência, em um lugar simbólico de “cidadão exemplar” dentro da esfera pública em que Mendonça procurava intervir.

O artigo de Mendonça não foi concebido de forma neutra ou fortuita. Inserido no cenário político nacional de 1880-81, ele dialoga com as tensões do momento e explora o prestígio já consolidado de Luiz Gama para além da causa abolicionista. Ao enaltecer a trajetória do abolicionista, Mendonça não apenas reforça o ideário republicano que partilhava com o biografado, mas também procura convencer os republicanos da urgência de incorporar a abolição como parte essencial de seu programa político. A grandiloquência do texto parece

²⁰ Tradução nossa: sua voz e a de Luiz Gama se entrelaçam, instaurando uma "troca de memórias". Sob o disfarce de um texto primário, a biografia de 1881 dará aos leitores de épocas distintas a ilusão de uma univocidade. (Ferreira, 2001, p. 468)

calculada para atingir a sensibilidade desse público, associando Gama a um exemplo de virtude cívica capaz de unificar e mobilizar em torno dessa pauta.

Esse documento biográfico permite a Mendonça introduzir, nos trechos de sua autoria, reflexões que indicam uma adesão às mesmas causas defendidas por Gama. Desse modo, constatamos que o artigo não se limita a transcrever a carta: ele procura ampliar o valor simbólico da trajetória, sugerindo que Gama seria digno de admiração coletiva. Assim, alusões breves da carta à atuação do narrador no Partido Liberal ou aos confrontos com escravocratas transformam-se, no artigo de Mendonça, em relatos mais extensos e elogiosos que destacam a firmeza de caráter do abolicionista:

A turbulência de Luiz Gama consistia em ser liberal exaltado e militante, em promover pelos meios judiciais a liberdade de pessoas livres reduzidas a criminoso cativeiro, e auxiliar alforrias de escravos, na medida de suas posses, e, às vezes, além delas, na medida de sua dedicação à causa santa dos oprimidos. (Mendonça, 2020, p. 515)

Podemos perceber a mesma construção retórica quando, ao expandir novamente o texto original da carta, atribui à origem materna de Gama a sua “inquietude” diante das mazelas do mundo:

Vê-se que é hereditário em Luiz Gama o profundo sentimento de insurreição e liberdade. Abençoada sejas, nobre ventre africano, que deste ao mundo um filho predestinado, em quem transfundiste, com o teu sangue selvagem, a energia indômita que havia de libertar centenas de cativos! (Mendonça, 2020, p. 511)

A estratégia de projetar Gama como “filho predestinado” ganha mais sentido quando se examinam as tensões políticas que circundavam a publicação do artigo, em especial o estado de ânimo do Partido Republicano Paulista (PRP) e a convivência cada vez mais conflituosa entre fazendeiros escravocratas e abolicionistas. Lígia Fonseca Ferreira identifica três fatores que fragilizavam o PRP naquele momento: (1) a volta do Partido Liberal ao poder em 1878; (2) o choque entre grupos urbanos idealistas e setores rurais escravocratas; (3) a divisão interna do PRP sobre como conduzir a abolição, pois enquanto uma ala, ligada a Gama, defendia a emancipação imediata, a maioria - vinculada às elites agrárias - propunha um processo gradual, ajustado às necessidades de cada província (Ferreira, 2001, pp. 472-473). Muitos republicanos abandonavam a legenda para seguir carreira na monarquia, enquanto outros, fiéis ao Manifesto de 1870, frustravam-se com a ausência de avanços concretos na causa antiescravista. Nesse sentido, argumenta a autora:

(...) La pomme de la discorde est la question du maintien ou de l'abolition de l'esclavage. Par ailleurs, les frontières entre le credo libéral et républicain restent floues, la République n'étant que le fruit mûr des idées libérales, comme l'affirmait le républicain José Otônio vers 1870. Conservateurs et libéraux alternent alors au pouvoir. Cependant, le gouvernement formé en 1878, qui compte parmi ses membres un ancien signataire du Manifeste Républicain de 1870 et deux anciens libéraux radicaux, tente de contenir la percée républicaine. Le parti libéral gagne ainsi l'adhésion de quelques républicains pressés d'entamer leur carrière politique sous le régime monarchiste, en dépit de leur filiation idéologique. Les leaders républicains le déplorent et s'inquiètent de cette dissidence capable de mettre en péril la vie du parti²¹. (...) (Ferreira, 2001, p. 473)

Em outro momento do artigo Mendonça procura apresentar a genealogia partidária republicana. Em 1880, quando o Partido Republicano Paulista (PRP) perdia quadros para a monarquia e enfrentava o descontentamento interno diante das disputas sobre os rumos políticos a seguir, era decisivo reforçar a legitimidade histórica do novo credo político. Ao relembrar que os liberais “radicais” já haviam desbravado o caminho que levava aos ideais republicanos, o autor sugere continuidade desse movimento e, ao mesmo tempo, traça uma linha divisória interna: quem permanecer na velha monarquia será contado entre os “estacionários ou retrógrados”:

Os radicais foram, nos nossos últimos anos políticos, os precursores dos republicanos. Com exceção de meia dúzia de estacionários ou retrógrados, entre os quais Silveira Martins, Silveira da Motta e Ruy Barbosa, em fins de 1869²² e começo de 1871, os radicais declararam-se abertamente pela república. (Mendonça, 2020, p. 516)

Ao circunscrever “uma meia dúzia” de nomes no bloco dos estacionários ou retrógrados, Mendonça procura legitimar o republicanismo como herdeiro direto do Partido Liberal e instiga os leitores a se posicionarem: aderir à república é avançar, permanecer com os “estacionários” é frear o curso da história²³.

²¹ Tradução nossa: “(...) O pomo da discordia girava em torno da manutenção ou abolição da escravidão. Além disso, as fronteiras entre as crenças liberais e republicanas permaneciam confusas, já que a República era considerada apenas o fruto maduro das ideias liberais, como afirmava o republicano José Otônio por volta de 1870. Conservadores e liberais alternavam no poder. No entanto, o governo formado em 1878, que contava com um ex-signatário do Manifesto Republicano de 1870 e dois ex-liberais radicais, buscava conter o avanço republicano. O Partido Liberal, assim, conquistava a adesão de alguns republicanos ansiosos por iniciar sua carreira política sob o regime monárquico, apesar de sua filiação ideológica. Os líderes republicanos lamentavam isso e temiam que tal dissidência colocasse em risco a sobrevivência do partido. (...) (Ferreira, 2001, p. 473)

²² O documento original traz a data “1879”, o que parece constituir um erro de grafia; opta-se aqui pela correção para “1869”, adotada na edição de Lígia Fonseca Ferreira, *Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro* (2020). A imagem do original pode ser consultada no almanaque digitalizado. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011710&bbm/2087#page/104/mode/1up>. Acesso em: 15/04/2025.

²³ Sobre a fissura ocorrida no seio do Partido Liberal após a queda do gabinete de Zacarias Góis de 1868, ver Eide Sandra Azevedo Abreu, “O projeto de descentralização de Tavares Bastos e a luta política no Império”. (Abreu, 2007, pp. 119-142)

Além das divisões internas no PRP, a imprensa paulistana registrava tensões cada vez mais visíveis nas fazendas de café: rebeliões pontuais, crimes e fugas de escravizados indicavam o acirramento dos conflitos entre senhores e cativos (Ferreira, 2001, pp. 473-474). O clima alarmava os setores senhoriais, enquanto os abolicionistas enxergavam a urgência de avançar na causa da libertação. Nesse contexto, a ênfase de Mendonça em Gama como figura inflexível ganhava força para a causa: apresentava-o como prova de que o republicanismo podia alinhar liberdade e ordem sem capitular aos interesses escravocratas.

Publicação republicana e abolicionista, o **Almanaque Literário de São Paulo para 1881** já vinha, em edições anteriores, adotando um tom combativo na defesa da causa da liberdade (Ferreira, 2001, p. 464). Essa linha editorial se manifestava também na escolha de biografar figuras ligadas ao republicanismo — como Campos Salles e Prudente de Moraes —, sempre exaltando a “nobre província de São Paulo” como terreno fértil ao ideal republicano (Ferreira, 2001, pp. 464-465). Inserir, em 1880, a trajetória de Luiz Gama nesse repertório de perfis era, portanto, mais um passo coerente na construção dessa pedagogia política que articulava republicanismo e abolicionismo.

Paralelamente, o Almanaque mantinha colaborações de tom combativo contra a escravidão (Ferreira, 2001, p. 464) e declarava o propósito de “contribuir para a educação intelectual” dos leitores (Ferreira, 2001, p. 463-464). O texto assinado por Lúcio de Mendonça - ao narrar a ascensão de um ex-escravizado que se tornara advogado e militante - ajustava-se, portanto, à pedagogia republicana que o almanaque pretendia difundir, funcionando como argumento exemplar a favor das reformas políticas defendidas pelo grupo (Ferreira, 2001, p. 472).

Para representar esse ideal republicano Mendonça dramatiza no seu artigo biográfico o episódio ocorrido no 1º Congresso Republicano Provincial, realizado em 2 de julho de 1873. A transcrição é longa, mas elucidativa: nela, o autor afirma ser testemunha ocular e descreve, passo a passo, o instante em que Gama teria se erguido contra um manifesto conciliador que admitia “indenização e o resgate” dos escravizados. Segundo Mendonça, o plenário, reunido “como um senado romano”, silencia-se quando o “tribuno negro” sobe ao púlpito e encarna o princípio de liberdade plena, sem compensação aos senhores de escravos:

Recordo-me, como testemunha presencial, de outra solene ocasião em que a nobre figura de Luiz Gama destacou-se em plena luz. Estava reunido em São Paulo, em um palacete da rua de Miguel Carlos, em 2 de julho de 1873, o primeiro congresso republicano da província, presidido pelo austero cidadão Dr. Américo Brasiliense. Era uma assembleia imponente. Verificados os poderes na sessão da véspera, estavam presentes vinte e sete representantes de municípios — agricultores, advogados,

jornalistas, um engenheiro —, todos os membros do congresso, jovens na maior parte, compenetrados da alta significação do mandato que cumpriam, tinham na sobriedade do discurso e na gravidade do aspecto a circunspecção de um senado romano.

Lidas, discutidas e aprovadas as bases oferecidas pela Convenção de Itu para a constituição do congresso, e depois de outros trabalhos, foi, por alguns representantes, submetido ao congresso, e finalmente aprovado, um manifesto à província relativamente à questão do estado servil. No manifesto, em que se atendia mais às conveniências políticas do partido do que à pureza de seus princípios, anunciam-se que, se tal problema fosse entregue à deliberação dos republicanos, estes resolveriam que cada província da União Brasileira realizaria a reforma de acordo com seus interesses peculiares, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; e que, em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se faria tendo por base a indenização e o resgate.

Posto em discussão o manifesto, tomou a palavra Luiz Gama, representante do município de São José dos Campos. Protestou contra as ideias do manifesto, contra as concessões que nele se faziam à opressão e ao crime; propugnava ousadamente pela abolição completa, imediata e incondicional do elemento servil.

Crescia na tribuna a figura do orador; o gesto, a princípio frouxo, alargava-se, acentuava-se, enérgico e inspirado; estava quebrada a calma serenidade da sessão: os representantes, quase todos de pé, mas dominados e mudos, ouviam a palavra fogosa, vingadora e formidável do tribuno negro. Não era já um homem, era um princípio que falava... digo mal: não era um princípio, era uma paixão absoluta, era a paixão da igualdade que rugia! Ali estava na tribuna, envergonhando os tímidos, censurando os prudentes, ali estava, na rude explosão da natureza primitiva, o neto da África, o filho de Luiza Mahin!

Sua opinião caiu vencida e única; mas não houve ali um coração que não se alvorocasse de entusiasmo pelo defensor dos escravos.

Dir-te-ei sempre, meu nobre amigo, que não estás isolado, no partido republicano, na absoluta afirmação da liberdade humana. Também como tu, eu proclamo que não há condições para a reivindicação deste imortal princípio, que não há contra ele nem direitos nem fatos que se respeitem. *Percat mundus, fiat justitia!* E é ignorar essencialmente a natureza das leis de instituição querer que elas respeitem direitos adquiridos. Não é para Victor Hugo, nem para Castelar que apelamos: é para Savigny, o histórico. (Mendonça, 2020, p. 517-518)

Ao recuperar essa cena, o biógrafo talvez procurasse atingir dois efeitos simultâneos. Primeiro, reafirmar a intransigência de Gama — “abolição completa, imediata e incondicional” — fixando-o como referência, como voz que desautoriza qualquer transação com a tutela escravocrata. Segundo, oferecer ao leitor republicano vacilante um espelho de coragem: ainda que “vencida e única”, a intervenção de Gama teria incendiado os corações presentes, de modo que a firmeza ética de Luiz Gama pudesse mobilizar apoios mais consistentes que alianças conjunturais.

Mendonça potencializa essa cena ao mesclar dois registros. Por um lado, atribui a Gama uma força emocional inata - a “rude explosão da natureza primitiva” associada à sua origem africana - que deveria impactar os sentidos e mobilizar o público. Por outro, ancora o discurso na autoridade do direito, evocando Savigny e a máxima latina *fiat iustitia, pereat mundus* (faça-se justiça, ainda que o mundo pereça). Essa combinação constrói um orador que é, simultaneamente, paixão e princípio: a veemência de origem e a legitimidade jurídica

convergem para sustentar que o direito à liberdade é irrenunciável, mesmo diante do direito de propriedade. Ao final, Mendonça amplia o alcance do episódio: não se trata apenas de memória, mas de intervenção política, lembrando aos republicanos que compor com a monarquia escravista significaria não só trair o ideal republicano, mas abdicar do próprio fundamento legítimo do poder político.

A reconstrução épica da sessão de 1873 por Mendonça cumpre, portanto, uma função que ultrapassa a simples exaltação pessoal: ela sinaliza o rumo que Mendonça pretende recolocar no horizonte do PRP. Se, naquele momento histórico, parte dos correligionários ensaiava composições com o liberalismo monárquico, o autor procura demonstrar que o partido deveria ficar o pé no campo oposto.

Ao mesmo tempo, a escalada de tensões, com fugas coletivas nas fazendas do Oeste paulista (Ferreira, 2001, pp. 471-472), conferia urgência adicional à mensagem. Mendonça não constrói Gama em abstrato; busca apresentá-lo como referência para que os republicanos da província de São Paulo se inspirassem a proclamar “que não há condições para a reivindicação deste imortal princípio” e, assim, sustentar, sem tergiversar, o compromisso com a liberdade.

Essa exortação à ação moral ganha um tom ainda mais incisivo quando Mendonça argumenta em seu artigo - adendo que não consta na carta original – com a doutrina do “direito natural de insurreição” que Gama teria supostamente sustentado nos tribunais: “Como defensor de escravos perante o júri, foi mais de uma vez chamado à ordem pelo presidente, por pregar francamente o direito de insurreição: Todo escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata em legítima defesa!” (Mendonça, 2020, pp. 516-517)

À primeira vista, a passagem parece romper a imagem do advogado estritamente legalista. Entretanto, Mendonça a enquadra de modo calculado: Gama proclama esse direito, segundo o autor, no foro, invocando princípios jurídicos, não a violência irrefletida. O efeito podemos interpretar de forma dupla: primeiro; por um lado, reafirma-se que há limites éticos intransponíveis: se a ordem monárquica e escravocrata nega o “direito à vida”, a resistência torna-se moralmente justificável. Por outro lado, preserva-se a figura do “cidadão virtuoso”: o mesmo homem que domina as leis admite a rebeldia apenas quando a própria lei se corrompe.

A inserção, portanto, não destoa do propósito persuasivo detectado antes; ao contrário, reforça-o. O leitor é lembrado por Mendonça de que a passividade cúmplice não cabe num projeto republicano coerente: quando a legalidade deixa de proteger a dignidade humana, cabe ao republicano - como teria feito Gama - recorrer a todos os meios legítimos para restabelecê-la preservando o bem maior que é a liberdade e a vida mesmo em detrimento da propriedade privada.

Se a evocação do Congresso de 1873 já insinuava que Mendonça pretendia revestir Gama de um magnetismo político mobilizador, os argumentos simbólicos de exaltação do biografado que se seguem indicam ainda mais essa intenção. O autor recorre a um arsenal de imagens épicas - metáforas de combate, adjetivações superlativas, alusões bíblicas - que convergem para o efeito de engrandecer o biografado. Nesse sentido, é expressivo, por exemplo, a dupla menção a Spartacus - o lendário gladiador que sublevou escravos contra a Roma imperial²⁴ -, feita por Mendonça para inserir Gama numa tradição heroica de resistência.

O paralelismo aparece pela primeira vez na segunda parte do artigo, quando Mendonça observa que o pai de Gama “era nobre, fidalgo, de uma das principais famílias baianas, de origem portuguesa” (Ferreira 2020, p. 511) fazendo, a seguir, referência a que, também Spartacus teria surgido de uma condição nobre antes de ser escravizado. A analogia reaparece de maneira ainda mais frontal no fecho da sexta parte, em que se declara que o nome de Luiz Gama já merece figurar junto a dois ícones da rebeldia antiescravista: “seja como for, e ainda que mais não faça, é já um nome que merece um lugar, na gratidão humana, entre Spartacus e John Brown²⁵”. (Mendonça, 2020, p. 519). O recurso retórico não parece ser gratuito: Spartacus condensa a ideia de coragem e de resistência armada; John Brown, por sua vez, representa a militância que precipita o processo de emancipação nos Estados Unidos.

Essa evocação de personagens grandiosos do passado por Mendonça revela no autor uma percepção política que nos remete à concepção de Walter Benjamin apresentada em seu ensaio “Sobre o conceito de história” segundo a qual a rememoração de lutas passadas traz energia à luta dos oprimidos no presente (Benjamin, 1987, pp. 228-229). O leitor é induzido a ver em Gama a síntese local dessa cadeia de rebeldia: um herói cuja revolta, longe de mera desordem, constitui insurgência moral e política legitimada pela própria trajetória de vida e projetada como legado para o movimento abolicionista-republicano.

Se a associação de Spartacus procura conferir a Gama a aura do insurgente clássico, Mendonça adiciona a esse arco heroico outra referência, desta vez de inspiração bíblica. Na tese **Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama**, Silvio Roberto dos Santos Oliveira observa que o artigo de Mendonça recorre reiteradamente ao “paradigma evangélico do santo rejeitado,

²⁴ The editors of encyclopaedia Britannica. Third Servile War: ancient Rome. Also known as: Gladiator War, Spartacus Revolt. Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Gladiatorial-War>. Última atualização em: 21 ago. 2024. Acesso em: 14/07/2024.

²⁵ John Brown (1800-1859) foi um abolicionista estadunidense, conhecido por liderar o ataque ao arsenal de Harpers Ferry em 1859, com o objetivo de instigar uma revolta de escravizados. Sua execução posterior transformou-o em mártir para a causa antiescravista, acelerando as tensões que levaram à Guerra Civil Americana. Encyclopaedia Britannica. John Brown: American Abolitionist. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/John-Brown-American-abolitionist>. Acesso em: 12/05/2025.

a voz que clama no deserto” (2004, p. 76) - personagem que a princípio é marginalizado, mas termina alçado a guia moral de sua comunidade. Essa chave hagiográfica aparece de maneira mais clara quando o biógrafo, ao encerrar a terceira parte do artigo, proclama: “termina aqui o período do seu cativeiro” (Mendonça, 2020, p. 514), frase que, como observa Oliveira, remete a “textos evangélicos e a alguns trechos do Velho Testamento, no que se refere a indivíduos como o José - do Velho Testamento - ou a toda história bíblica dos hebreus” (2004, p. 76). O sofrimento converte-se, no texto de Mendonça, na etapa obrigatória do amadurecimento e legitima a ascensão de Gama de simples personagem histórico a figura providencial.

Mendonça fortalece ainda mais esse tom de unção ao comentar a herança materna do biografado sob viés hagiográfico: “Bendito sejas, nobre ventre africano, que deste ao mundo um filho predestinado, em quem transferiste [...] a energia indomável que libertaria centenas de cativos!” (Mendonça, 2021, p. 511). A menção ao “ventre africano” carrega uma conotação que associa a origem materna de Gama a uma força vital de caráter “primitivo” e irrefreável — recurso retórico que não aparece nos textos de Gama, mas que aqui serve a um propósito específico de Mendonça. A combinação dessa energia herdada com a imagem do herói épico e do eleito bíblico cria um retrato em que a dor do passado legitima o papel messiânico no presente, alinhando o destino individual de Luiz Gama às esperanças coletivas que o autor desejava insuflar na província de São Paulo.

Mendonça prossegue com a atribuição de messianismos ao biografado ao relembrar a sua atuação contra a ordem escravista, mesmo sob ameaça de morte. Afirma que Gama convertera o foro em trincheira abolicionista e se tornara “o terror dos senhores de escravos”:

Por esse tempo, ou proximamente, fazia Luiz Gama a todo transe a propaganda abolicionista; a sua advocacia era o terror dos senhores de escravos. Sei que teve a cabeça posta a prêmio por fazendeiros de São Paulo, e tempo houve em que não poderia ir da capital a Campinas sem risco de vida. (Ferreira, 2020, p. 516)

A combinação de referências épicas e imagens bíblicas busca construir uma trajetória em que a dor do passado legitima o destino de Luiz Gama. Nesse movimento, Lúcio de Mendonça filtra cuidadosamente o que será transmitido ao leitor: sob o pretexto de celebrar o “filho predestinado”, seleciona apenas episódios que reforçam uma virtude coerente e uma trajetória linear (Bourdieu, 2006). Assim, ficam de fora passagens que poderiam introduzir nuances ou tensões — como embates com figuras de outras correntes republicanas ou episódios menos alinhados ao perfil heroico desejado. Ao eliminar essas zonas cinzentas, o texto preserva

uma imagem idealizada, na qual a trajetória de Gama se apresenta como um percurso contínuo e sem contradições.

Trata-se de imagem que contrasta com as descobertas trazidas por Elciene Azevedo no livro **Orfeu de Carapinha** (1999). A historiadora argumenta que Gama, para não se afastar dos espaços de decisão, foi capaz de acomodar-se a correligionários de orientação escravocrata. Ao comentar a presença do abolicionista ao lado do fazendeiro Martinho Prado Júnior no protesto paulista em apoio à “revolta do vintém²⁶”, Azevedo observa que, “do ponto de vista da lógica estabelecida pelo lendário abolicionista incondicional, este episódio não teria a menor coerência” (Azevedo, 1999, p. 148). A autora conclui que só se entende tal convivência quando se reconhece “a lógica muito própria que só pode ser compreendida se pudermos entender qual era o sentido que ele dava a sua atuação como republicano e qual a República que defendia” (Azevedo, 1999, p. 148). Em outras palavras, para a autora, Gama aceitaria alianças táticas dentro do PRP porque via a República como um ambiente mais propício à difusão de suas ideias abolicionistas e por manter-se próximo a uma fração importante do centro de decisões políticas de sua época, ainda que isso implicasse a dividir espaço com escravocratas.

Para demonstrar de forma mais contundente as ambiguidades que permeavam a estratégia de articulação política do abolicionista, Elciene Azevedo considera as eleições municipais de 1876, quando a direção do PRP autorizou coligações com os partidos monarquistas. Embora considerasse a medida “uma suprema traição ao ideal republicano” (Azevedo, 1999, p. 169), Gama aceitou integrar a comissão encarregada de negociar a aliança com o Partido Liberal: recusar o convite poderia ser visto como deserção, enquanto aceitá-lo exigia relativizar posições anteriormente defendidas. A participação prevaleceu e ele chegou a figurar, como candidato a juiz de paz do distrito Norte, sob a legenda liberal (Azevedo, 1999, p. 172). Pouco depois, a executiva republicana declarou não julgar “conveniente” sua candidatura, deixando a decisão final a seu critério; em seguida, o Partido Liberal reformulou a chapa e retirou seu nome, a seu pedido. (Azevedo, 1999, p. 172).

A repercussão da breve filiação de Luiz Gama à comissão do Partido Liberal foi objeto de forte ironia na imprensa da época. Um texto publicado no periódico *O Coaracy*, em 30 de

²⁶ Levante popular ocorrido no Rio de Janeiro entre 28 e 30 de janeiro de 1880. A faísca do conflito foi o “imposto do vintém” – taxa de 20 réis sobre cada passagem de bonde recém-criada para reforçar a arrecadação do Império. Operários, estudantes e pequenos comerciantes organizaram protestos que resultaram na derrubada de trilhos, queima de bondes e confrontamentos com a Polícia e o Exército; estimam-se de três a sete mortos, além de dezenas de feridos. A repressão garantiu momentânea ordem, mas a impopularidade do tributo levou o governo imperial a revogá-lo poucas semanas depois, mostrando o desgaste político do regime e a força de mobilização urbana no fim do Segundo Reinado. BRASIL ESCOLA. Revolta do Vintém de 1880. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/guerras/revolta-vintem-1880.htm>. Acesso em: 14/05/2025.

abril de 1876, revela o desconforto político que envolvia a aproximação de Gama, crítico contundente da monarquia, ao partido liberal. O episódio evidencia tanto as pressões contraditórias dentro do campo republicano quanto a difícil conciliação entre seus princípios e as estratégias políticas momentâneas. A nota satírica do jornal, reproduzida por Elciene Azevedo, expressa a percepção do periódico sobre a incoerência atribuída a Gama naquele contexto:

Pois então vejam: a Luiz Gama está nomeado membro da comissão do Partido Liberal, que tem de defender os direitos de seus correligionários. Quem?!... O Luiz ultrarepublicano?!... O Luiz dos dois *bonnets-phrigios*?!... O Luiz da emancipação do ventre que pare, do pé que anda, da cabeça que pensa, do nariz que cheira, do olho que vê, da emancipação de tudo, tudo enfim?... Não pode ser!! Pode, porque no meio dessa balbúrdia toda em que vão os homens, foi ele o escolhido para bode expiatório (naturalmente), e alguém lhe atirou aí pelos jornais um telegrama que dizia assim: - Explica-te Luiz! E ele que não tem papas na língua, nem borra nos bicos da pena, amoitou-se que ninguém lhe viu a garrulice. Querem mais? (O Coaracy, 30 de abril de 1876, *apud* Azevedo, 1999, pp. 170-171)

Esses episódios, indicam um Gama capaz de ajustar as estratégias e a postura política às conveniências do jogo partidário: aceitava acomodações pontuais para preservar legitimidade e espaço de influência, talvez na esperança de que o PRP ainda fosse uma plataforma útil à sua causa. É justamente para essa ambivalência - radical e pragmático - que Elciene Azevedo chama atenção:

Essas atitudes contradizem o seu discurso de propaganda republicana e indicam que a imagem de radical e intransigente correspondia assim a sua atuação partidária, fosse nos jornais ou nas reuniões, mas não rigorosamente aos seus métodos. Luiz Gama continuava a acreditar que o PRP era um espaço importante de potencialização de sua luta para República, e portanto deveria ser ocupado, mas para isso tinha ciência de que precisava seguir as regras impostas por esta organização partidária - mesmo porque ser um membro do Partido Republicano garantia legitimidade à sua atuação. (Azevedo, 1999, pp. 172-173).

Assim, as comparações hagiográficas, as hipérboles laudatórias e os silêncios de Mendonça compõem uma retórica que vai além da reverência. Quando se calam as conciliações táticas - importantes para preservar a capacidade de intervenção de Gama dentro do PRP -, esvazia-se o debate sobre o preço político de permanecer no partido e reforça-se, em compensação, um retrato de virtude homogênea. Ao filtrar conflitos e omitir nuances, o artigo produz um retrato calibrado para persuadir o leitor de que, naquele homem - cuja vida se converte em exemplo dramático e ao mesmo tempo edificante -, reside o modelo incontestável do “cidadão estimadíssimo” de que a província, e o partido, precisavam para unir os republicanos paulistas e sustentá-los na disputa contra a monarquia escravista.

Ao lembrar que não existe “leitor universal” em textos políticos, Renato Janine Ribeiro (1999, p. 351) realça um ponto que se torna decisivo para compreender a retórica de Mendonça:

o autor precisa construir, dentro do próprio discurso, o lugar de quem lê. Mendonça faz isso por meio de sinais internos de pertencimento, como mostram expressões dispersas no artigo: “os republicanos brasileiros”; “esse nome, belo e puro, coroa esta página...”; “à nobre província de São Paulo”; “deste bom republicano”; e o apelo direto “Dir-te-ei sempre, meu nobre amigo, que não estás isolado, no partido republicano...”. Essas marcas substituem a nomeação explícita de destinatários: quem aceita a voz do “bom republicano” passa imediatamente a integrar-se ao campo partidário do autor; ao passo que conservadores escravocratas permanecem fora desse ambiente, sem necessidade de serem nomeados.

Se, como vimos, o texto exclui os conservadores, ele estende a mão a leitores situados entre a simpatia e a hesitação - republicanos moderados e liberais tentados a atravessar o Rubicão partidário. A crise de deserções de 1880 exigia demonstrações claras de unidade e convicção e Mendonça oferece Luiz Gama como paradigma precisamente por, segundo o autor, combinar combatividade integral contra a escravidão, com inserção plena na ordem jurídica, já que o advogado falava a língua das instituições na sua atuação profissional, frequentava congressos, dirigia jornais e participavaativamente da vida política da província de São Paulo. Ao erigir esse retrato firme o artigo sugere ao leitor que é possível defender a República e a emancipação sem romper com a legalidade nem ceder à acomodação. Esse movimento torna-se explícito no fecho laudatório que procura consagrar a trajetória de Gama:

Filho de uma província que, com razão ou sem ela, não é simpática aos brasileiros do sul; emancipador tenaz, violento, inconciliável, em uma província inundada de escravos; sem outra família a não ser a que constituiu por si; sem outros elementos que não fossem seu forte caráter e seu grande talento; atirado sozinho a todas as vicissitudes do destino, ignorante, pobre, perseguido, vendido como escravo por seu próprio pai, rejeitado pelos próprios compradores de negros, Luiz Gama é hoje em São Paulo um advogado de muito crédito e um cidadão estimadíssimo. É mais do que isso: é um nome de que se orgulha a democracia brasileira.

Seu passado é, como se viu, dos mais interessantes; seu futuro, se em sua vida ocorrer o grande momento político desta terra, há de ler-se — sem a menor dúvida — nas páginas de nossa história. (Mendonça, 2020, p. 519)

Na passagem acima, Mendonça alça Gama ao posto de “nome de que se orgulha a democracia brasileira”; contudo, a manobra argumentativa é mais sutil do que a simples enumeração de feitos heroicos. O encadeamento de epítetos (“emancipador tenaz, violento, inconciliável...”, “advogado de muito crédito”) funciona como pressuposto - isto é, ele já apresenta Gama como consenso moral sendo desnecessário ao leitor avaliar os argumentos. Com isso, as possíveis arestas deslizam para fora do foco, e a biografia se converte num convite tácito: quem aceita esse retrato biográfico aprazível deve aderir, sobretudo os simpatizantes ainda hesitantes, ao projeto republicano-abolicionista que Mendonça patrocina.

Desse modo, a “clareza” de que Mendonça se vale converte-se em porta de entrada para algo mais ambicioso. Basta lembrar que o artigo se apresenta, ostensivamente, como mera biografia: numa leitura apressada, pareceria apenas exaltar um “homem verdadeiramente grande”. Contudo, ao escolher o gênero biográfico - percebido como um texto neutro, informativo e até edificante - o autor introduz, sob o véu da trajetória de vida, um programa político. A biografia funciona como arma disfarçada: leitores menos envolvidos nas querelas partidárias, cativados pelo enredo da ascensão de um ex-escravo, acabariam tomando o republicanismo e a abolição como um processo político natural.

Para o público do **Almanaque Literário para o ano de 1881**, portanto, a biografia procura apresentar-se como “verdade histórica” pronta e acabada: quem já simpatiza com o republicanismo encontra confirmação de suas convicções; quem hesita, depara-se com um modelo tão linear que contestá-lo pareceria injusto ou mesmo desinformado. Mendonça, assim, reforça o apelo persuasivo do texto justamente ao eliminar zonas de ambiguidade: quanto menos conflitos aparecerem, mais o leitor tende a aceitar que Luiz Gama sintetiza, sem ressalvas, o ideal de “republicano íntegro” de que a província carecia naquele momento. Em outras palavras, há um convite à ação moral e política, embutido na forma e na progressão do relato.

Isso fica mais perceptível ao notar que o artigo, com o permanente tom de louvor, alude à necessidade de que a história de Gama seja conhecida por “cronistas de melhores dias”. Essa expressão aponta para um tempo futuro em que a República e a abolição vencessem completamente as resistências (Oliveira, 2004, p. 70). O leitor que esteja imerso nas disputas políticas de 1880-81 é, portanto, instado a compreender que, se quer ver esses “dias melhores”, deve incorporar no presente a coragem e a retidão que o texto atribui a Gama. Surge, assim, um horizonte de continuidade: Gama se manteria vivo pela força de seu testemunho e pela adesão ativa de quem lê. Nesse momento do artigo de Mendonça parece-nos visível o procedimento em que, nas palavras de Renato Janine Ribeiro, a “segunda pessoa” destinatária do texto político atravessa o limiar e se converte em coprotagonista da ação pública, tornando-se “primeira pessoa” do discurso político (1999, p. 352).

Reconhecidas esses recursos retóricos – metáforas épicas e bíblicas, silenciamentos seletivos, hierarquização dos destinatários –, observamos que o artigo de Mendonça constitui arma discursiva de primeira linha num momento de crise escravista e de disputa pela identidade republicana. O artigo procura oferecer coesão a um partido esgarçado e, simultaneamente, busca construir a imagem pública de Luiz Gama como paradigma de virtude cívica. Desse modo, autor e biografado convergem: Mendonça molda o texto de modo a servir ao projeto

republicano; Gama, ao consentir na publicação de sua epístola, legitima o uso de sua trajetória como combustível político. O resultado é uma narrativa que não apenas celebrou um abolicionista em vida, mas também contribuiu decisivamente para fixá-lo – até hoje – na memória coletiva.

Concluída a análise das estratégias de Mendonça, o passo seguinte é retornar à própria fonte que sustentou sua construção biográfica: a carta autobiográfica de Luiz Gama, escrita em 25 de julho de 1880. Esse movimento nos permitirá confrontar a voz do autor com a interpretação de seu amigo e correligionário político - iluminando silêncios, ênfases e alinhamentos que antecedem toda leitura posterior. No próximo capítulo, portanto, mergulharemos no manuscrito para compreender como Gama encena a própria trajetória e que margens deixa abertas para usos políticos de sua história.

Esse mergulho permitirá verificar até que ponto os sentidos alçados por Mendonça – e reelaborados por Mennucci – assentam-se no próprio texto de Gama ou emergem dos contornos que cada intérprete, à sua maneira, imprime sobre ele.

CAPÍTULO 3 - DA CARTA AO ARTIGO: ESCRITA PESSOAL E ESTRATÉGIA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE LUIZ GAMA

Mais do que um registro de experiências, a carta autobiográfica de Luiz Gama ao amigo correligionário Lúcio de Mendonça, datada de 25 de julho de 1880, constitui o núcleo narrativo a partir do qual os dois biógrafos posteriores - Lúcio de Mendonça e Sud Mennucci - estruturaram suas representações sobre sua trajetória. Nela, não se trata apenas de rememorar episódios, mas de dispor fatos, escolher ênfases e calibrar a própria voz para produzir efeitos de sentido a partir do seu relato.

Este capítulo dedica-se a esse manuscrito. Interessa-nos seguir sua tessitura textual - a seleção de acontecimentos, o encadeamento temporal, o manejo do vocabulário e da sintaxe, as marcas de ênfase e os silêncios estratégicos - para compreender como o texto compõe um retrato coerente e persuasivo do autor sobre si mesmo. Afinal, concordamos com o argumento de João de Lira Cavalcante Neto no livro **A arte da biografia: como escrever histórias de vida**: “não existem documentos que não tenham sido produzidos a partir de determinado lugar de interesse. Por isso, têm que ser lidos e analisados com senso crítico” (Cavalcante Neto, 2022, p. 84).

O percurso que se abre nas páginas seguintes busca mostrar de que maneira a carta fixa um itinerário exemplar, convoca valores e opera uma autoimagem mítica calculada pelo autor, convertendo a experiência em modelo e deixando margens para reinterpretações futuras. É a partir dessa escrita - e de suas escolhas - que se delineia a imagem de Luiz Gama, chamada a servir de referência e matriz de leituras posteriores.

3.1 Entre relato autobiográfico e estratégia política: a carta de Luiz Gama

Durante muito tempo, supôs-se que o grande público teve acesso apenas à versão biográfica redigida por Lúcio de Mendonça, que, embora se apoie em trechos da carta de Luiz Gama, os reorganiza segundo escolhas de estilo e de seleção de episódios. A própria missiva permaneceu por largo período fora de circulação. Em nossas pesquisas, localizamos sua publicação integral em *O Estado de São Paulo*, em 13 de maio de 1909²⁷; ainda assim, a ausência desse registro nos trabalhos de Lígia Fonseca Ferreira e sua indicação de que a carta passou a circular provavelmente no início da década de 1930 (Ferreira, 2008, p. 314) sugerem

²⁷ O Estado de S. Paulo, 13 mai. 1909, publicação integral da carta de Luiz Gama endereçada a Lúcio de Mendonça. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19090513-11111-nac-0003-999-3-not>. Acesso em: 10 jan. 2025.

que aquela edição de 1909 teve repercussão limitada. Assim, até a biografia de Sud Mennucci (1938), é plausível admitir que a versão mais difundida e acessível sobre a vida de Gama foi a construída por Mendonça no **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**.

Se o texto original da carta de Luiz Gama possivelmente ficou oculto por um período considerável, hoje podemos voltar ao documento em si. Observamos já no início da epístola uma informação importante sobre a motivação inicial da escrita da carta. Segundo afirma Gama, não podia negar um pedido de Mendonça para escrever sobre a trajetória de sua vida pois, preferia o risco de ser considerado “ridículo” pelas suas histórias sem importância do que ser considerado vaidoso e arrogante por esconder essas verdades, envergonhando-se delas:

São Paulo, 25 de julho de 1880

Meu caro Lúcio.

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito.

Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acoimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátnio, pelas ocultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes e que sempre eu os trouxe de memória. (Gama, 2020, p. 502)²⁸

Como vemos, antes de escrever, Gama recebera de Mendonça um cartão solicitando um relato organizado de sua trajetória. Tal pedido sugere a expectativa de circulação além do âmbito estritamente pessoal: narrar-se a um amigo, naquela situação, era potencialmente narrar-se a outras pessoas. A resposta de Gama, nesse sentido, admite leitura híbrida: mantém o tom confidencial típico da correspondência privada e, simultaneamente, inicia a conversão de lembranças individuais em matéria de interesse coletivo. Esse duplo movimento parece ainda mais significativo se observarmos que, embora Gama já fosse figura pública, muitos detalhes de sua vida permaneciam pouco divulgados (Ferreira, 2008, p. 304).

Essa previsibilidade da publicação da trajetória de vida elaborada por Gama também é ressaltada pela professora Lígia Fonseca Ferreira que argumenta o seguinte:

A um leitor desavisado escaparia a finalidade de uma carta cujo teor fora motivado pelo próprio destinatário, fato que retira a intencionalidade característica do discurso autobiográfico. Certamente, em carta anterior, Lúcio de Mendonça referira sua intenção de usar aquelas informações para redigir a primeira biografia do amigo, biografia de dimensões modestas com o simples título “Luiz Gama”, publicada no

²⁸ A íntegra da carta encontra-se originalmente publicada no livro **O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama, de Sud Mennucci** (1938). Embora o documento já tivesse sido divulgado anteriormente, foi por meio dessa obra que se tornou amplamente conhecido. Contudo, por questões de atualização ortográfica e maior clareza gramatical, as citações utilizadas neste capítulo têm como base a edição organizada por Lígia Fonseca Ferreira: **Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro** (2020). A versão integral da carta está disponível nos anexos desta dissertação.

Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881. A partir dali, aquele nome, quando lembrado, se cercaria sempre de epítetos hiperbólicos, seja no campo historiográfico, na crítica literária, nos meios maçônicos, no discurso de movimentos e intelectuais negros. (Ferreira, 2008, pp. 310-311)

Outro aspecto importante é o grau de confiança que Gama depositava em Mendonça: ao fazer-lhe o relato de sua vida, autorizava também, implicitamente, a sua reorganização em forma biográfica. Concordamos com Lígia Fonseca Ferreira que argumenta que: “la lettre de Luiz Gama n’aurait jamais vu le jour sans la sollicitation efficace reflétant la confiance dont est le dépositaire celui qui a provoqué ces révélations.²⁹ (...)” (Ferreira, 2001, p. 462). O consentimento implícito de Gama, portanto, não se restringia a satisfazer um pedido amistoso; envolvia também admitir que o interlocutor se tornasse mediador de sua voz perante um público mais amplo, conferindo legitimidade a uma narrativa que, embora ancorada em testemunho pessoal, passaria inevitavelmente pelo crivo interpretativo de Mendonça.

A correspondência, portanto, deve ser lida não apenas como um relato esporádico de lembranças, mas como uma narrativa cuidadosamente arquitetada. Na tese **Gamacopéia, ficções sobre o poeta Luiz Gama**, Silvio Roberto dos Santos Oliveira, ao examinar a carta identifica nela quatro movimentos sucessivos que estruturam o percurso autobiográfico: origem (nascimento e inscrição familiar), sofrimento (cativeiro, aprendizagem da leitura, conquista da liberdade), luta (carreira militar, atuação na burocracia e enfrentamentos políticos) e, por fim, triunfo (engajamento jurídico e assistência aos escravizados) (2004, p. 34). Esses blocos obedecem a uma lógica cronológica, mas também compõem uma trajetória de ascensão que vai construindo e legitimando as ações de Luiz Gama.

Tomamos esse recorte quadripartido como fio condutor das subseções que se seguem, pois ele permite articular, de forma orgânica, os episódios selecionados por Gama à estratégia de persuasão que orienta o texto. Ao percorrer cada etapa - da infância e experiência da escravidão à consagração como jurista e militante -, procuraremos mostrar como a carta combina recordações pessoais, reivindicação de mérito próprio e alinhamento a causas coletivas, compondo uma narrativa simultaneamente íntima e política.

²⁹ Tradução nossa: “A carta de Luiz Gama jamais teria vindo à luz sem a solicitação eficaz que evidencia a confiança depositada naquele que provocou essas revelações. (...) (Ferreira, 2001, p. 462)

3.1.1 Origem: infância e vínculos familiares

Ao iniciar o relato sobre sua trajetória de vida, Luiz Gama destaca informações precisas relativas ao seu nascimento e infância: “Nasci na cidade de S. Salvador, capital da província da Bahia [...] a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã”. Ele acrescenta que foi batizado apenas aos oito anos, sugerindo que a mãe, Luiza Mahin, fosse responsável pela demora, já que ela rejeitava o batismo e a doutrina cristã. A presença de Mahin reforça o valor simbólico de uma figura feminina africana, que Gama afirma estar ligada a ações insurgentes na Bahia, o que contribui para uma imagem de rebeldia e resistência materna:

Nasci na cidade de S[ão] Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, na quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant’Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito activa, geniosa, insofrida e vingativa. (Gama, 2020, p. 503).

Até recentemente, não existiam provas documentais que confirmassem a existência de Luiza Mahin. Esse quadro foi alterado com os estudos de Lisa Earl Castilho e Wlamyra Albuquerque, pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que localizaram registros inéditos sobre sua trajetória³⁰. Os achados, que corroboram as informações apresentadas por Luiz Gama em sua autobiografia, serão publicados na revista Afro-Ásia do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA) em 2025³¹.

Na carta autobiográfica, Luiz Gama descreve Luiza Mahin como de temperamento “altivo, genioso, insofrido e vingativo” e resistente às normas vigentes, atribuindo-lhe papel decisivo na própria formação. Ainda assim, persiste a ausência de consenso entre pesquisadores quanto a aspectos de sua vida e atuação. As poucas informações disponíveis até então provinham, sobretudo, dessa carta, complementadas por versos do próprio Gama — especialmente o poema “Minha mãe” —, que têm sido utilizados para重构其 profile (Costa, 2018, p. 21). Embora Gama não mencione a Revolta dos Malês ao relatar as prisões pelas quais Luíza Mahin teria passado, muitos autores a associaram à liderança muçulmana do

³⁰ “Novas evidências revelam mais detalhes sobre infância de Luiz Gama e a história de Luíza Mahin”, Mundo Negro, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/novas-evidencias-revelam-mais-detalhes-sobre-infancia-de-luiz-gama-e-a-historia-de-luiza-mahin/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

³¹ Até o fechamento do texto final dessa dissertação o referido artigo ainda não havia sido publicado.

levante baiano da década de 1830. A pesquisadora Adrielli de Souza Costa, na dissertação **Luiz Gama: uma perspectiva do Brasil oitocentista** (2018), chama atenção para a inexistência documental em torno da suposta participação de Luiza Mahin na Revolta dos Malês. Com base nas pesquisas de João José Reis, Costa esclarece que:

Tal afirmação foi, finalmente, refutada pelo estudioso João José Reis que, em uma edição revista e ampliada de sua obra, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, (1986) revelou não haver na documentação disponível sobre a revolta nenhuma líder feminina e nem mesmo alguma referência ao nome Luiza Mahin. (Costa, 2018, p. 21)

A ausência de notícias concretas sobre Luiza Mahin depois da infância de Luiz Gama - apesar das buscas que ele afirma ter feito anos mais tarde -, somada às lacunas documentais, reforça o sentimento de incerteza que hoje envolve sua figura. Na carta, Gama exalta o temperamento corajoso e insubmissão da mãe, mas oferece poucos dados passíveis de verificação de sua existência; essa escassez de evidências acabaria alimentando as controvérsias historiográficas posteriores. Isso se nota principalmente nos trechos em que ele relata episódios biográficos de Mahin que, embora possuam forte impacto discursivo, permanecem difíceis de confirmar por fontes históricas disponíveis:

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos [de] que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te. (Gama, 2020, p. 503)

A figura paterna, por sua vez, é retratada na carta de forma pouco precisa e cercada por silêncios deliberados. Gama indica brevemente que seu pai pertencia a uma família fidalga baiana, de ascendência portuguesa, mas recusa-se explicitamente a revelar o nome completo, alegando que desejava poupar sua memória de uma “injúria dolorosa”. Essa decisão narrativa sugere menos uma relação conflituosa entre pai e filho e mais a complexidade do arranjo autobiográfico que Gama procura construir. Chama a atenção especialmente o contraste interno da composição do personagem, pois, ao mesmo tempo em que responsabiliza o pai pela sua venda como escravo em 1840, Gama também o caracteriza como alguém “muito extremoso”

que o teria criado “em seus braços”. A coexistência dessas afirmações divergentes na carta sugere ao leitor uma figura paterna ambivalente, bastante humanizada, sem que seja, contudo, possível inferir com segurança a natureza ou mesmo a existência real dessa relação afetiva e familiar:

Meu pai, não ouso afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. Ele foi rico; e, nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem, na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho “Saraiva”. (Gama, 2020, p. 504)

Conforme observa Lígia Fonseca Ferreira, a venda de Luiz Gama para a província de São Paulo estaria inserida num amplo processo de realocação de escravizados, motivado pelas transformações econômicas que se acentuaram nas primeiras décadas do século XIX. Com a expansão das plantações de açúcar e, posteriormente, de café, a província de São Paulo passou a demandar mais mão de obra escravizada, intensificando o tráfico interno, sobretudo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibia a importação de africanos (Ferreira, 2001, p. 79). Essa questão auxilia compreender como o deslocamento de parte da população escrava para o Sul se tornou um fenômeno relativamente novo em São Paulo, cujo desenvolvimento agrícola era, até então, pouco expressivo em comparação com o de províncias como Bahia e Pernambuco (Ferreira, 2001, pp. 79-80).

3.1.2 Sofrimento: vivência do cativeiro

Gama relata que, após a sua venda, foi remetido ao Rio de Janeiro a bordo do patacho Saraiva, em 1840. Esse marco temporal constituiria o ponto de inflexão de sua infância, no texto. O documento começa a evidenciar os sofrimentos do período de escravidão, que ele havia definido em um artigo no jornal *Correio Paulistano* em 1869 como “indébito cativeiro” (Ferreira, 2001, p. 37), pois teria nascido livre. Conduzido inicialmente ao Rio de Janeiro e, depois, à província de São Paulo, Gama descreve as travessias com minúcias sobre os lugares por onde passou e as pessoas que encontrou, como a “boa senhora e suas filhas” na loja de velas

próxima à Igreja de Nossa Senhora da Candelária, que o acolheram com um gesto de humanidade, apesar da relação de propriedade que existia naquele contexto:

Remetido para o Rio de Janeiro nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português de nome Vieira, dono de uma loja de velas, à rua da Candelária, canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão. Tinha um filho aperaltado, que estudava em colégio; e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu 10 anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de cear e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa.

Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias. (Gama, 2020, pp. 504-505)

A menção a gestos de solidariedade em meio à brutalidade do sistema escravista revela a coexistência de realidades opostas no universo descrito por Gama. Embora Gama evidencie a violência da separação familiar, não deixa de reconhecer a existência de figuras que, mesmo situadas dentro daquela lógica opressora, se distinguiam pela compaixão. As recusas de compra que Gama sofreu em Jundiaí e Campinas, justificadas pelo fato de ser “baiano”, ilustram também preconceitos enraizados entre senhores paulistas, que temiam a suposta “insubmissão” dos nascidos na Bahia:

Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas sentidas de me verem partir. Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires.

Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há uns 8 ou 10 anos, sendo fazendeiro no município de Lorena nesta Província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio.

Este alferes Antônio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta Província.

Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda a viagem de Santos até Campinas³².

Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiaí e Campinas; e, por todos repelido, como se repelem coisas ruins, pelo simples fato de ser eu “baiano”.

Valeu-me a pecha!

O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Sousa Aranha, pai do Exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo.

³² O trajeto que separa Santos do mercado de escravos em Campinas abrange mais de 200 quilômetros, incluindo a travessia de áreas de mata densa e as íngremes encostas da Serra do Mar (Ferreira, 2001, p. 80). O pesquisador Bruno Rodrigues de Lima, observa que o percurso total realizado por Gama teria sido de 300 Km “contando a subida da serra do Mar até São Paulo, depois Jundiaí e Campinas, retornando, finalmente, para o centro da cidade de São Paulo”. (Oliveira, 2024, pp. 70-71)

Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse: — Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; dize-me: onde nasceste? — Na Bahia, respondi eu. — Baiano? — exclamou admirado o excelente velho. — Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno.

Repelido como “refugo”, com outro escravo da Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para casa do sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio nº 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia³³. (Gama, 2020, pp. 505-506)

Após a tentativa frustrada de transação, Gama teria retornado à cidade de São Paulo e passado a executar múltiplas tarefas na casa de Antonio Pereira Cardoso: “aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar”. (Gama, 2020, p. 506). A versatilidade das funções sugere uma capacidade de adaptação que o próprio Gama parece desejar salientar em sua construção de vida – indícios de como buscara transformar adversidades em recursos de autonomia.

O período de escravidão de Gama é, portanto, apresentado em tom de denúncia, mas com passagens de afeto (como o tratamento que recebeu das mulheres da casa do cerieiro) e de humor (como a troça diante da recusa de ser comprado por ser baiano). Essa combinação de registros permite ao leitor perceber que a carta não é apenas um relato de fatos, mas um texto construído com objetivos definidos. Lígia Fonseca Ferreira observa que o documento tem sido alvo de leituras “estereotipadas”, que o reduzem a um repositório de dados biográficos, desconsiderando as motivações e circunstâncias específicas de sua produção (Ferreira, 2008, p. 302). Partindo dessa observação, defendemos que a compreensão mais ampla do escrito exige articular o contexto histórico, a trajetória individual de Gama e os propósitos que orientam sua narrativa. Assim, o relato de infância e escravidão apresenta-se ao mesmo tempo como registro documental e como peça política, pensado para reforçar a imagem pública que Gama desejava projetar:

A carta, porém, fundamental para a compreensão do ex-escravo que se torna figura destacada no Segundo Império, tem sido alvo de leituras estereotipadas que só levam em consideração, e ao pé da letra, os fatos relatados. Reexaminando-a em seu contexto - ou seja, o tempo (histórico e individual), as motivações que determinaram as condições de produção e recepção -, vêm à tona os elementos objetivos, subjetivos e intersubjetivos que presidiram à sua escritura. Descobre-se, assim, que a carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça **não é um texto autônomo**. Logo, uma nova leitura, capaz de integrar esses diferentes aspectos, se impõe. (Ferreira, 2008, p. 302, grifo nosso)

³³ Segundo Lígia Fonseca Ferreira, quando Luiz Gama chegou como escravo a São Paulo, em 1840, a cidade apresentava cerca de 23 mil habitantes, número bem inferior ao de Salvador (80 mil) e do Rio de Janeiro (250 mil). Marcada por um perfil predominantemente rural, São Paulo contava com reduzida presença estrangeira, exceto de portugueses, e com menor concentração de escravizados (cerca de 20% de sua população), ao passo que, no Rio de Janeiro, esse percentual atingia 40% e, em Salvador, chegava a 75%. Essas características a distanciavam do dinamismo cosmopolita e da diversidade econômica das duas maiores cidades do Império. (2001, pp. 82-83)

3.1.3 Luta – trajetória rumo a liberdade, serviço público e formação intelectual

Enquanto ainda servia a Antonio Pereira Cardoso, Luiz Gama conheceu o estudante de Direito Antônio Rodrigues do Prado Júnior, que se hospedava na mesma casa e se tornaria seu amigo próximo. Sobre esse encontro, ocorrido entre 1847 e 1848, relata: “Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras” (Gama, 2020, p. 506). Esse encontro teria ocorrido entre 1847 e 1848 e inaugurado o processo de alfabetização que abriria caminho para sua inserção como homem das letras e, mais tarde, das leis³⁴:

Em 1847, contava eu 17 anos, quando para casa do sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos e residente em Mogi Guaçu, onde é fazendeiro.
Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras. (Gama, 2020, p. 506)

A carta sugere que a identificação com os estudos e a percepção de que poderia conquistar maior autonomia por meio do conhecimento foram fatores essenciais na trajetória de Luiz Gama. O argumento implícito do texto é de que o contato sistemático com a leitura, aliado ao convívio em ambientes forenses e à experiência na burocracia governamental, teria oferecido o suporte necessário para que ele assumisse, futuramente, ocupações como escritor, jornalista e advogado provisionado.

Gama relata ter conseguido, em 1848, obter sua liberdade “ardilosa e secretamente” (Gama, 2020, p. 506). Embora não mencione como teve acesso aos documentos necessários para sua libertação ou a forma em que foi realizado esse procedimento, ele enfatiza o aspecto subversivo desse ato, que resultou em sua fuga definitiva da casa de Cardoso. Conforme observa Lígia Fonseca Ferreira, a forma sumária - apenas onze palavras - com que Gama menciona a obtenção das provas de sua liberdade, um processo historicamente moroso e complexo, imprime à cena um aspecto quase místico, ainda que o próprio autor tenha se declarado comprometido com a verdade no início de sua “autobiografia” (2001, pp. 492-493).

³⁴ O valor social desse feito é inegável, sobretudo se levarmos em conta que, até o fim do cativeiro, nem mesmo os libertos podiam ingressar nas escolas. Ensinar um escravizado a ler e escrever era um ato contrário às normas vigentes, algo que poucos senhores ou religiosos se dispunham a fazer. Por isso, o contingente de escravizados alfabetizados era ínfimo. Em 1872, por exemplo, entre 156.612 escravizados na província, apenas 104 revelavam domínio rudimentar da leitura e escrita - sendo 81 entre os 87.959 homens e 23 entre as 68.549 mulheres (Ferreira, 2001, p. 97).

Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho por ato de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se. (Gama, 2020, p. 506)

Gama afirma que, após fugir, se alista na Guarda Municipal de São Paulo, servindo até 1854. Nesse período, atinge o posto de cabo de esquadra graduado, mas também enfrenta processos por insubordinação. Registra ter sido condenado a 39 dias de prisão por ameaçar um oficial que o havia insultado, episódio que teria sido marcante pelas lembranças de sua mãe: “Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim” (Gama, 2020, p. 506). Gama diz que ao longo das noites de insônia na prisão, se recordava de sua mãe, dando a entender que o vínculo com Luiza Mahin permanecia central na forma como ele interpretava a própria trajetória:

Estive, então, preso 39 dias, de 1º de julho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e às noites, sofria de insônias; e, de contínuo, tinha diante dos olhos a imagem de minha querida mãe. Uma noite, eram mais de duas horas, eu dormitava; e, em sonho, vi que a levavam presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim. Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-se; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez.

Era solitário e silencioso e longo e lôbrego o corredor da prisão, mal alumiado pela luz amarelenta de enfumada lanterna.

Voltei para a minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; eles narraram-me também fatos semelhantes; eu caí em nostalgia, chorei e dormi. (Gama, 2020, pp. 506-507)

Em paralelo ao trabalho na Guarda Municipal de São Paulo, Gama relata que passou a atuar como copista para o escrivão Benedito Antônio Coelho Neto e, posteriormente, como ordenança de Francisco Maria Furtado de Mendonça³⁵. Esses cargos teriam possibilitado um contato sistemático com documentos judiciais e práticas burocráticas, aprofundando os conhecimentos que o levariam a se destacar como advogado provisionado.

Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão, major Benedito Antônio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do exmo. sr. conselheiro

³⁵ Furtado de Mendonça nasceu em Luanda, filho de um magistrado português que imigrou para o Brasil pouco depois da Independência; estudou Direito na recém-criada Faculdade de Direito de São Paulo, durante os anos 1830, sendo depois professor da mesma faculdade (Ferreira, 2001, p. 133). Era também chefe de polícia da capital de São Paulo (função semelhante à de um delegado de polícia atualmente).

Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral, altos cargos na administração, polícia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança; por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho. (Gama, 2020, p. 507)

Gama sugere na carta que sua dedicação seria junto com seu talento e perspicácia foram fundamentais para conseguir a confiança e o amparo de Furtado de Mendonça, cuja influência política atraía tanto os notáveis da província quanto pessoas mais humildes em busca de ajuda (Ferreira, 2001, p. 130). Ao ver na proteção de Mendonça uma autêntica “conquista”, Gama percebia-se vitorioso por ter alcançado a estima desse poderoso mediador local.

Outro ponto relevante na análise do texto escrito por Luiz Gama relaciona-se à reflexão sobre sua autodeterminação e o valor simbólico atribuído às noções de esforço individual e merecimento. Passagens mencionadas anteriormente, como “fiz-me copista” ou “por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção”, expressam com clareza a ênfase dada por Gama à conquista da autonomia a partir de méritos próprios. Gustavo de Oliveira Bicalho, em sua tese **Escritas de liberdade: memória, subjetividade e emancipação em Luiz Gama e Mahommah Gardo Baquaqua** (2022), aprofunda essa discussão, destacando o caráter consciente da narrativa construída por Gama ao enfatizar tanto seu percurso autodidata quanto a importância das redes sociais de apoio que o ajudaram a consolidar uma posição de destaque e reconhecimento dentro das estruturas sociais de sua época. Nas palavras do autor:

Destaca-se a ênfase dada por Gama à autodeterminação pelo uso reflexivo do verbo “fazer” e, mais à frente, no tratamento da proteção do influente amigo como algo conquistado. Escolha de escrita que nada tem de inocente: diante dos fatos apresentados pelo relato, o leitor jamais poderia afirmar, sem questionar a legitimidade da voz do prestigiado advogado, que ele fora favorecido em sua carreira. Pelo contrário, a narrativa do “merecimento”, sutilmente articulada e subvertida na escrita desse parágrafo, sugere que Gama fez por onde tornar-se um cidadão respeitado tanto quanto o fizeram seus poderosos amigos, muito embora partisse de um lugar social estigmatizado e desprovido de privilégios. Além disso, o trecho revela o autodidatismo de Gama, destacado por muitos de seus estudiosos, em sintonia com a construção de importantes redes de sociabilidade para tornar o jovem ex-escravizado em cidadão letrado. (Bicalho, 2022, p. 114).

Desse modo, a análise proposta por Bicalho reforça a nossa percepção de que Gama emprega cuidadosamente sua escrita para evidenciar uma trajetória baseada em esforços próprios, atribuindo a si mesmo um protagonismo consciente, alinhado à superação das adversidades sociais e ao fortalecimento de sua imagem pública.

3.1.4 Triunfo: advocacia militante e engajamento político

Nos trechos finais de sua carta, Luiz Gama menciona com destaque sua atuação como advogado provisionado e militante abolicionista, reforçando a reputação que já possuía no cenário paulista. Demitido do cargo de amanuense na Secretaria de Polícia em 1868, sob a acusação de ser “turbulento e sedicioso”, Gama atribui a perseguição a seu engajamento político no Partido Liberal, às publicações em jornais e aos inúmeros processos que moveu em defesa de pessoas livres escravizadas de modo ilegal:

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que “por turbulento e sedicioso” fui demitido “a bem do serviço público”, pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antônio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário da polícia, e assinada pelo exmo. dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da corte. A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativeiro e todos os senhores, principalmente os reis. (Gama, 2020, pr. 507-508)

O trecho em que Luiz Gama relata sua exoneração do cargo de amanuense da Secretaria de Polícia, em 1868, revela dados significativos sobre sua vinculação político-partidária no final da década de 1860. Ele atribui sua demissão sobretudo à sua militância no Partido Liberal e ao ativismo público que exercia tanto pela imprensa³⁶ quanto na sua atuação profissional no campo jurídico. A explicitação de que sua “turbulência” consistia em “fazer parte do Partido Liberal” e em “pugnar pela vitória de minhas e suas ideias” indica que, além

³⁶ Essa combinação entre prática jurídica e participação na imprensa confere a Luiz Gama uma posição estratégica: enquanto atuava nos tribunais, mobilizava também a opinião pública por meio dos jornais. A imprensa, nesse sentido, funcionava como uma extensão da luta forense, operando como espaço de divulgação de suas causas e de legitimação de suas interpretações jurídicas perante um público mais amplo. Sobre esse aspecto, Elciene Azevedo (1999) observa: “Essas eram, portanto, as armas de Luiz Gama neste período. Lançar-se nos tribunais fazendo uso da legislação disponível, mesmo que essa fosse extremamente controversa. Assim, empreendia uma leitura particular e muito seletiva desta legislação que acima de tudo velava pelo sagrado direito de propriedade. Quando não houvesse lei expressa onde se apoiar - como no caso do pardo Narciso - era nas discussões que corriam no meio jurídico que buscava suas interpretações, atentando para todo argumento que pudesse dar foros de científicidade jurídica à sua defesa da alforria. Atuando em um terreno tão arenoso, a imprensa acabou se transformando em uma extensão fundamental e indispensável da luta forense. Através dela tentava legitimar perante o público suas interpretações, e exercer uma pressão para que fossem aceitas. Não deixava, portanto, passar nenhum detalhe no foro que pudesse se transformar em uma boa polêmica, capaz de atrair a atenção de um público diferenciado. E isto Luiz Gama sabia fazer como ninguém. Com doses de eloquência, sarcasmo, revelações comprometedoras, prendia o interesse do leitor, divulgando a sua causa. Desta maneira tentava formar a opinião pública, conseguindo com isso novos aliados”. (Azevedo, 1999, pp. 227-228).

de sua atuação jurídica e abolicionista, havia um engajamento direto nas intensas lutas político-partidárias do período. Esse dado, muitas vezes secundarizado em leituras que privilegiam exclusivamente a dimensão do abolicionismo moral ou humanitário, aparece aqui como elemento central na narrativa do próprio Gama sobre sua trajetória.

A menção ao fato de ter sido demitido “a bem do serviço público” pelos conservadores que então assumiam o poder, sugere que sua atuação ultrapassava os limites de uma militância social difusa, situando-o de forma direta no campo da política formal. A própria maneira como constrói essa passagem - relacionando sua demissão diretamente ao embate entre liberais e conservadores - auxilia a compreender como Gama mobiliza sua história pessoal para também inscrevê-la nas disputas políticas do Império naquele momento.

Já próximo ao término da carta, Luiz Gama elabora uma reflexão que demanda análise mais cuidadosa, pois revela elementos fundamentais de como ele delineava a própria imagem:

Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 aos 18, fui soldado³⁷.

Fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns. (Gama, 2020, p. 508)

A adoção da palavra “soldado” no trecho - “Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem” - levanta dúvidas quanto ao sentido que Gama desejava atribuir à expressão. Embora estivesse vinculado à Guarda Municipal de São Paulo, não é possível afirmar com segurança se a referência é literal, metafórica ou ambas, dada a ambiguidade do contexto. A incerteza sobre o alcance dessa formulação impede conclusões definitivas, mas sugere que, para Gama, essa experiência - seja militar, simbólica ou combinada - marcou um ponto de inflexão em sua trajetória. Gustavo de Oliveira Bicalho observa que esse paralelo indica a construção de um discurso em que Gama não se coloca como vítima indefesa, mas como sujeito que elabora estratégias para enfrentar o regime opressivo:

Para consolidar sua emancipação, Luiz Gama fizera-se soldado, posto que ocupou até o ano de 1854. Depois, desejando tornar-se um cidadão autônomo e defender a liberdade perante o judiciário, buscou a via dos homens de letras. Ao fim da carta de

³⁷ Conforme se observa no manuscrito original, o vocábulo “escravo” foi rasurado antes de “soldado”. Caso não tivesse havido a supressão, a frase teria a seguinte redação: “*Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 aos 18, fui escravo*”. A supressão, provavelmente realizada pelo próprio Luiz Gama antes de enviar a Lúcio de Mendonça, pode sugerir que ele buscava ressaltar sua identidade de resistência, indicando que, ainda na infância e adolescência, já se percebia como um “soldado” em sua luta pela liberdade ou, também não se pode descartar, apenas um erro na escrita da missiva. Essa rasura está registrada no fac-símile da página da Fundação Biblioteca Nacional no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2748274438533261&set=pcb.2748275061866532>. Acesso em: 11/12/2024.

1880, Gama afirma a Mendonça: “Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 anos aos 18, fui soldado”. Esse comentário sobre a construção da própria masculinidade e da identidade social compõe uma cronologia interessante, se lembrarmos que, conforme as informações da mesma carta, Gama foi escravizado aos dez anos e libertou-se aos dezoito para, aí sim, sentar praça. Reservada a remota possibilidade de um desvio de raciocínio na escrita da missiva, a equivalência metafórica entre soldado e escravizado carrega uma sugestão interessante sobre a construção identitária do sujeito da carta. Gama parece não se ver no passado como alguém que atravessava passivo a escravidão, senão como homem que esteve, por oito anos, em luta diária contra ela. Poderíamos dizer: um soldado da liberdade (Bicalho, 2022, p. 115)

No fecho do texto, Gama enfatiza as dezenas de pessoas que auxiliou a libertar: arrancando das “garras do crime” mais de 500 escravos. Ainda que o número exato seja difícil de comprovar, há evidências de que Gama manejou ampla quantidade de ações em defesa de cativos³⁸. Essa informação, inserida quase como um dado final, procura consolidar a imagem do “herói popular” que ele buscava construir, sobretudo entre os leitores que teriam acesso à versão de Mendonça no **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**.

Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no Ipiranga, à rua do Carmo, tu como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu como simples aprendiz-compositor de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime. (Gama, 2020, p. 508).

A lembrança da colaboração de Gama e Mendonça no jornal Ipiranga ajuda a explicar por que o advogado aceitou o pedido do amigo e lhe confiou o registro de suas memórias: a experiência conjunta na imprensa ajudou a consolidar uma relação que ia além do convívio pessoal, sustentada por afinidades políticas e intelectuais, mesmo com quase uma geração de distância entre ambos (Ferreira, 2008, p. 303).

Concluindo sua carta, Gama alega que seu relato não teria “importância e nem valor”, a não ser para Mendonça, que o estimava. Esse gesto de modéstia, porém, deve ser lido como recurso retórico. Desde o início, o próprio Gama sabia da possibilidade de divulgação mais ampla de seu texto, algo que se confirmou com a publicação no **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. Em outras palavras, o relato encontra-se permeado por tensões entre

³⁸ Para uma análise mais detalhada sobre a atuação de Luiz Gama na defesa de pessoas escravizadas, ver: MOTA, Luiz Gustavo Ramaglia. **Entre as ruas e os tribunais: um estudo de Luiz Gama e sua clientela.** 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Nesse trabalho, o autor examina as estratégias jurídicas adotadas por Gama, assim como o perfil e as demandas de sua clientela. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25052022-165339/pt-br.php>. Acesso em 02/02/2023.

simplicidade aparente e intenção de constituição de uma imagem pública grandiosa de ex-escravo que alcançou lugar de grande destaque.

Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.
Teu Luiz. (Gama, 2020, p. 508).

Dessa forma, a carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça fornece pistas sobre a elaboração de um depoimento que concilia experiências pessoais, engajamento político e estratégias retóricas. Longe de se limitar apenas a um registro de fatos, o texto projeta a biografia de um homem que afirma ter sofrido as agruras do cativeiro, mas que, por meio do domínio das letras e da lei, se tornou destaque na luta contra a escravidão. A análise proposta neste capítulo - que examina infância e escravidão, libertação e formação intelectual, além da atuação política de Gama - permite observar como Gama procurou construir cada etapa de sua vida como parte de um projeto maior de intervenção na sociedade.

Quando Luiz Gama redige sua carta ele já contava com 50 anos de idade - estava, portanto, a apenas dois anos de sua morte - e estava no auge de sua popularidade (Ferreira, 2001, p. 462) gozava de uma sólida reputação em São Paulo, tanto como advogado provisionado quanto como jornalista e tribuno dedicado à abolição. Não se tratava, pois, de um menino escravizado relatando as agruras de seu passado, mas de um agente político consciente, com ampla capacidade de intervenção em seu meio e lúcido das consequências de suas ações (Oliveira, 2004, p. 47). Essa circunstância reforça que a carta autobiográfica - matriz essencial do texto de Mendonça - não provinha de um narrador frágil ou inexperiente, mas de alguém que já havia conquistado espaço e prestígio na cena pública, podendo e, possivelmente querendo, influenciar pessoas e ideias.

Vista sob essa perspectiva, a carta não apenas recupera o passado, mas o molda para servir ao presente: constrói uma imagem de liderança e autoridade moral que poderia inspirar seus contemporâneos e reforçar posições no debate republicano e abolicionista. Mais do que memória, é uma intervenção calculada de um homem que sabia o peso de sua voz e o alcance que ela poderia ter.

3.2 Construção da “verdade” e estratégias de persuasão da carta de Gama

A carta de Gama a Lúcio de Mendonça acumula referências minuciosas ao lugar de nascimento, à freguesia de batismo, ao horário do parto, bem como a datas de viagens, prisões

e compromissos profissionais. Esses pormenores funcionam como índices de verossimilhança - aproximam o escrito de um documento e reduzem, à primeira vista, suspeitas sobre a veracidade do relato escrito. Na dissertação: **Projeções do "eu" e identidades nas narrativas dos abolicionistas Luiz Gama e Frederick Douglass**, Adriano Rodrigues Santos argumenta que esses dados acionam “marcas de veridicção” capazes de estabelecer um pacto de confiança com o leitor (2014, p. 111). Mesmo não sendo possível mensurar com precisão o alcance persuasivo desse expediente à época, o que se presume, contudo, é a intenção de Gama de ancorar a exposição em elementos supostamente verificáveis, procurando reforçar a autoridade do relato.

O recurso adquire peso adicional quando se recorda que Gama, além de advogado habituado a manejar provas, exerceu funções de escrivão de polícia e copista³⁹; não surpreende, portanto, que detalhes verificáveis se convertam em aval retórico para suas afirmações. Mais do que simples pontuação descritiva, a profusão de datas e topônimos funciona como dispositivos de legitimidade discursiva, oferecendo indícios conferíveis que pudessem amparar a veracidade do relato. A carta, nesse aspecto, lembra o ofício de um advogado capaz de reunir evidências e testemunhos que legitimem a sua versão dos acontecimentos (Ferreira, 2001, p. 472).

Nesse sentido, foi possível encontrar em nossas pesquisas alguns indícios dos fatos mencionados por Gama e que podem ser verificados por fontes históricas. Por exemplo, ele relata que foi vendido como escravo em 10 de novembro de 1840 e embarcou no patacho Saraiva para o Rio de Janeiro. O *Diário do Rio de Janeiro* de 24 de junho de 1840 confirma a presença desse navio, conhecido por transportar escravizados da Bahia:

³⁹ O trabalho como copista colocou Gama em contato diário com a estrutura documental do foro e da polícia da cidade de São Paulo, oferecendo-lhe, provavelmente, modelos de redação persuasiva. Sobre o arranjo administrativo existente na época de Gama, Bruno Rodrigues de Lima, citando António Manuel Hespanha, observa que “os cargos de tabeliães do judicial e das notas eram frequentemente exercidos pela mesma pessoa” e conclui que “o fato de Gama ter sido copista junto ao escritório de um tabelião de notas, como era o de Coelho Neto, e ao gabinete de um delegado de polícia, como o de Furtado de Mendonça, lhe dava acesso a esses dois arquivos locais – o notarial e o policial. Embora houvesse clara separação institucional entre uma repartição e outra, o copista das duas autoridades comprimia ambos os espaços institucionais através de um único arquivo local”. (Lima, 2024, p. 152)

Figura 5 - *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira 23 de julho de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.162, p.4.

M O V I M E N T O D O P O R T O.	
<i>Saiidas no dia 21.</i>	
I TAGUAHY	, sum. <i>Boa União</i> , 79 tons., M. Manuel Antônio da Silva; equip. 9: carga sal.
DITO	, sum. <i>Minerva</i> , 60 tons., M. Lou- renço Machado, equip. 8: carga sal; passag. Joaquim Antunes Lopes.
ANGRA	, sum. <i>Quatro de Maio</i> , 70 tons., M. Custodio de Souza Machado, equip. 7: carga varios generos; passags. e es- cravos.
MONTE-VIDRO	, berg. hespanhol <i>Rapido</i> , 259, tons., M. Antônio Villa, equip. 12: carga a mesma com que entrou.
DITO	, berg. hespanhol <i>Joven Agostin</i> , 362 tons., M. Agostinho Doninichi, equip. 14: carga a mesma com que entrou.
<i>Entradas no dia 21.</i>	
BAHIA	18 dias, patacho <i>Saraiva</i> , 152 tons., M. João da Silveira Villas-Boas, equip. 12: carga tabaco a Joaquim Vieira da Cunha; passags. Manuel Joaquim Coe- lho, o suíço João Martinho Vigelim, o portuguez Antonio dos Santos, e varios escravos a entregar.

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira 23 de julho de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.162, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=23093. Acessado em: 20/05/2024.

Outra referência aparece no *Diário do Rio de Janeiro* de 23 de novembro de 1840, que anuncia a chegada do patacho Saraiva à cidade do Rio de Janeiro. Nesse documento, contudo, não há menção específica ao transporte de escravizados⁴⁰:

⁴⁰ A demora na chegada ao Rio de Janeiro do *patacho Saraiva*, que, em tese, teria saído no dia 10 de novembro de 1840 de Salvador e somente teria aportado em 23 de novembro de 1840 na capital, pode estar relacionada às condições precárias da embarcação. Como apontado por Bruno Rodrigues de Lima, em **Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da Escravidão** (2024), o navio teve sua partida retardada devido a uma infestação de ratos, que o obrigou a permanecer ancorado por mais um dia e uma noite no porto de Salvador. A situação era tão grave que até mesmo um malote de cartas foi destruído pelos roedores, gerando repercussão na imprensa da época (2004, p. 66). Dessa forma, o tempo adicional atracado pode ter influenciado no atraso do percurso até o destino final. (Oliveira, 2024)

Figura 6 - *Diário do Rio de Janeiro*, quinta-feira 23 de novembro de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.264, p.4.

BAHIA 10 dias, patacho Saraiva, 152 tons., M.
José Pereira Saraiva, equip. 15: carga piaçaba
a Joaquim N. da Cunha; passags. João do Pa-
trocinio Gomes de Oliveira, Maria Cleta Fausta,
Carlos Adolfo de Avellar, e os portuguezes José
Joaquim de Oliveira, e Manuel Fernandes Castro
Junior.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro, quinta-feira 23 de novembro de 1840, Rio de Janeiro, XIX, n.264, p.4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=23500. Acessado em: 20/05/2024.

O mesmo ocorre com a referência ao comerciante Vieira, dono de uma loja de velas na rua da Candelária. *O Pequeno Almanak para o ano de 1843* lista vários cerieiros nesse endereço, indicando a existência do ambiente descrito por Gama.:

Figura 7 - *Pequeno Almanak para o ano de 1843*. Rio de Janeiro: Typ. de Viuva Ogier e filho, Rio de Janeiro, 1843, p. 46.

CÊRA (lojas).

Antonio José da Cunha Bandeira ,
Cerieiro da Casa Imperial, rua
do Sabão n. 7.

João Soares Gomes & C. , rua da
Candelaria n. 17-19.

Joaquim Vieira da Cunha , rua do
Sabão n. 11.

José Antonio de Mattos & C. , ruas
da Candelaria n. 21, e das Violas
n. 11. Nestas muito conhecidas
casas, ha sempre sortimento de
cêra lavrada em vélas de todos
os tamanhos; assim como ha
sempre grandes porções de chá,
rapé, araruta , e as verladeiras
Pilulas de Família; tudo se ven-
de por preços razoáveis.

Felisberto José Cardoso , rua da
Candelaria n. 19.

Francisco Antonio de Souza , rua
da Candelaria n. 6-B.

Rua da Candelaria n. 11-B.

Fonte: Pequeno Almanak para o ano de 1843. Rio de Janeiro, Typ. de Viuva Ogier e filho, Rio de Janeiro, 1843, p.46. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=339946&pagfis=196>. Acessado em: 20/05/2024.

A partir de 1854, ano em que Gama ingressa oficialmente no serviço público, sua trajetória torna-se mais rastreável - graças à proliferação de registros administrativos e impressos periódicos. Entre esses documentos destaca-se a notícia publicada no *Correio Paulistano* de 21 de abril de 1854, da nomeação para o cargo de escrivão de polícia:

Figura 8 - *Correio Paulistano*, 21 de abril de 1854, São Paulo, ano I, n.124, p.1.

**Ao chefe de policia. — Fico inteirado
de haver Vmc. engajado Luiz Gonzaga
Pinto da Gama para coadjuvar os tra-
lhos da secretaria da repartição a seu car-
go, com a gratificação mensal de 25.⁰⁰
rs.**

Fonte: *Correio Paulistano*, 21 de abril de 1854, São Paulo, ano I, n.124, p.1.
Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_01&pagfis=452. Acessado em: 20/05/2024.

O registro de informações que confirmam episódios pontuais não equivale a atestar a verdade integral da carta. Alguns dados cruciais permanecem ausentes. Como observa Silvio Roberto dos Santos Oliveira, na já cita tese **Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama** (2004), no texto autobiográfico em questão há “silêncios propositais” que participam do sentido global do relato, conduzindo o público a uma leitura em que Luiz Gama surge prioritariamente como herói. Não se trata, pois, de falsificar fatos, mas de escolher quais deles merecem destaque e quais ficarão à sombra:

Deter-se somente nas palavras visíveis da carta de Gama será insuficiente para se perceber a dimensão ficcional do relato original. Mas por si só o silêncio igualmente não possibilita uma maior compreensão do texto: os sentidos da história de Gama proliferam onde está a palavra e onde ela se ausenta. Como se estivessem nas palavras, nos espaços em branco do papel, no antes e no depois do relato. Na verdade, há um excesso de palavras em torno desses silêncios. Por conseguinte, o relato pode ter sido lido segundo a conjunção dos seus “excessos” e das suas “faltas”. (Oliveira, 2004, p. 29)

O relato de Gama na carta de 1880 funciona como recurso de intervenção, escrito para produzir efeitos específicos no leitor (Ribeiro, 1999). Essa lógica se revela tanto pela ênfase nos episódios de escravização, alfabetização e atuação forense quanto pelo silêncio sobre dimensões domésticas, como o casamento com Claudina Fortunato de Sampaio e a existência

do filho Benedito Graco Pinto da Gama⁴¹. A supressão desses vínculos, longe de indicar esquecimento, muito provavelmente estaria relacionada a escolhas deliberadas. Como argumenta, Lígia Fonseca Ferreira, Gama possuía uma memória notável; sua decisão de omitir assuntos familiares relacionar-se-ia, de um lado, ao formato solicitado por Mendonça e, de outro, ao objetivo de sustentar uma trajetória exemplar capaz de intensificar a autoridade pública do autor dentro do movimento abolicionista:

Par ailleurs, il ne mentionne pas l'existence de sa femme et de son fils. On ne saurait attribuer ces sauts, lapsus, et raccourcis, traits en général constitutifs de tout discours jaillissant de la mémoire, aux défaillances d'une mémoire en réalité prodigieuse, dont Gama a fait preuve à maintes reprises. Il ne s'agit pas d'une impossibilité naturelle (ou presque) de s'approprier le passé «tel qu'il s'est passé». En fait, tout cela s'expliquerait autant par la nature du projet de Mendonça que par une décision personnelle du futur biographe. Il y aurait des sujets d'ordre privé, non-pertinents à ce projet, ou, tout simplement, des sujets tabous que le biographé choisit peut-être de ne pas aborder. La confrontation avec d'autres écrits de Gama ou l'on rencontre quelques indices sur sa vie personnelle, de même que les connaissances actuelles sur la vie du républicain noir permettent d'en faire le constat. Il n'évoque point, par exemple (et son biographe Mendonça ne le fera pas non plus) la naissance de son fils et son mariage, son activité maçonnique, sa transformation en avocat, sa maladie.⁴² (Ferreira, 2001, p. 502)

Essas opções indicam que a autobiografia não constitui inventário neutro: ela nasce de seleções orientadas pela finalidade política. Aquilo que permanece no escuro não é,

⁴¹ Lígia Fonseca Ferreira (2001) chama a atenção para a escassez de referências de Gama à própria família. Segundo a autora Gama conheceu a esposa, por volta de 1857 e 1858 e foi pai de Benedito Graco Pinto da Gama, que foi batizado em 20/07/1859. No registro sacramental, a criança aparece “de mãe incógnita”, pois Claudina não compareceu à cerimônia; Gama apresentou-se sozinho, acompanhado apenas pela madrinha e por um procurador que representava o padrinho, o conselheiro Furtado de Mendonça. Ferreira sugere que Luiz Gama, republicano e anticlerical, recorreu ao batismo mais por necessidade de legitimar civilmente o filho do que por convicção religiosa. Acrescenta que Gama provavelmente viveu em relação estável com Claudina durante a década anterior ao casamento religioso, celebrado somente em 25/10/1869 - quando Benedito já contava dez anos - às 7 h da manhã, na Igreja Matriz da Freguesia do Brás (bairro onde o casal residiria até o fim da vida), tendo como testemunhas os amigos Gustavo de Moura Câmara (advogado) e Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, (publicista e professor). Esses dados ilustram como temas domésticos, ainda que relevantes, ficaram fora da carta de 1880. (Ferreira, 2001, pp. 170-172)

⁴² Tradução nossa: Além disso, ele não menciona a existência de sua esposa e de seu filho. Não se pode atribuir esses saltos, lapsos e omissões, características geralmente constitutivas de qualquer discurso que emerge da memória, às falhas de uma memória que, na realidade, era prodigiosa, como Gama demonstrou em diversas ocasiões. Não se trata de uma impossibilidade natural (ou quase) de sepropriar do passado "como ele realmente aconteceu". Na verdade, tudo isso se explicaria tanto pela natureza do projeto de Mendonça quanto por uma decisão pessoal do futuro biografado. Haveria temas de ordem privada, não pertinentes ao projeto, ou, simplesmente, temas tabus que o biografado talvez tenha escolhido não abordar. A confrontação com outros escritos de Gama, nos quais encontramos alguns indícios sobre sua vida pessoal, bem como os conhecimentos atuais sobre a vida do republicano negro, permitem constatar isso. Ele não menciona, por exemplo (e seu biógrafo Mendonça também não o fará), o nascimento de seu filho e seu casamento, sua atividade maçônica, sua transformação em advogado, sua doença. (Ferreira, 2001, p. 502)

necessariamente, irrelevante para a história; apenas não se ajusta ao propósito retórico de afirmar o Luiz Gama como figura de legitimidade política e moral projetando-o como um verdadeiro monumento.

O conjunto de informações fornecidas, aliado à omissão de possíveis controvérsias, contribui para o reconhecimento do abolicionista como uma figura exemplar. É desse modo que a carta, mesmo sendo um texto pessoal, extrapola o âmbito individual para apresentar uma espécie de memorial público que procura construir uma trajetória homogênea e sem sobressaltos. A falta de menções a questões familiares ou a episódios que poderiam suscitar dúvidas, não enfraquece o retrato final; ao contrário, aumenta a intensidade de seu perfil político e moral, concentrando o enredo de vida em torno das transformações sociais que ele teria ajudado a promover. Assim, os fatos concretos e omissões calculadas se complementam, resultando em um texto que procura manter a aparência de veracidade, ao mesmo tempo em que serve a um propósito político.

A análise detida da carta revela que Luiz Gama, mais do que rememorar a infância escravizada ou as façanhas forenses, articula um argumento político calibrado para seu interlocutor fazer uso de sua história na esfera pública. Essa constatação mostra que o primeiro arquiteto da memória de Luiz Gama foi o próprio Gama. Reconhecer a carta como texto político - tal como utilizada por Sud Mennucci em seu contexto -, e não como um relato ingenuamente confessional, devolve complexidade à figura do abolicionista e evidencia a recorrência de sua apropriação como instrumento político nas leituras e usos que se seguiram.

Ao reconhecer essa dinâmica, observamos que a força simbólica de Luiz Gama decorre do modo como seu testemunho foi estruturado: um relato coeso e rigidamente organizado, capaz de servir de base para diferentes apropriações. Longe de oferecer maleabilidade ilimitada, o manuscrito fornece um enredo pronto, cuja linearidade e seleção criteriosa de eventos permitiram que tanto o artigo biográfico de Mendonça quanto a posterior biografia escrita por Sud Mennucci se apoiassem nos mesmos esquemas narrativos da autobiografia para projetar Gama em seus respectivos contextos políticos. Assim, os biógrafos subsequentes não herdaram apenas uma coleção de fatos pretensamente objetivos, mas, sobretudo, um roteiro previamente moldado, em que silêncios e ênfases definidos por Gama - e reforçados por Mendonça - continuaram a reverberar em novas leituras e representações da figura histórica do abolicionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame da biografia de Luiz Gama publicada por Sud Mennucci em 1938 revelou que, longe de representar um ponto de partida neutro, a obra já se apoia em uma narrativa previamente consolidada. No primeiro capítulo, observamos que Mennucci preserva a estrutura e o encadeamento de eventos tal como já apareciam no artigo de Lúcio de Mendonça, o qual, por sua vez, deriva quase integralmente da carta autobiográfica escrita por Gama em 1880. Essa constatação tornou imprescindível retornar às duas obras anteriores, não apenas para compreender as escolhas narrativas que sustentam a biografia de Mennucci, mas também para identificar como cada autor, em momentos distintos, mobilizou a carta autobiográfica para finalidades políticas específicas.

A exploração minuciosa dos textos nos revelou as biografias como textos de cunho político, pois iluminou a forma pela qual cada autor seleciona, ordena e hierarquiza elementos em atenção a um leitor visado, com o objetivo de convencê-lo, de nele “produzir efeitos” (Ribeiro, 1999). Nesse trabalho de interpretação, a crítica à “ilusão biográfica” (Bourdieu, 2006) serviu como alerta contra a tendência de naturalizar a linearidade comum em reconstituições de trajetórias individuais, e que é a tessitura de composição dos três textos que exploramos. Neles demonstramos rememorações elaboradas por cada autor, as quais reendereçam um mesmo núcleo narrativo a públicos distintos, em tempos diferentes, com objetivos diversos.

A carta autobiográfica escrita por Luiz Gama a Lúcio de Mendonça em 1880 funciona como matriz dessa memória. É nela que se fixam a ordem dos acontecimentos, a seleção das cenas decisivas, a valoração moral de cada episódio e as marcas de verossimilhança que aproximam o texto de um documento inquestionável (datas, topônimos, referências de ofício). Não se trata de uma confissão ingênua nem de um relato aberto de uma trajetória de vida; ao contrário, predomina um encadeamento linear que articula sofrimento, ação e reparação. Os silêncios deliberados, sobretudo no plano afetivo, e a ênfase em conexões de sociabilidade e de ofício revelam um pacto de leitura dirigido a um público politizado, capaz de reconhecer no itinerário construído a legitimidade de posições abolicionistas e republicanas. A carta, assim, oferece forma e sentido prontos para circular como texto político ao mesmo tempo em que possibilita a reaproveitamentos posteriores porque apresenta um exemplo de trajetória de vida convincente, amparado por sinais de comprovação.

Quando o manuscrito autobiográfico é passado ao impresso por Lúcio de Mendonça, em 1880, a operação pode ser descrita como uma reedição orientada por uma finalidade específica: converter o testemunho de Gama em perfil público apto a intervir no ambiente republicano de então. O passado contado por Gama ganha a voz de um mediador que seleciona, comenta e sanciona. O resultado é a intensificação do arquétipo: os relatos escritos por Gama tornam-se no artigo mais didáticos e mais alinhados às virtudes cívicas que o autor e seu correspondente desejavam exibir naquele contexto. À medida que o artigo realça coragem, retidão e competência jurídica, a figura projetada de Gama ajusta-se melhor às necessidades de um público republicano - e de setores liberais próximos - que disputava posições e buscava símbolos capazes de operar consensos. Nesse movimento, certas arestas se suavizam: referências de cunho íntimo cedem lugar ao tom edificante; ambiguidades perdem espaço para a coerência moral contínua. Ainda assim, o que se tem não é uma ruptura, mas um redirecionamento: a carta permanece como matriz; o artigo a projeta a uma função de intervenção.

Quase seis décadas depois, em 1938, Sud Mennucci publica a primeira biografia em livro de Luiz Gama. A obra herda o enredo consolidado e lhe atribui uma moldura distinta, coerente com a conjuntura do cinquentenário da Lei Áurea e com a política de símbolos do período do biógrafo. A figura do abolicionista recebe então o tratamento para servir como modelo cívico, com forte acento paulista, e cuja trajetória é recontada como se estivesse naturalmente vocacionada a representar uma liderança moral e pedagógica do estado de São Paulo.

Mennucci, ao carimbar o artigo de Mendonça como pretenso trabalho biográfico inflado de adjetivos elogiosos, estabelece uma controvérsia para o terreno da autoridade sobre a fonte: reivindica para si o mérito de publicar a carta “na sua íntegra” (Mennucci, 1938, p. 19), insinuando uso não autorizado e deturpado por parte de Mendonça. Com isso, o biógrafo não apenas questiona a legitimidade intelectual do predecessor, mas também procura retirar dele a legitimidade sobre interpretação da carta. Daí a pronta reação de Carlos Süsskind de Mendonça, filho de Lúcio de Mendonça, que, no mesmo ano de 1938, lembrou ao público que a carta permanecera guardada por muito tempo devido ao acordo de confidencialidade entre amigos e que Gama não gostaria que o documento fosse publicado, por que seria um homem “modesto e refratário a qualquer ideia de exibicionismo” (Süsskind, 1938, p. 885 apud Ferreira, 2008, p. 316). Percebe-se, portanto, que a polêmica não versaria sobre fatos novos, e sim sobre quem poderia se colocar como intérprete legítimo da carta - e, por extensão, do abolicionista. Nesse quadro, Mennucci procura expandir a circulação e o alcance simbólico do

núcleo narrativo originário – a carta -, ajustando-o aos interesses políticos de sua época. Não se trata, dessa forma, de instaurar uma nova matriz de memória, mas de utilizar a que foi elaborada por Gama, retomada como se fosse pela primeira vez, para viabilizar os objetivos do autor.

Mennucci, em sua biografia sobre Gama, amplia o raio de circulação da carta, mas não rompe com a narrativa originária nem incorpora evidências inéditas capazes de alterar substancialmente o enredo. Se Mendonça consolidou para um público republicano oitocentista a carta produzida por Gama, Mennucci, ao desqualificar o trabalho do amigo e correligionário do abolicionista, a instrumentaliza para legitimar um projeto de modernização liderado por São Paulo, que buscava no passado abolicionista recursos de legitimação para seu tempo. Colocando-se como aquele que, pela primeira vez, desvela a carta em sua suposta inteireza, apresentando-se como o verdadeiro inaugurador da biografia de Gama, reivindicando para si a primazia sobre sua interpretação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Eide Sandra Azevedo. O projeto de descentralização de Tavares Bastos e a luta política no Império. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild; FAPESP, 2007, pp. 119-142.

AUERBACH, Erich. **Figura.** São Paulo: Editora Ática; 1997.

AZEVEDO, Elciene. **Entre escravos e doutores: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.** 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.** Editora Unicamp: São Paulo, 1999.

BECKER, Howard S. **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos.** Tradução de Denise Bottmann, revisão técnica de Karina Kuschnir. 1^a ed. Rio de Janeiro, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1987

BICALHO, Gustavo de Oliveira. **Escritas de liberdade: memória, subjetividade e emancipação em Luiz Gama e Mahommah Gardo Baquaqua.** Tese (Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos: inscrições são prorrogadas e novas categorias são incluídas.* Brasília, 20 fev. 2024. Atualizado em 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/fevereiro/premio-luiz-gama-de-direitos-humanos-inscricoes-sao-prorrogadas-e-novas-categorias-sao-incluidas>. Acesso em: 21 set. 2024.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Caderno de estudos maçônicos.** 3^a Edição. Londrina, Paraná: Londrina: Editora Trolha, 1988.

CASTRO, Hiléia Araújo. **Esaú e Jacó ou Luiz Gama e André Rebouças: um estudo sobre a negritude no Brasil imperial.** 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, ano I, n. 124, 21 abr. 1854. p. 1. Recorte de jornal digitalizado. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_01&pagfis=452. Acesso em: 20 maio 2024.

COSTA, Adrielli de Souza. **Luiz Gama: uma perspectiva do Brasil oitocentista (1848 - 1882)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos**. Revista Estudos Históricos, nº 36, Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. Revista Mana, 10(2), pp. 287-322, 2004.

DE, Jeferson (Direção). Doutor Gama [Filme]. Brasil: Paranoid Filmes; Globo Filmes; Buda Filmes, 2021. 92 min.

DEL PRIORE, Mary. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Rio de Janeiro, Revista Topoi [online]. vol.10, n.19, pp.7-16, 2009.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ano XIX, n. 162, 23 jul. 1840. p. 4. Recorte de jornal digitalizado. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=23093. Acesso em: 20 maio 2024.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, ano XIX, n. 264, 23 nov. 1840. p. 4. Recorte de jornal digitalizado. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=23500. Acesso em: 20 maio 2024.

FERREIRA, Ligia Ferreira. **Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça**. Teresópolis – Revista de Literatura Brasileira da USP, São Paulo, v. 8/9, p. 300-321, 2008.

FERREIRA, Lígia Fonseca. **Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Edições Sesc, 2020.

FERREIRA, Ligia Fonseca. **Luiz Gama (1830-1882): étude sur la vie et l'œuvre d'un noir citoyen, poète et militant de la cause antiesclavagiste au Brésil**. 2 v. Tese (Doutorado em Estudos do Mundo Lusófono) – Université Paris III - Sorbonne Nouvelle, U.F.R. Études Ibériques et Latino-Américaines, Paris, 2001.

FONSECA, Henrique de Oliveira. **Em defesa da ruralização do ensino: Sud Mennucci e o debate político e educacional entre 1920 e 1930**. Dissertação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. **A maçonaria e o processo da abolição em São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GAMA, Luiz. Carta [a Lúcio de Mendonça]. [Rio de Janeiro], [25 jul. de 1880]. Manuscrito (4 f.). Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ). Versão digitalizada. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2748274281866610&set=pcb.2748275061866532>>. Acesso em: 9 fev. 2025.

GAMA, Luiz. Carta a Lúcio de Mendonça, São Paulo, 25 jul. 1880. In: FERREIRA, Lígia Fonseca (org.). Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo: Edições Sesc, 2020. p. 502-508. Ebook Kindle.

GAMA, Luiz. O Estado de São Paulo, São Paulo, 13 mai. 1909. p. 3. Ano XXXV. nº 11.111. Recorte de jornal digitalizado. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19090513-11111-nac-0003-999-3-not>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Sud Mennucci: memórias de Piracicaba, Porto Ferreira, São Paulo...** São Paulo: Imprensa Oficial, s/n.

GOOGLE. Google Maps: imagem de satélite da Rua Bângala, Salvador, BA. 2024. Imagem de satélite, 1 fotograma. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/qYxzO>>. Acesso em: 27 jul. 2024.

GOOGLE. Google Maps: Street View da Rua Bângala, esquina da Praça Nossa Senhora da Palma, Salvador, BA. 2024. Imagem de rua, 1 fotograma. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/lO0Xm>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

LIMA, Bruno Rodrigues de. **Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da escravidão**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques, organizador. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant; tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENDONÇA, Lúcio de. Luiz Gama. In: Almanach Litterário de São Paulo para o ano de 1881. Rio de Janeiro: s.n., 1881. p. 50-62. Almanaque digitalizado. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011710&bbm/2087#page/104/mode/1up>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MENDONÇA, Lúcio de. Luiz Gama. In: FERREIRA, Lígia Fonseca (org.). Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. São Paulo: Edições Sesc, 2020. p. 508-519. Ebook Kindle.

MENEZES, Lis Angelis Padilha de. Sud Mennucci – **Educador Paulista: Arcaico ou Profeta? 2015.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

MENNUCCI, Sud. **O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica.** 6^a edição. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOTA, Luiz Gustavo Ramaglia. **Entre as ruas e os tribunais: um estudo de Luiz Gama e sua clientela.** 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MUNDO NEGRO. Novas evidências revelam mais detalhes sobre infância de Luiz Gama e a história de Luíza Mahin. 10 jan. 2025. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/novas-evidencias-revelam-mais-detalhes-sobre-infancia-de-luiz-gama-e-a-historia-de-luiza-mahin/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NETO, Lira. **A arte da biografia: como escrever histórias de vida.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. **Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama.** 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PEQUENO ALMANAK PARA O ANO DE 1843. Rio de Janeiro: Typ. de Viuva Ogier e Filho, 1843. p. 46. Almanaque digitalizado. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=339946&pagfis=196>>. Acesso em: 20 maio 2024.

PINTO, Tales dos Santos. Revolta do Vintém de 1880. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/guerras/revolta-vintem-1880.htm>>. Acesso em: 14 maio 2025.

PRAXEDES, Walter. **A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu.** Caminhos da formação docente. Coordenador Nelson Piletti. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

RAMOS, Graciliano. Linhas tortas. In: REIS, Zenir Campos. O trabalho da escrita. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 35-44, 1991

REIS, Zenir Campos. O trabalho da escrita. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 35-44, 1991.

RIBEIRO, Renato Janine. **Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo.** 2^a edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SANTOS, Adriano Rodrigues dos. **Projeções do “eu” e identidades nas narrativas dos abolicionistas Luiz Gama e Frederick Douglass.** 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) –

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, São Paulo, 2014.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque dos. **A vida do pensamento e o pensamento da vida: Sud Mennucci e a formação de professores rurais.** 2015. Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Artifícies do ócio: mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942).** Londrina: Editora UEL, 1998.

ANEXO A – Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça

São Paulo, 25 de julho de 1880.

Meu caro Lúcio,

Recebi o teu cartão com a data de 28 de pretérito. Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acoimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátno, pelas ocultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes, e que sempre eu os trouxe de memória.

Nasci na cidade de S[ão] Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, na quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant’Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos [de] que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te. Meu pai, não ouso afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa. Devo poupar à sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome.

Ele foi rico; e, nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de

bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem, na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho “Saraiva”.

Remetido para o Rio de Janeiro nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português de nome Vieira, dono de uma loja de velas, à rua da Candelária, canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão. Tinha um filho aperaltado, que estudava em colégio; e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu 10 anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de cear e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa.

Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias.

Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas sentidas de me verem partir.

Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires.

Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há uns 8 ou 10 anos, sendo fazendeiro no município de Lorena nesta Província, no ato de prenderem por ter morto [sic] alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio.

Este alferes Antônio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta Província.

Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda a viagem de Santos até Campinas.

Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiaí e Campinas; e, por todos repelido, como se repelem coisas ruins, pelo simples fato de ser eu “baiano”.

Valeu-me a pecha!

O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egídio de Sousa Aranha, pai do Exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo.

Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse:

— Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; dize-me: onde nasceste?

— Na Bahia, respondi eu.

— Baiano? — exclamou admirado o excelente velho. — Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno.

Repelido como “refugo”, com outro escravo da Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para casa do sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio nº 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia. Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar.

Em 1847, contava eu 17 anos, quando para casa do sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos e residente em Mogi Guaçu, onde é fazendeiro.

Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras.

Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho por ato de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se.

Estive, então, preso 39 dias, de 1º de julho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e às noites, sofria de insôncias; e, de contínuo, tinha diante dos olhos a imagem de minha querida mãe. Uma noite, eram mais de duas horas, eu dormitava; e, em sonho, vi que a levavam presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim.

Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-se; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez.

Era solitário e silencioso e longo e lóbrego o corredor da prisão, mal alumiado pela luz amarelenta de enfumarada lanterna.

Voltei para a minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; eles narraram-me também fatos semelhantes; eu caí em nostalgia, chorei e dormi.

Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão, major Benedito Antônio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do exmo. sr. conselheiro Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral,

altos cargos na administração, polícia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança; por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho.

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que “por turbulento e sedicioso” fui demitido “a bem do serviço público”, pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antônio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário da polícia, e assinada pelo exmo. dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da corte.

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativeiro e todos os senhores, principalmente os reis.

Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 anos aos 18, fui soldado.

Fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns. Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no Ipiranga, à rua do Carmo, tu como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu como simples aprendiz-compositor de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime.

Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.

Teu LUIZ

ANEXO B – Artigo biográfico de Luiz Gama publicado no Almanaque Literário para o ano de 1881 por Lúcio de Mendonça

I

Os republicanos brasileiros, a toda hora abocanhados pela recordação injuriosa de meia dúzia de apostasias, das que negrejam na crônica de todos os partidos, se quisessem com um nome só, que é um alto exemplo de honrada perseverança, tapar a boca aos detratores, podiam lançá-lhes o belo e puro nome que coroa esta página. Quantos outros iguais oferecem porventura, desde o começo de sua existência, os nossos velhos partidos monárquicos?

Faz-se em duas palavras o elogio deste homem verdadeiramente grande, grande neste tempo em que só o podem ser os amigos da humanidade: nascido e criado escravo até a primeira juventude, tem depois alcançado a liberdade a mais de quinhentos escravos!

À nobre província de São Paulo, que hoje o estima entre os seus melhores cidadãos, e que ele preza com o entusiasmo que lhe inspiram todas as grandezas democráticas, presumo que há de ser grato ler, em um livro que é particularmente seu, a biografia, já hoje gloriosa, deste bom republicano.

Se chegar a cumprir-se, como eu espero e desejo, o seu elevado destino, possam ser estas linhas obscuras fiel subsídio para cronistas de melhores dias.

II

Nasceu Luiz Gonzaga Pinto da Gama na cidade de S[ão] Salvador de Baía, à rua do Bângala, em 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã; e foi batizado, oito anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

É filho natural de uma negra, africana livre, da costa de Mina, da nação Nagô, de nome Luiza Mahin, pagã: recusou esta sempre batizar-se e de modo algum converter-se ao cristianismo. Era mulher baixa de estatura, magra, bonita, de um preto retinto e sem lustro; tinha os dentes alvíssimos; era imperiosa, de gênio violento, insofrida e vingativa; de ...olhos negros, altivos, [...] No gesto grave e sombria.

Era quitandeira, muito laboriosa. Mais de uma vez, na Bahia, foi presa, por suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Em 1837, depois da revolução do dr. Sabino, naquela província, veio ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurou-a o filho em 1847, em 1856 e em 1861, na corte, sem que a pudesse encontrar; em 1862 soube, por uns pretos minas, que a conheciam e dela deram sinais certos, que, apanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão, e que

tanto ela como os companheiros desapareceram. Era opinião dos informantes que os amotinadores houvessem sido deportados pelo governo, que nesse tempo tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais, até hoje, pode Luiz alcançar a respeito de sua mãe. Naquele mesmo ano de 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na então vila de Caçapava, consagrhou à mãe perdida os saudosos versos que se leem, como nota de um sentimentalismo dissonante, no risonho livro das *Trovas burlescas*, que deu lume com o pseudônimo de Getulino.

Vê-se que é hereditário em Luiz Gama o profundo sentimento de insurreição e liberdade. Abençoada sejas, nobre ventre africano, que deste ao mundo um filho predestinado, em quem transfundiste, com o teu sangue selvagem, a energia indômita que havia de libertar centenas de cativos!

O pai de Luiz – outra analogia deste com Espártaco – era nobre, fidalgo, de uma das principais famílias baianas, de origem portuguesa. Foi rico e, nesse tempo, extremoso para o filho: criou-o nos braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela pesca e pela caça; gostava dos bons cavalos; jogava bem as armas, e melhor as cartas; comprazia-se em folguedos e orgias; esbanjou uma boa herança, havida de uma tia, em 1836. Reduzido à pobreza extrema, em 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na Bahia, vendeu o filho, como seu escravo, a bordo do patacho “Saraiva”.

Não sei se o desgraçado ainda vive, nem lhe conheço o nome, que Luiz oculta generoso aos amigos mais íntimos; mas, ainda que jogador e fidalgo, a recordação da monstruosa infâmia deve ter-lhe esbofeteado, em todo o resto de seus dias, a velhice desonrada.

III

Remetido dias depois, para o Rio de Janeiro, no mesmo navio, que partiu carregado de escravos, foi Luiz, com muitos outros, para a casa de um cerieiro português, de nome Vieira, estabelecido com loja de velas à rua da Candelária, esquina da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia, à comissão. Tinha, além de um filho peralta, que estudava em colégio, umas filhas já crescidas, muito compassivas e meigas; a senhora de Vieira era uma perfeita matrona, cheia de piedade. Tinha então Luiz 10 anos. Todas as mulheres da casa se lhe afeiçoaram imediatamente. Eram 5 horas da tarde quando lhes entrou em casa; mandaram-no lavar, vestiram-lhe uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-lhe de cear, e mandaram-no dormir em boa cama.

Ainda hoje Luiz Gama, que é um dos melhores corações que eu conheço, lembra-se comovido daquela boa gente que o recebeu com tanto afago.

Mas foi por poucos dias: dali saiu logo depois, chorando amargamente e deixando as suas boas amigas chorosas também de o verem ir.

Era em 1840; foi vendido, naquela casa, ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há oito ou dez anos, sendo fazendeiro no município de Lorena, da província de São Paulo, no ato de o prenderem, por haver matado à fome alguns escravos em cárcere privado, já velho de setenta anos, suicidou-se, atravessando o crânio com uma bala de pistola.

O alferes Cardoso comprou Luiz em um lote de cento e tantos escravos, e levou-os todos, pois tal era o seu comércio, a vender para a província de São Paulo.

A pé, com 10 anos de idade, fez Luiz toda a viagem de Santos até Campinas. Escravo, saído de uma infância trágica, descalço, desamparado, faminto, subiu entre um bando de escravos aquela áspera serra do Cubatão, por onde, anos depois, não há muitos anos, lembra-me que passamos juntos os dois, eu estudante, que voltava para as aulas, ele advogado, que voltava da corte, abastado, jovial e forte, com um cesto de frutas para a família, repotreado no assento macio de um dos ricos vagões da companhia inglesa.

Foi escolhido por muitos compradores, na capital paulista, em Jundiaí, em Campinas, e por todos rejeitado, como se rejeitam as coisas ruins, pela circunstância de ser “baiano”.

O último que o enjeitou foi o respeitável ancião Francisco Egídio de Souza Aranha, pai do sr. conde de Três Rios. Depois de o haver escolhido, afagou-o, dizendo:

– Está um bom pajem para os meus pequenos.

E perguntou-lhe:

– Onde nasceste?

– Na Bahia.

– Baiano!...exclamou, admirado, o excelente velho. Nem de graça! Já não foi por bom que o venderam tão pequeno!

O sr. conde de Três Rios, que esteve a ponto de ter Luiz para pajem, tem-no hoje como um de seus amigos mais considerados.

Enjeitado como “refugo”, com outro escravo baiano, de nome José, sapateiro, voltou para a casa de Cardoso, na cidade de São Paulo, à rua do Comércio nº 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia.

Ali aprendeu a copeiro, a sapateiro, a lavar e engomar, e a costurar.

Em 1847, tinha Luiz 17 anos, quando para a casa de Cardoso veio morar como hóspede, para estudar humanidades, o menino Antônio Rodrigues do Prado Junior, hoje doutor em direito, o qual já foi magistrado de muito mérito, e reside agora em Mogi Guaçu, onde é fazendeiro.

Travaram amizade estreita, de irmãos, e com o estudante entrou Luiz a aprender as primeiras letras. Em 1848, sabendo ler, escrever e contar alguma coisa, e havendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de sua liberdade, retirou-se, fugido, da casa do alferes Cardoso, que aliás o tinha na maior estima, e foi assentar praça.

Termina aqui o período do seu cativeiro.

IV

Serviu como soldado até 1854, seis anos; chegou a cabo de esquadra graduado, e teve baixa do serviço, depois de responder a conselho, por atos de suposta insubordinação, quando se limitara a ameaçar um oficial insolente, que o insultara, e que soube conter-se. Esteve preso o cabo de esquadra Luiz Gama, de 1º de julho a 9 de agosto, trinta e nove dias, que passou em leitura constante.

Durante o seu tempo de praça, nas horas vagas, fez-se copista; escrevia para o cartório do escrivão major Benedito Antonio Coelho Neto, que se tornou seu amigo; e daí, sem dúvida, lhe nasceu a inclinação para o foro.

Serviu também como amanuense no gabinete do conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que por longos anos exerceu na capital de São Paulo altos cargos administrativos, e é ainda hoje catedrático na Faculdade de Direito. Luiz foi sempre seu ordenança, e pelo seu vivo talento, pela sua atividade e bom proceder, mereceu-lhe toda a estima e proteção, e dele recebeu proveitosas lições de lettras.

Em 1855, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, foi nomeado amanuense da secretaria da polícia, onde esteve até 1868, época em que[,] por “turbulento e sedicioso”, foi demitido “a bem do serviço público”, pela reação conservadora. A portaria de demissão foi lavrada pelo Dr. Antonio Manuel dos Reis, seu dedicado amigo e ainda mais dedicado católico, então secretário da polícia[,] e assinada pelo dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e semelhantes atos, foi escolhido desembargador da Relação da corte. A turbulência de Luiz Gama consistia em ser liberal exaltado e militante, em promover pelos meios judiciais a liberdade de pessoas livres reduzidas a criminoso cativeiro, e auxiliar alforriias de escravos, na medida de suas posses, e, às vezes, além delas, na medida de sua dedicação à causa santa dos oprimidos.

V

Nesse ano de 1868, conheci Luiz Gama. Vi-o, se bem me lembra, a primeira vez na tipografia do diário liberal *O Ipiranga*, de propriedade e redação de meu irmão Salvador de Mendonça e do dr. José Maria de Andrade. Ali era eu revisor de provas, e empregava os ócios do estudo em aprender a arte tipográfica; também Luiz Gama era aprendiz de compositor, praticante do foro e colaborador da folha, onde assinava com o pseudônimo “Afro”.

No ano seguinte, lembro-me dele entre os redatores do *Radical Paulistano*, que eram Rui Barbosa, Bernardino Pamplona de Menezes, o dr. Elói Otoni e outros, e entre os oradores do Clube Radical. Foi aplaudidíssima uma conferência sua no salão Joaquim Elias, à rua Nova de S. José.

Os radicais foram, nos nossos últimos anos políticos, os precursores dos republicanos. À exceção de meia dúzia de estacionários ou retrógrados, entre os quais Silveira Martins, Silveira da Mota e Rui Barbosa, em fins de 1869 e começo de 1871, os radicais declararam-se abertamente pela República.

Por esse tempo, ou proximamente, fazia Luiz Gama a todo transe a propaganda abolicionista; a sua advocacia era o terror dos senhores de escravos. Sei que teve a cabeça posta a prêmio por fazendeiros de São Paulo, e tempo houve em que não poderia ir da capital a Campinas sem risco de vida.

Há 8 ou 10 anos, foi Luiz Gama à barra do júri de São Paulo, processado por crime de injúrias contra uma autoridade judiciária; defendeu-se por si mesmo, brilhantemente; teve de referir grande parte de sua vida passada; a sala do tribunal, apinhada de assistentes, onde estava quase toda a mocidade da Academia de Direito, a todo momento cobria de aplausos a voz do réu; a despeito da campanha do presidente, o júri o absolveu por voto unânime, e foi Luiz levado em triunfo até a casa.

Como defensor de escravos perante o júri, foi mais de uma vez chamado à ordem pelo presidente do tribunal, por pregar francamente o direito da insurreição: – Todo o escravo que mata o senhor, afirmava Luiz Gama, seja em que circunstância for, mata em legítima defesa!

Em uma causa célebre no foro de Santos, em que o advogado contrário era ninguém menos que o seu grande amigo José Bonifácio, ganhou Luiz Gama a liberdade de mais de cem escravos.

Recordo-me, como testemunha presencial, de outra solene ocasião em que o nobre vulto de Luiz Gama destacou-se a toda a luz. Estava reunido em São Paulo, num palacete da rua Miguel Carlos, em 2 de julho de 1873, o primeiro Congresso Republicano, da província, presidido pelo austero cidadão Dr. Américo Brasiliense.

Era uma assembleia imponente. Verificados os poderes na sessão da véspera, estavam presentes vinte e sete representantes de municípios. Agricultores, advogados, jornalistas, um engenheiro, todos os membros do Congresso, moços pela maior parte, compenetrados da alta significação do mandato que cumpriam, tinham[,] na sobriedade do discurso e na gravidade do aspecto, a circunspecção de um Senado Romano.

Lidas, discutidas e aprovadas as bases oferecidas pela “Convenção de Itu”, para a constituição do congresso, e depois de outros trabalhos, foi por alguns representantes submetido ao congresso, e afinal aprovado, um manifesto à província relativamente à questão do estado servil. No manifesto, em que se atendia mais às conveniências políticas do partido do que à pureza dos seus princípios, anunciava-se que, se tal problema fosse entregue à deliberação dos republicanos, estes resolveriam que cada província da União Brasileira realizaria a reforma de acordo com seus interesses peculiares “mais ou menos lentamente”, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; e que, “em respeito aos direitos adquiridos” e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se faria tendo por base a indenização e o resgate.

Posto em discussão o manifesto, tomou a palavra Luiz Gama, representante do município de São José dos Campos. Protestou contra as ideias do manifesto, contra as concessões que nele se faziam à opressão e ao crime, propugnava ousadamente pela abolição completa, imediata e incondicional do elemento servil.

Crescia na tribuna o vulto do orador; o gesto a princípio frrouxo alargava-se, enérgico e inspirado; estava quebrada a serenidade da sessão: os representantes, quase todos de pé, mas dominados e mudos, ouviam a palavra fogosa, vingadora e formidável do tribuno negro. Não era já um homem, era um princípio, era uma paixão absoluta, era a paixão da igualdade que rugia! Ali estava na tribuna, envergonhando os tímidos, verberando os prudentes, ali estava, na rude explosão da natureza primitiva, o neto da África, o filho de Luiza Mahin!

A sua opinião caiu vencida e única; mas não houve também ali um coração que se não alvorocasse de entusiasmo pelo defensor dos escravos.

Dir-te-ei sempre, meu nobre amigo, que não estás isolado, no partido republicano, na absoluta afirmação da liberdade humana. Também como tu, eu proclamo que não há condições para a reivindicação deste imortal princípio, que não há contra ele nem direitos, nem fatos que se respeitem. *Pereat mundus, fiat justitia!* E é ignorar essencialmente a natureza das “leis de instituição” querer que elas respeitem “direitos adquiridos”. Não é para Victor Hugo nem para Castelar que apelamos, é para Savigny, o histórico.

VI

Aí está, em meia dúzia de pálidos traços, o perfil do grande homem que se chama Luiz Gama. Filho de uma província que, com razão ou sem ela, não é simpática aos brasileiros do sul; emancipador tenaz, violento, inconciliável, numa província inundada de escravos; sem outra família a não ser a que constituiu por si; sem outros elementos que não fossem o seu forte caráter e o seu grande talento; atirado só a todas as vicissitudes do destino, ignorante, pobre perseguido, vendido como escravo por seu próprio pai, enjeitado pelos próprios compradores de negros, Luiz Gama é hoje em São Paulo um advogado de muito crédito e um cidadão estimadíssimo. E mais do que isso: é um nome de que se ufana a democracia brasileira.

O seu passado é, como se viu, dos mais interessantes; o seu futuro, se se der em vida sua o grande momento político desta terra, há de ler-se – sem a menor dúvida o vaticínio – nas laudas da nossa história.

Seja como for, e ainda que mais não faça, é já um nome que merece um lugar, na gratidão humana, entre Espártaco e John Brown.